


tetraplan

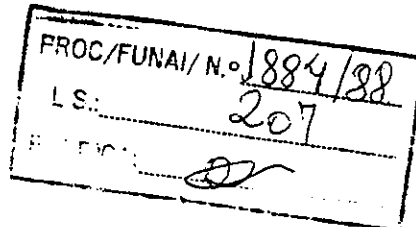
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
LS: 206
RESERVA: 

tetraplan

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 09, 10, 97
cod. BOD00059

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL: ÍNDIOS BOROROS



3.6. Os Índios Bororo

O termo de compromisso assinado entre a Funai e a Ferronorte veio determinar com prudência que o diagnóstico abarcasse em sua análise a influência da Ferrovia nas áreas indígenas Bororo da bacia do Rio São Lourenço.

Sem dúvida, os impactos ambientais a princípio terão maior intensidade sobre a Área Indígena Tereza Cristina, uma vez que o eixo de referência da Ferrovia, definido no Projeto Básico, está muito próximo das aldeias de Córrego Grande e Piebaga. No entanto, as outras Áreas Indígenas Bororo poderão vir a ser afetadas, considerando-se basicamente a rede de relações intratribais desenvolvida entre as aldeias Bororo da bacia do Rio São Lourenço.

Tendo em vista o dirigismo das análises do Diagnóstico Ambiental, os seguintes temas e questões deverão ser abordados: o território Bororo, o grupo Indígena Bororo, a organização social Bororo, as atividades econômicas dos Bororos e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos Bororos.

3.6.1. O Território Bororo

3.6.1.1. A Conceituação Jurídico-Antropológica de Terra Indígena

A conceituação jurídico-antropológica de terra indígena torna-se fundamental e necessária para a análise dos impactos da Ferrovia sobre a população Bororo, pois esta leva em consideração a orientação e o conceito de território de ocupação tradicional e não apenas a situação das áreas indígenas.

O atual território Bororo reflete situações históricas do contato interétnico que vieram suprimir e dismantelar o território tradicional, criando situações críticas para a sobrevivência desta população indígena.

Desta feita, como será apresentado ao longo do diagnóstico, deve-se levar em conta as soluções desenvolvidas por esta população quanto à exploração e uso daquela porção do território tradicional, hoje ocupada pela população regional, mas que ainda permanece na memória tribal como uma referência básica de sua existência.

Segundo a tradição oral Bororo, a ocupação das terras que integram a bacia do Rio São Lourenço é imemorial. Desta forma, se traduz o termo "MARIGUDO" (antigamente, muito tempo) (cf. EBL, pg. 786), usado pelos Bororo ao confirmar esta ocupação milenar.

A expressão indígena de ocupação imemorial é de concepção totalmente distinta das adotadas pelas sociedades onde existe a escrita e/ou documentos. Esta concepção se estrutura no bojo da memória tribal, passa de geração a geração, sob várias formas de manifestações sociais e culturais, e é o principal documento de que dispõe o Bororo para provar a antigüidade de sua ocupação.

A dimensão antropológica da conceituação da terra do índio já mereceu destaque na abordagem de João Mendes Júnior (1912) na figura jurídica do Indigenato, e no seu aspecto prático de aplicação da lei mereceu a arrojada fundamentação da defesa da terra dos índios kadiwéu pelo Ministro Victor Nunes Leal (Recurso extraordinário nº 44.585-MT).

Se no texto citado acima a matéria é discutida com profundidade e especialidade, no item nº 6 da "Declaração de São José sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina" (UNESCO, 11/12/81), a conceituação jurídico-antropológica da terra do índio está extraordinariamente assim definida:

"Para os povos indígenas a terra não é só apenas um objeto de posse e produção. Constitui a base de sua existência nos aspectos físicos e espirituais, enquanto entidade autônoma. O espaço territorial é o fundamento e a razão de sua relação com o universo e a sustentação de sua cosmovisão." (Declaração de San José).

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
L.S.:	208
P. ERICA:	<i>[assinatura]</i>

Desta forma, os dispositivos constitucionais de 1988 nada mais fazem do que consagrar os direitos fundamentais dos índios e de suas comunidades em relação às terras por eles habitadas. Ou seja, ao reconhecer a relação fundamental entre a terra tradicionalmente ocupada e a reprodução física e cultural, a Constituição Federal incorpora à conceituação jurídica o conceito da terra indígena na sua dimensão antropológica.

O artigo 231 da Constituição Federal assim declara:

"São reconhecidas aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

§ 2º. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

3.6.1.2. Aspectos da ocupação tradicional indígena na Bacia do Rio São Lourenço

No que se refere às informações científicas procedentes da área de Arqueologia, a ocupação humana na bacia do Rio São Lourenço, região central da ocupação imemorial Bororo, pode ser datada de pelo menos 7.000 anos antes de nossa era, conforme atestam as escavações realizadas por Irmhild Wust da Universidade Federal de Goiás.

Muitas outras informações sobre essa ocupação milenar são apresentadas por essa pesquisadora, que desenvolve desde 1982 o projeto denominado Projeto Arqueológico e Etnoarqueológico da bacia do Rio São Lourenço-MT, conjuntamente com pesquisadores da Universidade de São Paulo.

A análise desenvolvida a partir das escavações de 145 sítios arqueológicos permite, segundo Wust, o estabelecimento de uma seqüência temporal das diversas ocupações pré-coloniais, bem como a formulação de hipóteses sobre os processos culturais envolvidos na ocupação humana dessa área.

Os resultados publicados até então atestam que na região do Rio Vermelho (afluente do Rio São Lourenço), nas imediações da Colônia Tereza Cristina, a ocupação pela sociedade indígena conhecida etnograficamente como Bororo é de pelo menos quatro séculos. Entretanto, a medida que as escavações arqueológicas prossigam, espera-se um recuo maior nesta data de ocupação.

Os resultados preliminares desse projeto arqueológico e etnoarqueológico atestam a imemorialidade de ocupação Bororo e certamente daqueles grupos que vieram originar esta sociedade indígena remanescente.

No que se refere as informações procedentes de documentos históricos coincidentes, pode-se afirmar que a ocupação Bororo na bacia do Rio São Lourenço data de pelo menos três séculos ininterruptos, conferindo a esta região o status central do território tradicional Bororo.

Inúmeros autores, viajantes, etnólogos, indigenistas, missionários, etc., escreveram e registraram em documentos a presença indígena constante na extensa faixa territorial, outrora dominada pela nação Bororo. Entre estes pode-se enumerar: Albisetti, E. e Venturelli ¹, Baldus, Colbacchini, A.; Steinen, K.V.D.; Florence, H.; Lévi-Strauss, C.; Rondon, F.; Taunay, A.; C. Nimuendajú, etc.

¹ No decorrer do Diagnóstico, as citações da ENCICLOPÉDIA BORORO, Vol. I (1962), de autoria de C. Albisetti & A.J. Venturelli, serão abreviadas para EB-I, 1962.

A partir desses documentos é possível reconstruir o histórico do contato ~~interétnico~~. Entretanto, antes de iniciar esta reconstrução histórica, torna-se necessária a elucidação de algumas denominações recebidas pelos Bororo nos registros históricos. O termo Bororo, segundo a língua indígena se refere ao pátio central da aldeia (Cf. E.B.I.: 516), que entretanto, foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros da tribo.

Assim, abordam esse tema os missionários Colbacchini, A. e Albisetti, C. (1942: 21-22) e, mais recentemente, de forma resumida, o missionário Mário Bordignon (1987, 1):

“O termo Bororo foi usado pelos primeiros exploradores para identificar os membros da tribo. Outros apareceram, ao longo da história, como Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos Ararivá ou Bororos da Campanha, Bororos Cabaçais, Bororos Ocidentais, Bororos Orientais (...)

Eles, porém, denominam-se a si mesmos de “Boé”, que quer dizer índios bororos. Os de outras tribos e os invasores ocidentais não são Boé. São barége, isto é, animais. A palavra BORORO significa pátio ou aldeia.

Os exploradores que por primeiro entraram em contato com a tribo, ouvindo os cantos executados pelos índios perceberam a repetição freqüente da palavra BORORO que, às vezes, forçada pelo ritmo da música, era pronunciada bororó. Esse fato gerou o atual epônimo da tribo, cujos membros, até hoje, vêm denominados Bororos ou, erroneamente, Bororós.

Quem, em 1851, descobriu que todos esses nomes se referem a mesma tribo foi Augusto Leverger, o Barão do Melgaço, geógrafo, presidente e defensor de Mato Grosso. Sendo, porém, a forma BORORO usada em antropologia e, até, pelos Índios, nós também a empregaremos” (Bordignon, 1987).

Outros autores adotaram também as denominações de Bororo Orientais e Bororo Ocidentais. Esta classificação derivou de uma situação histórica de contato, que será abordada mais adiante.

Segundo os autores da Enciclopédia Bororo, o território tradicional de ocupação Bororo pode ser delimitado pela latitude sul 14° - 19° e pela longitude oeste de Greenwich 51° - 59°, o que perfaz uma área de 350.000 Km² (cf. EBI.273). Este território imemorial corresponde, segundo Darcy Ribeiro (1970), a uma área de ocupação que se estendia a oeste até a Bolívia; a leste até o centro sul de Goiás, onde confinava com a Caiapônia; ao norte até as margens da região dos formadores do Xingu; e, ao sul, até próximo do Rio Miranda (...) (Ribeiro, Darcy, 1970: 77).

Segundo Bordignon, os grupos principais da nação Bororo, antes do contato com os bandeirantes, podem ser divididos da seguinte forma:

- “Os da bacia do rio Cuiabá, também chamados Coxiponés, nome derivado do Rio Coxipó, afluente do Cuiabá;
- os da bacia do Rio São Lourenço, também denominados Porrudos;
- os que moravam no alto do Rio das Mortes, na bacia do Rio das Garças e nos dois lados do alto Rio Araguaia. Ainda vivem, na aldeia de Merúri, uma velhinha BORORO chamada Anita, nascida em Goiás, e alguns Bororos, filhos de pais também oriundos de Goiás;
- os do sul, os da Serra de São Jerônimo e os dos rios Taquari e Coxim;
- os da margem direita dos rios Paraguai e Jauru, também denominado de Ararivás ou Bororos de Campanha;
- os do Rio Cabaçal, perto de Cáceres, apelidados de Cabaçais.

Além desses grupos dos quais se tem notícias, provavelmente havia outros. É difícil fazer um cálculo do número de Bororos, antes da chegada dos bandeirantes, alguns autores falam em 10.000 índios." (Bordignon, 1987: 2).

Outra denominação usada para designar a nação Bororo é o termo indígena ORÁRI MÓGO DÓGE que no entanto se refere apenas aos Bororo Orientais. A este respeito vale citar que o termo Orári Mògo-Dóge se refere à autodenominação de uma das partes da tribo. Albisetti e Venturelli, assim abordam esta classificação indígena:

- Bóku Mògo ou Bóku-Mogorége, 'habitantes dos cerrados', a Leste de Cuiabá. Correspondem aos Bororo das Aldeias de Meruri, Garças e Sangradouro.
- Itúra Mogorége, 'habitantes das matas', correspondem aos Bororo das Aldeias de Jarudori, Pobjári, Pobóre e Tadarimana.
- Orári Mògo-Dóge, 'habitantes das plagas do peixe pintado'. Essa é uma autodenominação usada, em geral, pelos Bororo Orientais, mas vem designar propriamente os grupos de curso inferior do rio São Lourenço. Correspondem, grosso modo, aos Bororo das 'Aldeias do Kejari, Córrego Grande, Colônia e Piebága'.
- Tóri Ókua Mogorége, 'habitantes dos sopés das montanhas'. Essa autodenominação corresponderia, aproximadamente, aos grupos Bororo que habitavam as regiões adjacentes à Serra de São Jerônimo.
- Útugo Kúri-Doge ou Kádomogarége, 'os que usam longas flechas' ou 'os que habitam os taquarais'. Essa autodenominação corresponde ao grupo Bororo da aldeia do Perigara, em pleno pantanal fisiográfico que se diferencia dos outros grupos por algumas diferenças lingüísticas e por uma história de contato particular".(EBI: 281-3).

3.6.1.3. O contato interétnico e as perdas subseqüentes de terras

Segundo Bordignon (1987:7) é bem possível que o primeiro contato dos Bororo com os civilizados ocorreu no século XVII, quando algumas bandeiras organizadas pelos jesuítas de Belém subiam pelo Rio Araguaia, entravam no Rio das Garças, caminhavam 15 léguas por terra e desciam os rios Taquari, São Lourenço e Paraguai, a fim de manterem contato com os jesuítas espanhóis.

As informações mais precisas sobre a data do contato dos Bororo com os civilizados são fornecidas por Siqueira, 1898-99; Coelho, 1872 e Camello, 1863, que datam esse primeiro contato, em meados do século XVIII, com as Bandeiras Paulistas ². Bordignon, baseado nestas informações, descreve resumidamente este momento histórico:

"Em 1716, Antonio Pires de Campos partiu com sua bandeira rumo à Serra dos Martírios. Já estivera nela ainda garoto, com o pai dele, Manoel de Campos Bicudo, em 1675. Chegou ao Rio Cuiabá, onde, na barra do Rio Coxipó, avistou uma grande aldeia Bororo. Sendo os primeiros civilizados que chegavam nesses lugares foi fácil atacar a aldeia e arrasá-la, 'levando centenas de algemados' de volta para São Paulo. Encontrou-se Antonio Pires de Campos com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral que quis repetir a façanha. Este, em 1718, chegou à aldeia destruída e subiu o Rio Coxipó. Na confluência com o rio Motuca encontrou não mais pacíficos índios mas valentes guerreiros que o atacaram fazendo cinco mortos e quinze feridos.

Voltou perseguido pelos índios que teriam acabado com a bandeira se outra bandeira, a de Fernando Dias Galvão, não o socorresse. Descendo o Rio Coxipó, os homens de Pascoal

² Vale indicar que Viertler (1982: 17-28) apresenta informações mais detalhadas sobre este período histórico do contato dentro do contexto da história econômica regional.

Moreira Cabral descobriram o ouro, o "meriri ekurêu" ou 'metal amarelo' com o qual os Bororos faziam alguns de seus enfeites. Acamparam-se na barra do Coxipó, com o Rio Cuiabá, num lugar chamado São Gonçalo Velho. O chefe da bandeira queria continuar a prear índios; seus homens preferiam buscar ouro. Prevaleceu a opinião destes. Voltaram a subir o rio e acamparam num lugar denominado Forquilha onde fundaram a primeira lavra de ouro do Mato Grosso. Era o dia 8 de abril de 1719.

No mesmo ano a bandeira de Fernando Dias Galvão 'desinfestou as minas do gentio (índio bravo'. Extinguiu outra aldeia a jusante do Rio Cuiabá, num lugar mais tarde chamado Porto do Borralho, perto da atual cidade de Santo Antonio de Leverger. Voltou a São Paulo para buscar mais ferramentas, munições e trabalhadores para construir a nova cidade.

Depois da primeira bandeira de Antonio Pires de Campos, muitas outras bandeiras rumaram para Cuiabá e enfrentaram índios. Entre elas, lembramos a dos irmãos Antônio e Gabriel Antunes Maciel, a dos irmãos João e Lourenço Leme e a de Miguel Sutil.

Antonio Pires de Campos continuou a 'prear índios'. Nesse período encontrou-se com o amigo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, quando voltava de uma expedição contra os índios Araés, 'aquém do Rio das Mortes'. Há nessa região um seu afluente que até hoje, conserva o nome Bororo de Noidóri, Rio do Morro do Babaçu. Esse hidrônimo afasta qualquer dúvida sobre a identidade dos Araés: eram mesmo Bororo". (Bordignon, 1987: 7 e 8).

A partir de 1719, os Bororo recém-contatados passaram a auxiliar os bandeirantes e os povoadores do Centro-Oeste nas expedições punitivas aos diferentes grupos que habitavam a região. Segundo Carvalho (1937: 93) e Caldas (1887: 11), Antonio Pires de Campos com seu exército de Bororo derrotou os Paiaguá em 1734. Por volta de 1742, o mesmo bandeirante auxiliado pelos Bororo varreu todas as aldeias Kayapó, desde os rios Verde, Sucuriú, Aporé, Serra Pelada, Rio dos Bois (...) (cf. Carvalho, 1937). Há muitas outras informações sobre a participação dos Bororo contatados na manutenção das terras recém-colonizadas e principalmente na defesa das fronteiras, mas também há outras sobre a grande maioria de Bororo que continuava arredia.

Contra esses grupos arredios, muitas expedições punitivas foram organizadas até que se consumou a divisão da tribo (Vide Ilustração V.21).

Segundo Albisetti e Venturelli:

"Finalmente desbaratados, (os Bororo) afastaram-se das minas de modo que os invasores acabaram ocupando permanentemente a localidade, dividindo a poderosa tribo em duas partes que não tiveram mais relações entre si e que originaram a atual denominação de Bororo orientais e Bororo ocidentais, respectivamente a leste e a oeste dos rios Cuiabá-Paraguai" (EBI: 217-8).

A partir de 1777, com a definição das terras de Portugal e de Espanha retoma-se o fluxo de colonizadores muito mais interessados na instalação de fazendas de gado do que na mineração. A partir deste movimento novas lutas e expedições punitivas são organizadas contra os dois ramos Bororo arredios. "Iniciou-se, assim, o quarto grande ataque à nação Bororo. O primeiro foi pelo Rio Cuiabá; o segundo, pela estrada Cuiabá-Goiás; o terceiro, pela estrada Cuiabá-Vila Bela e agora, pela Cuiabá-Uberaba" (Bordignon, 1987: 19).

Os Bororo ocidentais, os da Campanha e os Cabaçais que viviam em constantes conflitos com os moradores e viajantes que de Cuiabá iam à Vila Maria (Cáceres) e de lá à Vila Bela, foram vítimas de várias expedições. Entre 1810 e 1816, os Bororo da Campanha foram massacrados pelo coronel João Pereira Leite, dono da fazenda Jacobina. Em 1842, depois de várias derrotas os Cabaçais foram "pacificados" pelo Pe. José da Silva Fraga e assentados numa fazenda no registro de Jauru (cf. Bordignon, 1987: 19).

As últimas notícias sobre os Bororo Ocidentais são da Missão Rondon (1906) e de Petrullo (1932). A Missão Rondon constata o processo final de aculturação dos Bororo Cabaçais numa fazenda perto de Pau Seco (cf. Viertler, 1982:46). Petrullo, em suas visitas em 1932, observou uma aldeia de Bororo da Campanha chamada Laguna, cujos remanescentes denotavam alto grau de aculturação. Em síntese, segundo Ribeiro, os Bororo ocidentais foram destruídos a ponto de sustentar a idéia de extermínio (Ribeiro, 1970: 76).

Os Bororo Orientais, mais comumente denominados de Coroados até então, senhores do médio e alto São Lourenço, são a partir de 1836 protagonistas das páginas mais sangrentas da história do Mato Grosso. A necessidade de novas vias de ligação com São Paulo e Minas, bem como o interesse de colonizar áreas férteis do Vale do São Lourenço, levou o governo da Província de Mato Grosso a abrir uma estrada que passava pelo sopé da serra de São Lourenço ou dos Coroados, atravessava o Rio Piquiri e de lá rumava às cabeceiras do Rio Sucuri, atravessando o Rio Paranaíba, chegando até Uberaba, em Minas Gerais (cf. Caldas, 1987).

A abertura dessa estrada foi o estopim de uma guerra que durou até 1887, quando se deu a rendição total dos Bororo Orientais. Durante meio século, os Bororo empreenderam vários ataques aos destacamentos militares à beira da estrada, às fazendas e aos viajantes, o que motivou a organização de várias expedições punitivas que pouco a pouco foram destruindo aldeias e massacrando seus moradores (cf. Bordignon, 1987: 19-20, Viertler, 1982: 49-54).

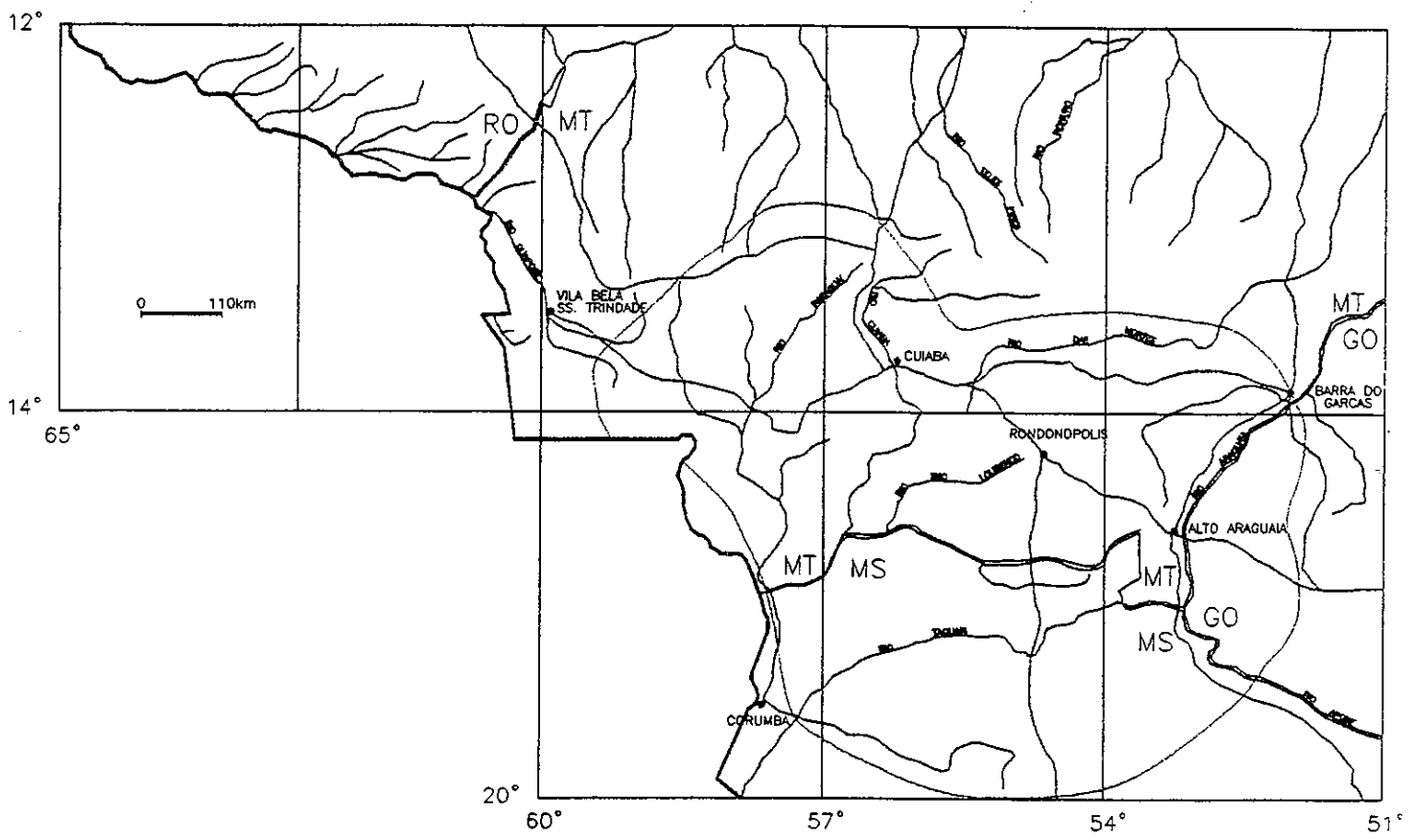
Em 1885, o governo da Província resolve por fim às atrocidades, buscando uma via pacífica para a atração dos Bororo. O alferes Antonio José Duarte, auxiliado pela lendária Rosa Bororo, convenceram um grupo a depor as armas, o que foi concretizado em 16/06/1886 com o batizado pelo Presidente da Província de 28 Bororo. Em janeiro de 1887, um grupo de 400 Bororo aceita a paz e guiado pelo cacique Mugúiu Kúri vai depositar as armas aos pés do capitão Duarte, encerrando-se a longa resistência Bororo.

Logo após a pacificação, os Bororo foram reunidos em duas Colônias Militares: uma na confluência do Rio Prata com o Rio São Lourenço, chamada Tereza Cristina; outra na confluência do Rio Piquiri ou Correntes com o Rio São Lourenço, chamada Colônia Isabel (cf. Steinen, 1940: 573; cf. Rego Mello, 1895: 94). As impressões deixadas por K. Von de Steinen, que visitou a Colônia Tereza Cristina em 1888, dá uma noção exata do fracasso da administração da mesma pelos militares, a ponto da direção da Colônia ser confiada aos salesianos, a partir de 1895. Em 1898, intrigas políticas fizeram com que os salesianos fossem afastados da Colônia e estes se dirigiram para a região do Rio das Mortes onde fundaram a Colônia do Sagrado Coração de Jesus e deram início ao trabalho de pacificação e catequese dos últimos remanescentes dos Bororo Orientais, ainda arredios.

Ainda durante a direção salesiana, conforme consta do memorial de demarcação, Rondon demarcou uma área de 65.000 hectares para a Colônia Tereza Cristina, aprovada pelo governo de Mato Grosso, em 1897.

A demarcação de Tereza Cristina encerra o período mais violento da história do contato interétnico, onde os Bororo perdedores de grande parte de seu território imemorial aceitam a paz em troca da garantia dessa área reservada. Neste período de paz, quando extensas áreas são ocupadas, a linha telegráfica cruza o território indígena pelos braços dos Bororo.

Se os Bororo do Médio Rio São Lourenço estavam aceitavelmente pacificados, os dos rios das Garças, Araguaia, das Mortes e alto São Lourenço continuavam em conflitos sangrentos com os brancos. Aos fazendeiros goianos, há tempo estabelecidos na região, vieram a acrescentar-se os destacamentos das estações telegráficas e um grande número de nordestinos que, fugindo da seca, refugiavam-se em Mato Grosso em busca de melhor sorte nos garimpos de diamantes da bacia dos rios das Garças e São Lourenço. Nasceram assim, no começo deste século, novos povoados e vilas que mais tarde se transformariam em cidades como Barra do Garças, Poxoréu, Alto Araguaia, Alto Garças, Rondonópolis, Guiratinga e General Carneiro. A maioria delas surgiram em lugares de antigas aldeias Bororo, gerando, muitas vezes, sérios conflitos.



— TERRITORIO TRADICIONAL (CF. BALDUS, 1935)
— LOCALIZACAO APROXIMADA DO TERRITORIO ATUAL

FERRONORTE S.A. tetraplan
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

EIA/RIMA DA FERRONORTE
ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO DE REDUCAO DO TERRITORIO
TRADICIONAL BORORO

"Em 1890, na região do Araguaia, foi assassinada a família de Manoel Inácio em vingança a um delito cometido por um feitor de Goiás que, envenenando a água de um poço, matou quase 200 Bororo". (Viertler, 1982-59).

Em 1891, os Bororo mataram três soldados do destacamento da linha telegráfica nos lugares chamados Barreiro de cima e das Bateias. O Marechal Rondon, nas suas memórias fala das dificuldades que teve para convencer seus soldados a respeitarem os índios.

Em 1897, os Bororo assaltaram a fazenda Tatu, perto de Araguaiana, matando os familiares do fazendeiro Clarismundo. Em represália, ele organizou uma expedição que encontrou os Bororo no Córrego Aldeia, afluentes do Rio das Garças, e matou mais de cem.

Foi para aqui que se dirigiram os salesianos. Em 18 de janeiro de 1902, acamparam num lugar freqüentado pelos Bororo denominado Tachos. Enquanto esperavam algum contato com os índios, cultivavam roças. Finalmente, resolveram, em agosto do mesmo ano, aproximar-se pacificamente. Iniciou-se assim, a Colônia do Sagrado Coração.

Em 1905, os salesianos fundaram outra colônia nas margens do Rio das Garças, perto do Córrego Araci e, em 1906, uma terceira, numa fazenda chamada Sangradouro. Cessaram as hostilidades com os brancos e os missionários começaram trabalhos agrícolas, profissionais, de alfabetização e de catequese religiosa, dentro do contexto histórico da época.

Em 1923, a Colônia do Rio das Garças foi abandonada por causa de uma epidemia e a dos Tachos mudou-se para um lugar mais rico de água, chamado Meruri, onde floresce até hoje. Freqüentes eram os ataques dos Xavante aos Bororo que não deixavam de contratar. Houve mortes em ambas as tribos, até 1935.

Em 1956, um grupo de duzentos Xavante adoentados e famintos apareceu em Meruri para pedir ajuda. Vinha da Lagoa, além do Rio das Mortes que no passado era o limite natural que o separava dos Bororo. Temendo que se iniciassem as antigas brigas, foi convidado a ocupar um lote dos Bororo a uns trinta km do Meruri, onde hoje existe a aldeia de São Marcos, a maior aldeia Xavante. Os Bororo ficaram assim com um lote de Dom Aquino (25.000 ha) e algumas terras que a missão tinha adquirido.

Como em outras áreas Bororo, pequenos e grandes fazendeiros começaram a invadir a reserva, alguns deles com títulos fornecidos pelo Estado. Os Bororo teriam perdido também essa área se não tivessem começado a exigir insistentemente que a Funai demarcasse uma para eles. Vencida longa burocracia, em 1976, foi começada a demarcação. Os moradores da área resolveram embargar a demarcação e não aceitar nenhuma proposta de indenização. No dia 15 de julho, chefiados pelo fazendeiro João Mineiro, cerca de 60 homens armados apareceram na missão. Assassinararam o P. Rodolfo e o Bororo Simão, deixando ainda quatro feridos. A área foi demarcada sem nenhuma indenização aos ilegais invasores e aos poucos que tinham títulos legais.

Em resumo, o processo de contato interétnico levou os Bororo Ocidentais à extinção. Os Bororo Orientais tiveram três formas diferente de contato:

- Os do Médio Rio São Lourenço encontraram os militares primeiro, depois o S.P.I. e posteriormente a Funai da qual dependem até hoje.
- Para os do Alto São Lourenço e do Rio Vermelho, o contato com o S.P.I. não foi determinante, aliás, o S.P.I. e a Funai os deixaram propositadamente à margem dos próprios cuidados, empurrando-os para o convívio dos brancos de tal forma que muitos desapareceram e os poucos remanescentes se mudaram para outras áreas. Só fica hoje a área de Jarudori, demarcada, homologada e completamente invadida sem mais nenhum Bororo ali residindo. (Vide Ilustração V.22).

Enfim, os Bororo da região dos rios Garças e Araguaia, encontraram os missionários salesianos e deles dependem até hoje.

Tem-se assim dois grupos de Bororo: aqueles que estão sob os cuidados do governo e aqueles que estão sob os cuidados dos missionários. Todos eles procurando, ao longo da história do contato interétnico, se ajustar à nova realidade para sobreviver. Funcionários públicos e missionários não foram os únicos responsáveis neste processo. Com o passar do tempo outros grupos de pessoas começaram a se relacionar com os Bororo, num ritmo cada vez mais crescente: fazendeiros, peões, garimpeiros, mascates, pescadores, antropólogos, jornalistas, políticos, etc.

3.6.1.4. Situação fundiária e jurídica atual do território de ocupação Bororo

O resultado do processo de contato dos Bororo com a sociedade nacional se resume não só no esbulho da maior parte de seu território tradicional como também na drástica redução de sua população sofrida.

Atualmente, o território Bororo compreende seis áreas indígenas que apresentam situações específicas de ocupação. Este território é descontínuo e corresponde a uma área 300 vezes menor do que o território tradicional calculado em 35 milhões de hectares (EBI: 273) e metade daquele território demarcado pelo Marechal Rondon. Acrescente-se ainda que as atuais áreas, embora demarcadas, não estão isentas de invasões, como ocorreu em Jarudori e Tereza Cristina.

O Quadro V.23 abaixo apresenta a situação atual destas terras.

**Quadro V.23: Área de Influência Direta
Situação Atual das Áreas Bororo**

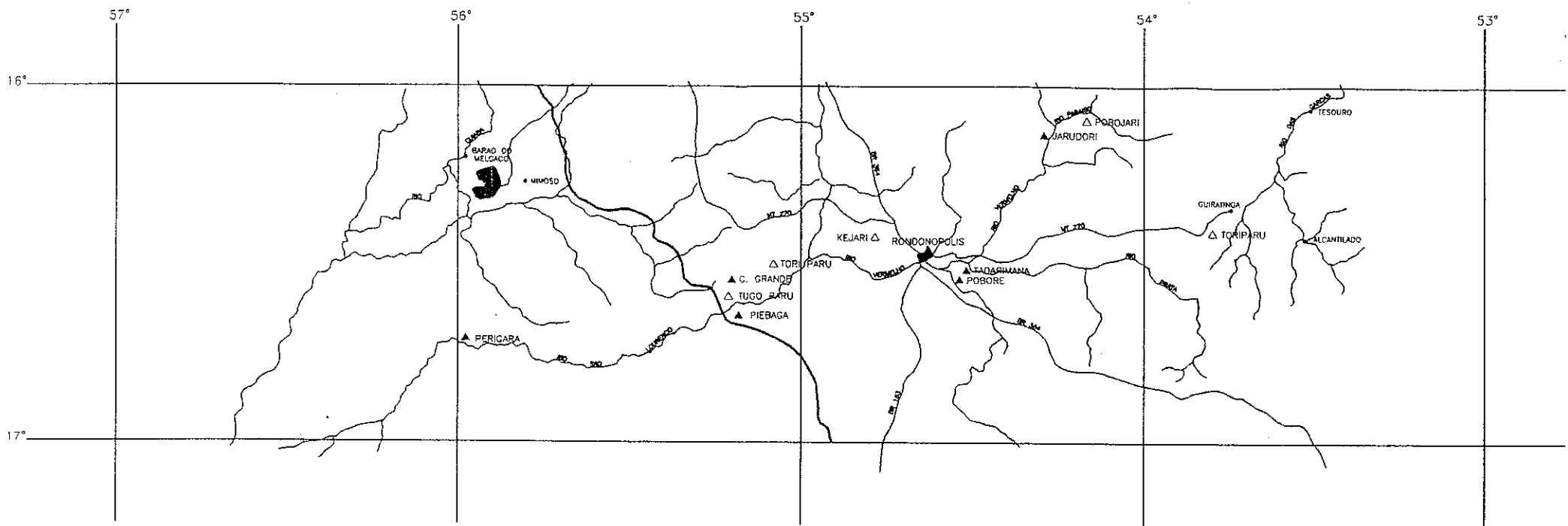
Áreas Indígenas	Hectares	Decreto de demarcação	Aldeias	Situação Jurídica
Tereza Cristina	25.694	64.018/69	Gomes Carneiro Piebaga	Invadida por fazenda Necessita nova demarcação
Tadarimana	9.785	684/45 (Dec. Est.)	Tadarima, Jurigui, Pobore, Praião	-----
Meruri (*)	82.301	76.999/76	Meruri, Garças	-----
Perigara	10.740	426/1894 (Ato Est.)	Perigara	-----
Sangradouro (*)	anexo à área Xavante	H.249 29/10/91	Sangradouro	-----
Jarudori	4.706	684/45 (Dec. Est.)	-----	Invadida por cidade
TOTAL	133.226			

Fonte: Serpa, 1989.

(*) Essas áreas, conforme Termo de Compromisso 001/94, entre a Funai e a Ferronorte estão excluídas dos estudos ambientais.

Outro resultado do processo de contato é a drástica redução de população sofrida pelos Bororo. Esta situação que pode ser vista no quadro abaixo, indica o alto grau de vulnerabilidade dos Bororo aos efeitos letais do convívio pacífico, tanto que, ao analisar o censo de 1932 do SPI, Darcy Ribeiro (1977: 293) observa as condições de extrema desorganização e a intensiva redução de população Bororo e prediz que a situação do grupo não indicava nenhuma estabilização demogenética mas sim as últimas etapas de um processo de extinção.

A atualização do censo da população Bororo (1987/1992 e 1994) indica entretanto uma situação de crescimento que será analisada ao longo do diagnóstico.



0 10 20 30km

- △ ALDEIA BORORO
- ▲ ALDEIA BORORO ATUAL
- ALDEIA BORORO ATUAL

FERRONORTE S.A. tetraplan
CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

EIA/RIMA DA FERRONORTE
ESTADO DE MATO GROSSO

OS BORORO DO RIO VERMELHO E DO
RIO SAO LOURENÇO (PANTANAL)

**Tabela V.115: Área de Influência Direta
 Processo Histórico - População Bororo**

BORORO ORIENTAL			BORORO OCIDENTAL		
Fonte/Ano	População	Aldeia	Fonte/Ano	População	Aldeia
Caldas (1886)	3.595	34	Caldas (1842)	117	?
Cook (1901)	5.000-10.000	8	Chamberleim (1849)	290	?
Salesianos (1907)	3.907	10	Caldas (1886)	220	?
R. Hay (1919)	3.000-5.000	13	Kosiowski (1894)	100	?
Baldus (1935)	1.000	?			
Saake (1952)	700-1.000	?			
Montenegro (1959)	700	?			
Uchoa (1979)	626	5			
Cedi (1987)	738	8			
UFMT/FNS (1992)	938	9			

Fonte: Diversos autores como especificados

Entre 1896 e 1930, Rondon reserva aos Bororo da bacia do Rio São Lourenço quatro lotes de terras que ficaram sob cuidados do SPI:

**Tabela V.116: Área de Influência Direta
 Lotes de Terras Reservadas por Rondon para os Bororo**

LOTE	ÁREA (Ha)
Colônia Tereza Cristina	65.923
Colônia Isabel (Perigara)	10.740
Pobore (Tadarimana)	9.785
São João do Jarudore (Jarudori)	±100.000
TOTAL	186.448

Fonte: Serpa, 1988.

Essas áreas reservadas compreendiam parte do território tradicional ocupado por dezenas de aldeias na sua maioria hoje extintas. Os lotes "Pobore" e "Colônia Isabel" foram os únicos que lograram permanecer quase inalterados. Os lotes "Tereza Cristina" e "Jarudore", apesar da administração do S.P.I., tiveram grande parte de suas terras grilladas e ocupadas pelas fazendas.

Conforme indicado no **Quadro V.23**, o reduzido território atual Bororo apresenta dois grandes problemas fundiários que são tratados resumidamente a seguir:

- **Área Indígena Tereza Cristina**

A antiga Colônia Tereza Cristina foi demarcada em 1896 pelo engenheiro militar Cândido Rondon, com uma superfície total de 65.923 Ha, representando uma parcela reduzida do *habitat* dos Bororo da bacia do Rio São Lourenço. (Vide Ilustração V.23).

A partir da década de 50, o Governo de Fernando Corrêa da Costa passa a expedir títulos de propriedade na área da Colônia Tereza Cristina, até então respeitada pelos governos estaduais. Somente em 1965, o S.P.I. toma a iniciativa de mover uma ação judicial contra os detentores de títulos definitivos incidentes na área reservada por Rondon. Em 1966, a ação é arquivada e após entendimento com o Ministro da Agricultura, Sr. Ney Braga, o governador do Mato Grosso, Sr. Pedro Pedrossian, propõe a celebração de um "convênio" que além de ratificar os títulos expedidos pelo Estado, reduz em 38 % a área original demarcada em 1896 por Rondon.

A demarcação realizada em 1976, sob a supervisão da Funai, veio concretizar o processo de expropriação territorial dos Bororo confirmando uma área de apenas 25.694 ha.

Essa situação perdura até hoje, estando os Bororo sem esperança de recuperar a área original da antiga colônia e permanecem confinados numa área de terras pouco aproveitáveis (cerrado e brejo),

PROC./FUNAI/N.º	884/88
FLS.:	218
RUBRICA:	<i>[assinatura]</i>

uma vez que as melhores e as mais aproveitáveis passaram para os fazendeiros vizinhos. Como se não bastasse, novas invasões e desmatamentos são registrados nas áreas decretadas, o que denota o descaso e ineficiência do órgão tutor na defesa da terra indígena.

Atualmente, os Bororo reivindicaram junto à Funai uma solução imediata frente aos quatro casos de invasões da área decretada.

O primeiro caso é o da Fazenda Santa Maria do Ibitinga, encravada no centro da área. Esta invasão foi confirmada pelo Decreto nº 64.018 de 22/01/69, em função de pressões políticas e que exclui cerca de 3.000 ha dos limites das áreas indígenas interditas naquela época para fins de demarcação.

O segundo caso é a necessária redefinição dos limites das áreas indígenas na Serra dos Coroados. Os Bororo reivindicam a anexação de uma área tradicionalmente explorada em caçadas de araras e coletas de frutas do cerrado, como a mangaba. Esta área foi usada pelos Bororo até 1987, quando foi desmatada pelo Deputado Estadual Moisés Feltrin, proprietário da Fazenda Coroados.

O terceiro caso é o da reintegração de posse das Fazendas "Campina" e "Pantanal", localizadas nas propriedades da aldeia Piebaga. Os Bororo recentemente conseguiram efetivá-la, após 29 anos de tramitação de uma ação judicial inusitadamente movida pelo S.P.I. contra o fazendeiro José Pinto, pretense proprietário dos citados imóveis rurais.

O quarto caso é o da definição dos limites da área nas nascentes do Córrego Grande.

Na **Ilustração V.23** está delimitada na cor verde a área original da Colônia Tereza Cristina, medida e demarcada por Rondon, em 1895. A área extremada era de aproximadamente 65.923 hectares e compreendia conforme consta do memorial a seguinte descrição:

"Pela margem direita a Colônia tem por limite, partindo do primeiro marco, em frente a foz do rio Dr. Correia (Rio Ponte de Pedra), toda a serra dos Coroados até a cabeceira principal do Córrego Grande, e por este abaixo até sua embocadura no São Lourenço.

Pela margem esquerda, partindo da foz do rio Dr. Correia, pelas serra do Brigadeiro Jerônimo até a ponta do Morro Pelado, onde foi colocado o 2º marco, e daí por uma linha imaginária, com o azimute de 71º verdadeiros até a margem esquerda do São Lourenço, um pouco abaixo da foz do Sapé e onde se colocou o 3º marco.

Essa linha corta uma pequena volta do rio. Não podia deixar de ser assim, por isso que esse ponto estava já determinado para servir de limite à primeira área, não me sendo mais permitido abandoná-lo, visto terem desaparecido com as enchentes todas as estacas que havia afincado nas margens.

Pela determinação feita o ano passado, observando-se a constelação do orion e pela observação do sol em setembro deste ano, no mesmo ponto, encontrei uma média de 4.30' para a declinação da agulha naquele ponto, com correção oriental.

Empregando fórmulas trigonométricas de áreas de triângulo e do quadrilátero, encontrei para área aproximada da Colônia encerrada entre aqueles limites, a superfície de 659.234.411 metros quadrados, com aproximação para os logaritmos das linhas trigonométricas naturais, de cinco algarismos decimais." (Memorial Descritivo: pág. 9 (transcrição), 1896).

"Em preto" está delimitada a área atual segundo a planta de delimitação datada de 07/07/93 (escala 1:50.000) com uma superfície aproximada de 33.570 hectares. Esta proposta de delimitação encontra-se em estudo na Diretoria de Assuntos Fundiários/Funai (Processo Funai/BSB/0344/94) e visa resolver três questões fundiárias incidentes na área indígena. Trata-se da incorporação de uma superfície de 8.320 hectares representada por partes das fazendas: I. Fazenda Pantanal/José Pinto (3.700 ha), área já reintegrada por força de mandato judicial; II. Fazenda Sta. Maria de Ibitinga (3.320 ha), reintegração à espera de proposta de indenização; III. Fazenda Salto Poentes - Serra dos

PROC/FUNAI/N.º	1884/88
PLS:	219
REVISÃO:	<i>[assinatura]</i>

Coroados (1.300 ha) - reavivamento de marcos que foram retirados por fazendeiros e melhor definição das cabeceiras do Córrego Grande.

A área da Fazenda Santa Maria de Ibitinga, encravada no centro da área indígena, tem seu perímetro delimitado por linhas tracejadas e como se pode observar, ocupa áreas importantes para a exploração econômica dos Bororo.

- **Área Indígena Jarudori**

O lote "São João do Jarudore" reservado por Rondon, compreendia uma área de aproximadamente 100.000 ha, no vale do Rio Vermelho, onde localizavam-se as aldeias de Jarudori, Aijere, Pobjári, Tugoparu e Toriparu.

Na década de 40, uma onda de invasão de colonos, fazendeiros, criadores de gado e garimpeiros se abateu sobre essas terras, levando o S.P.I. com o Governo do Estado de Mato Grosso a lotear essa área, reservando aos Bororo uma área de apenas 4.700 ha. Neste período, as aldeias Aijere, Tugoparu e Toriparu foram dizimadas pela gripe e tuberculose. A aldeia de Pobjári (Paraiso) foi desmantelada e seus moradores refugiaram-se no Meruri ou em Tadarimana, em 1966. A aldeia de Jarudori resistiu até 1983, quando jagunços e moradores da Vila Jarudori, apoiados por políticos locais expulsaram os últimos Bororo e se apossaram da área demarcada.

Até o presente momento, nenhuma das ações administrativas da Funai surtiu efeito em recuperar essa área ou em recompensar os Bororo pela perda da reserva.

3.6.1.5. Os Movimentos Bororo para preservação de seu território

O surgimento de um movimento reivindicatório Bororo, no final dos anos 70, reflete o alto grau de insatisfação em que se encontra este grupo, depois das violentas etapas do processo de contato com a sociedade nacional.

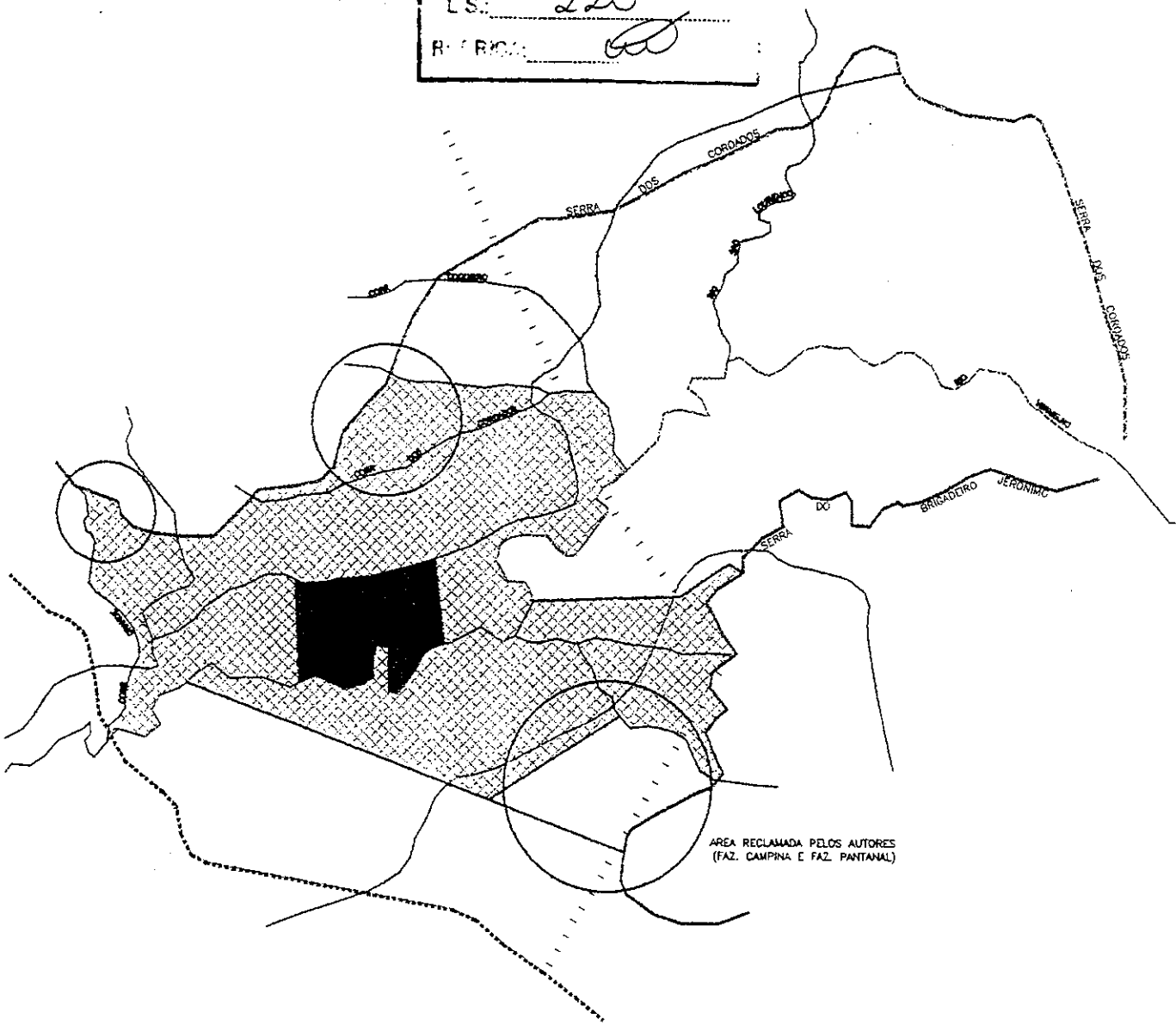
O histórico da perda das terras tradicionais, o degradante processo de depopulação e a lastimável situação médico-sanitária e educacional, fizeram brotar uma consciência reivindicatória e um forte desejo de lutar pela sobrevivência do grupo. A vontade coletiva de resolver a situação instável das terras reservadas é o que leva o movimento Bororo buscar atuar nas diferentes situações jurídico-fundiárias dessas áreas, como por exemplo, na situação das áreas de Tereza Cristina, Jarudori e Pobjári.

Historicamente, os Bororo sempre revidaram o avanço da sociedade nacional sobre suas terra. Em fins do século XIX, com a "pacificação" dos Bororo da bacia do Rio São Lourenço, encerra-se a guerra que havia durado mais de 150 anos. Entretanto, a resistência não termina aí, mas renasce em situações de confronto com representantes da colonização, principalmente nas áreas de garimpo.







O melhor exemplo de resistência aconteceu na região do médio São Lourenço, sob o poder carismático do Boeimejera Cadete, que durante décadas comandou uma confederação de várias aldeias Bororo, conseguindo impor limites à gana espoliativa das fazendas sobre o território tribal. Seu poder, respeitado por Rondon, salvou aos Bororo muitas áreas que foram posteriormente reservadas para eles.

A morte de Cadete, em 1953, acontece na década mais violenta do contato, quando os Bororo foram expulsos de suas melhores terras, quando muitas aldeias desapareceram devido às doenças que se abateram sobre uma população totalmente desassistida pelo SPI, período este em que o movimento de resistência desapareceu.

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
 LS: 220
 R.º RIC: *[assinatura]*



AREA RECLAMADA PELOS AUTORES
 (FAZ. CAMPINA E FAZ. PANTANAL)

-  AREA DA COLONIA TEREZA CRISTINA - 65923 ha (DEMARCADA POR RONDON EM 1897)
-  AREA ALIENADA PELO GOVERNO DO MT - 36910 ha (LEI ESTADUAL 2630 DE 03/08/1966)
-  AREA RECONHECIDA COMO SENDO DOS BORORO (25699 ha - DECRETO DE 22/01/1969)
-  AREA DEDUZIDA A FAVOR DE F. FERRAZ (CERTIDAO NEGATIVA DE 1976)
-  AREAS COM INVASAO E DESMATAMENTO (LEVANTAMENTO EM SET. DE 1985)
-  FERRONORTE

FERRONORTE S.A.

tetraplan
 CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

EIA/RIMA DA FERRONORTE
 ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO DE REDUCAO DA AREA
 DA COLONIA TEREZA CRISTINA

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
 L.S.: 22/1
 RUBRICA: [assinatura]

No início dos anos 70, na área da Missão Salesiana, onde a ação dos agentes havia sido mais forte em termos aculturativos, é que renasce o movimento de recuperação das terras. O movimento do Meruri vem reivindicar a demarcação das terras que estavam sendo roubadas pelos fazendeiros vizinhos, sendo que muitos deles haviam sido colocados ali pelos próprios salesianos.

O início dos trabalhos de equipe de agrimensores da Funai juntamente com a equipe de Bororo, veio acirrar os atritos com os fazendeiros, que, apoiados por políticos e investidores de projetos agropecuários da região, organizaram um movimento contra a demarcação e contra a averiguação dos títulos das terras cuja autenticidade era questionada.

O conflito explode em 15 de julho de 1976, quando a Missão é atacada por 62 fazendeiros armados, que mataram o Padre Diretor, Pe. Rodolfo Lukenbein, e o índio Simão, ferindo outros quatro Bororo. O massacre do Meruri, como ficou conhecido este acontecimento, revelou à opinião pública a realidade da situação fundiária das terras indígenas e mostrou aos Bororo que tipo de inimigo ele teria que enfrentar, o que fez solidificar uma aliança com os vizinhos Xavante, os tradicionais inimigos Kaiamo, reforçando a continuidade da luta nas situações que posteriormente o grupo teria que enfrentar em outras áreas reivindicadas.

O massacre do Meruri não intimidou o movimento Bororo e este foi vingando nas outras áreas, ora manifestando-se contra a política emancipacionista dos projetos de desenvolvimento implantados pela Funai e contra a atuação de funcionários corruptos, ora cobrando a obrigação do próprio órgão tutor na demarcação das terras.

Em agosto de 1983, realiza-se na aldeia do Garças (Jakorequewau), recentemente levantada por famílias dissidentes da Missão Salesiana, uma reunião das chefias Bororo. O Primeiro Encontro Nacional dos líderes Bororo pode ser considerado um marco histórico na luta indígena pelos seus direitos e a reunião do Garça passou a ser um exemplo a ser imitado pelas demais nações indígenas do Estado do Mato Grosso.

O 1º Encontro Bororo contou com a participação de vários líderes das reservas de Perigara, Tereza Cristina, Tadarimana, Sangradouro, Meruri e Garças, que discutindo os problemas específicos de cada aldeia chegaram ao ponto comum da necessidade de união entre os Bororo e destes com as outras nações indígenas.

A organização da reunião esteve à cargo do grupo denominado PRIMBO - Projeto Indígena Bororo, que posteriormente teria papel importante na criação da UNI - União das Nações Indígenas, o qual divulgou, após o encerramento da reunião, um documento contendo as principais reivindicações do movimento e várias denúncias contra a atuação (e a omissão) da Funai.

A partir desse encontro a participação das lideranças Bororo no Movimento Indígena Nacional tornou-se destacada. Os Bororo participaram intensamente da criação da UNI, das lutas pela deposição dos delegados da 5a. DR e da Ajudância de Barra do Garças, dos movimentos ocorridos na sede, em Brasília.

Ao longo do processo de abertura política, os Bororo apoiaram a candidatura de Mário Juruna e participaram assiduamente junto à Comissão Permanente do Índio, criada pela Câmara Federal dos Deputados, logo após o movimento contra o Decreto Federal de Emancipação do Índio.

Os rumos da política indigenista oficial, sob a Nova República, em quase nada se diferenciava da política dos Coronéis. O movimento Bororo, agora reforçado pela possibilidade de alguns Bororo participarem da máquina burocrática do órgão tutor, consegue levar em frente o trabalho de conscientização sobre a necessidade de união, organização e de luta por seus direitos. As recentes invasões na área de Tereza Cristina, o momento político criado com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a crise administrativa atual do órgão tutor, levaram os Bororo ao planejamento de um novo encontro de lideranças sediado na aldeia de Córrego Grande.

Apoiados política e financeiramente pela UNI, pelo CIMI e até pela Superintendência de Cuiabá (Funai), os Bororo se reuniram durante três dias em 1987 na aldeia de Córrego Grande, onde discutiram os rumos do movimento para a resolução dos problemas fundiários, de saúde, de educação e de administração de seu território atual.

O 2º Encontro Nacional de Líderes Bororo, realizado em fins de abril de 1987, reuniu no pátio central da aldeia de Córrego Grande, as lideranças Bororo das aldeias de Perigara, Córrego Grande, Tadarimana, Meruri, Garças e Sangradouro. Estavam ausentes os representantes das aldeias do Pobore e do Piebaga, devido a problemas de saúde em suas áreas. Encontravam-se também presentes assessores da Superintendência da Funai de Cuiabá, de Barra do Garças, a equipe de agrimensores da Funai de Cuiabá, o administrador do escritório de Rondonópolis, representantes da Missão Salesiana, do CIMI, a equipe da TV Bandeirantes, jornalistas da imprensa de Cuiabá, representantes da UNI, antropólogos do CTI/SP e da equipe de Avaliação do Polonoroeste (Fipe/USP).

O resultado do encontro veio selar um compromisso entre as chefias Bororo e os diferentes agentes (Funai/Cimi/UNI/antropólogos, etc.) para a solução da questão fundiária, bem como das questões de educação, saúde e administração dos postos indígenas.

O documento reproduzido abaixo apresenta as principais reivindicações do movimento Bororo:

"Posto Indígena Gomes Carneiro, 29 de abril de 1987.

2ª Assembléia Indígena Bororo

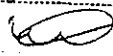
Essa Assembléia foi promovida pelas lideranças indígenas Bororo de todas as aldeias: Gomes Carneiro, Meruri, Rio Garças, Sangradouro, Tadarimana e Perigara.

A reunião foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1987. Nesta reunião resolvemos encaminhar às autoridades o seguinte documento:

Nós, as Lideranças Indígenas Bororo que se localizam no Estado do Mato Grosso, estivemos três dias reunidos. Nessa reunião falamos muito sobre a questão da área Gomes Carneiro, as lideranças de todas as aldeias vieram exigir seu apoio para que esta redemarcação seja resolvida o mais rápido possível. Todos estão de pleno acordo em acompanhar esta redemarcação, já que a anterior é ilegal.

A terra é uma questão que todos os índios tem o cuidado em defendê-la, porque o índio quer a terra para sua própria sobrevivência, como também para preservar sua cultura. A caça e pesca que anteriormente não eram para nós esse grande problema, hoje são cada vez mais difíceis pelas constantes invasões dos brancos. Essas invasões depredam a reserva pelo desmatamento e pela caça e pesca com fins lucrativos. Nós os índios defendendo o direito sobre a terra hoje reunimos para termos uma força maior para que possamos encaminhar este documento exigindo os nossos direitos.

Nesta reunião realizada, as lideranças se pronunciaram de que a Reserva Tereza Cristina, inicialmente de 100.000 hectares, foi demarcada por Cândido Mariano Rondon e posteriormente reduzidos para 65.000 hectares. Ao longo dos anos esta demarcação não foi respeitada pelo Estado e a própria tutora do índio. A terra assegurada pelo Rondon esteve comprovada por documentos e mapas legais. Hoje existem vários fazendeiros dentro da histórica terra dos Bororo. A reserva redemarcada pela Funai em 1976, ganhou outro nome também, de P. I. General Gomes Carneiro, até esta área está invadida assim como a anterior e reduzida para apenas 26.000 hectares. Essa área foi reduzida porque a Funai forneceu uma certidão negativa de uma área de quase 3.000 hectares que está no coração da reserva e que é território indígena desde tempos imemoráveis.

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
LS:	223
SERVIÇO:	

As lideranças apelam para as autoridades que tomem todos os cuidados para que não penetrem mais posseiros ou obras enquanto se executa esta redemarcação. Soubemos que está previsto um loteamento na área invadida pelo Sr. Licínio Arantes.

Preocupamos muito porque nesta reserva que está demarcada e sendo redemarcada existem grandes fazendeiros, sua presença pode ser comprovada por documentos da Funai e pelas lideranças Bororo.

A presença desses fazendeiros na nossa terra dificulta as caçadas e gera apreensão nos membros da comunidade que andam pela área.

Nessa reunião foi escolhida uma comissão de Bororo que irá exigir que se cumpram todos os procedimentos legais para regularizar essa área.

Discutimos também a necessidade de termos um melhor atendimento no setor de saúde e educação, que estão em condições inviáveis.

O último ponto discutido foi a necessidade de uma reestruturação administrativa da Funai, que deveria ter pessoal não apenas interessado em ganhar dinheiro, mas que tenha também um compromisso com a causa indígena. Outra coisa que exigimos é que haja representantes Bororo entre os funcionários da Funai, que até agora tem dado mais privilégios a outras nações, se esquecendo dos Bororo. Queremos também que os monitores para educação e os atendentes de enfermagem sejam membros da comunidade.

Vamos tentar outra vez dar um crédito de confiança para um governo que agora é democrático, mas estamos cansados de promessas e com as autoridades não dêem uma solução rápida para esse caso, vamos resolver à nossa maneira."

(seguem as assinaturas das lideranças Bororo das aldeias participantes)

Nos últimos anos, o movimento Bororo acompanhou os trabalhos de campo, para a redefinição dos limites da Área Tereza Cristina, que não foi aceito pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai, tanto que, atualmente, vem sendo desenvolvidos novos estudos (Processo FUNAI/BSB/0344/94), para a solução dos principais problemas fundiários desta Área Indígena.

Em 1989, os Bororo de Tereza Cristina participaram ativamente da perícia antropológica realizada na área ocupada pela família do Sr. José Pinto (Processo: Ação Civil Ordinária nº 1.172-4/Procuradoria da Justiça Federal de Mato Grosso). Este processo resultou numa ação de reintegração de posse de 3.700 ha, no ano de 1994.

Ainda, em 1989, os Bororo de Tereza Cristina, preocupados com as notícias sobre a construção de uma Ferrovia em suas terras, acionaram a Procuradoria Geral da República, nos termos do item XXXIV do artigo 5º letra "a" da Constituição Federal, em defesa de seus direitos (Processo MPF/PGR nº 08100.003321/89-91). Ao mesmo tempo interpelaram a Ferronorte à respeito do traçado da Ferrovia e receberam em resposta a carta que encontra-se em Anexo (Vide Anexos de Documentos nº 2 e 3).

Hoje, tendo em vista os trabalhos de campo para a elaboração do EIA/RIMA, os Bororo aguardam com atenção os procedimentos e programas que virão mitigar ou minimizar os impactos ambientais que advirão com a construção e operação da Ferrovia.

3.6.2. O Grupo Indígena Bororo

3.6.2.1. Distribuição da população

Os Bororo da Bacia do Rio São Lourenço compreendem, atualmente, uma população de 548 indivíduos distribuídos em sete aldeias localizadas em três áreas indígenas.

Os dados demográficos coletados nos relatórios bimestrais fornecidos pela Administração Regional Rondonópolis/Funai (ADR de Rondonópolis) referem-se principalmente ao período de janeiro a outubro de 1994, e foram escolhidos por apresentar uma situação mais confiável para análise. Para a Área Indígena Tereza Cristina usou-se o censo recente elaborado pela professora da aldeia Campo Grande.

A Tabela V.117 apresenta a distribuição dessa população por área e por comunidades, numa série histórica que sugere um processo de crescimento vegetativo.

Tabela V.117: Área de Influência Direta
Distribuição da População Bororo por Área Indígena e Aldeia, 1979-1994

Área	Aldeias	População		
		1979	1988	1994
Meruri	Meruri	167	365	240
	Garças	61		70
Sangradouro		24	30	52
Jarudori		15		
Tadarimana	Tadarimana	105	76	124
	Pobore			23
	Praião			38
	Jurigui			17
Tereza Cristina	Córrego Grande	152	168	167
	Piebaga			83
Perigara	Perigara	102	99	80
	Outras aldeias			08
	Rondonópolis			12
Bororo Bacia São Lourenço		359	343	548
Pop. Bororo Total		626	738	914

Fontes: 1979 (P. Ochoa, 1980); 1988 (Serpa, 1989); 1994 (M. Bordignon, 1995); e, 1994 (Saúde/Funai).

Uma primeira característica da dinâmica populacional das aldeias Bororo, tanto do passado quanto do presente, é a alta mobilidade que o quadro anterior sugere. Este aspecto demográfico muitas vezes confirmado pelos censos e história de vida dos Bororo pode ser explicado, por um lado, como uma consequência do processo de contato e mudança e, por outro, como uma prática tradicional anterior ao contato com a sociedade nacional.

Entre os motivos que influenciam a mobilidade populacional das aldeias figuram, principalmente a morte de parentes, rixas internas, o término de obrigações cerimoniais, a escassez de recursos e os conflitos com o branco (missionários, Funai e regionais).

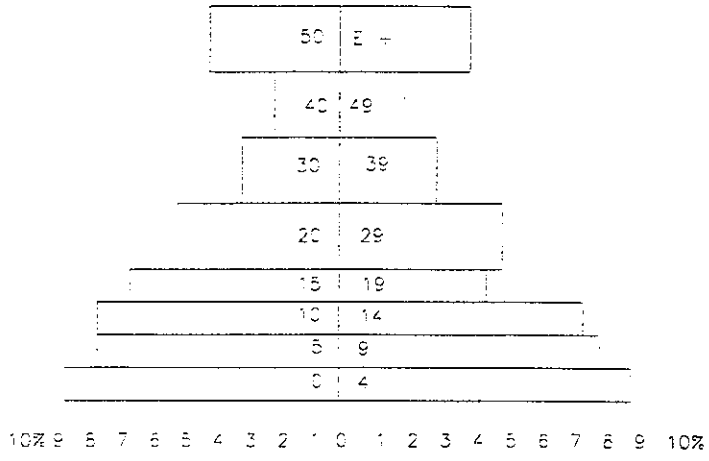
Essa mobilidade que, se apreende por um controle mensal e anual da dinâmica populacional das aldeias, vem apresentar implicações relevantes para o estudo do impacto ambiental da Ferrovia.

3.6.2.2. Composição da população

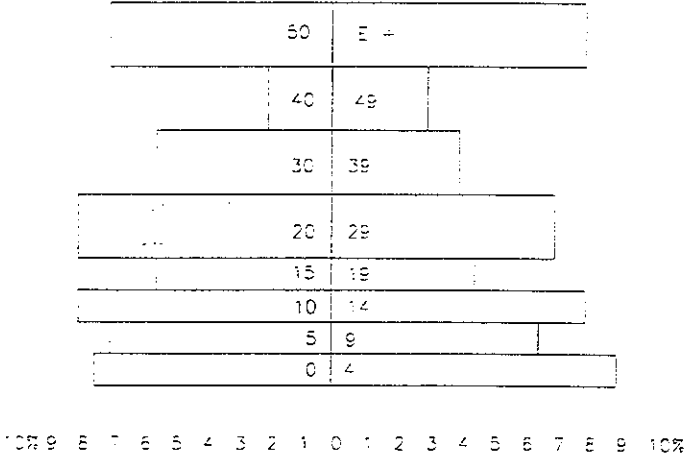
O comportamento das estruturas demográficas da população Bororo e principalmente dos Bororo da bacia do Rio São Lourenço é ilustrado por pirâmides demográficas construídas a partir das seguintes fontes:

- a pirâmide demográfica da população Bororo no Estado do Mato Grosso foi elaborada por dados censitários coletados no relatório preliminar da comissão Funai/Prodeagro (1994);
- a pirâmide demográfica da população Bororo assistida pela ADR de Rondonópolis foi constituída a partir do censo fornecido pela Assistência Social desta administração, dados estes que não correspondem ao montante populacional referido nos relatórios de saúde da mesma administração, mas que são viáveis para a ilustração que se pretende;
- por último, a pirâmide demográfica da aldeia de Córrego Grande está baseada no recente censo elaborado pela professora da área.

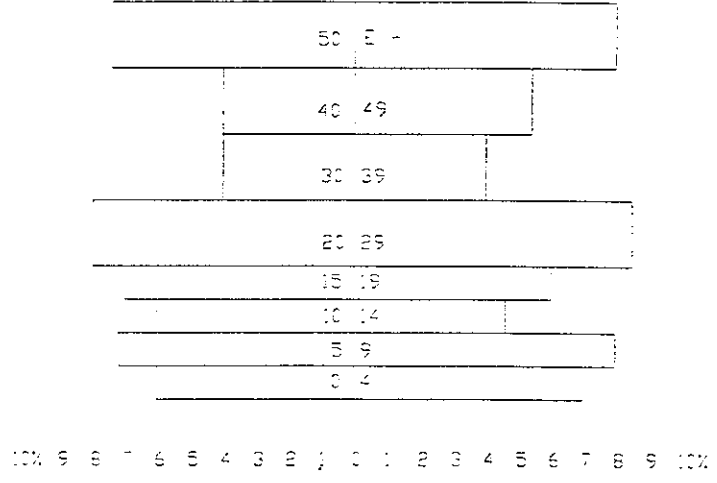
c) Pirâmide populacional Bororo no Estado de Mato Grosso (FNI/Prodeagro/1992)



b) Pirâmide demográfica dos Bororo do bairro São Lourenço (1994)



c) Pirâmide demográfica do Abalo Condego Grande



Mesmo considerando-se as limitações impostas pela utilização de anos diferentes (92, 94 e 95), algumas inconsistências dos censos e os diferentes níveis de distribuição da população, é possível observar:

- o comportamento das estruturas demográficas da população Bororo revelam uma taxa alta de natalidade associadas a uma taxa baixa de mortalidade;
- uma população predominantemente jovem, com um expressivo contingente de idosos e um estrangulamento da faixa etária de 30 a 50 anos;
- a inclinação acentuada da pirâmide, de 0 a 40 anos, reflete as altas taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos nos últimos 30 anos que sem dúvida corresponde à etapa recente do contato, quando ocorreu a ocupação do Centro-Oeste brasileiro e à conseqüente deterioração das condições de vida dos Bororo, com o comprometimento da esperança de vida ao nascer dessa população;
- que o pequeno número de indivíduos na faixa etária de 35 a 65 anos (15 % da população), em relação às faixas etárias inferiores pode estar representando uma recuperação do crescimento populacional nos últimos 30 anos; e,
- que em relação à população menor de 5 anos cuja taxa se encontra acima de 15 % nas três pirâmides, pode significar, uma vez controlada a mortalidade dentro desta faixa, uma recuperação no crescimento da população Bororo.

Tomando como parâmetros os dados do setor de Saúde da Administração de Rondonópolis, é possível determinar alguns indicadores demográficos gerais desta população indígena. A Tabela V.118, abaixo, apresenta índices surpreendentes em termos dos coeficientes de natalidade, mortalidade e fecundidade dos Bororo. Dada a qualidade dos dados demográficos disponíveis, só foi possível apresentar a dinâmica da Aldeia de Córrego Grande, comparativamente à da população Bororo da área em estudo.

Os indicadores apresentam uma alta taxa de natalidade anual de 3,46%, contrastando com uma baixa taxa de mortalidade geral de 0,91%. No período de análise observa-se, entretanto, uma alta taxa de mortalidade registrada na população idosa (5,4%) e uma baixa taxa de mortalidade infantil (1,3%).

**Tabela V.118: Área de Influência
 Indicadores Demográficos Gerais**

Local	Ano	Pop.Abs (nº hab)	Taxa mort. (%)	Cresc.Demog. (%)	Taxa Nat. (%)	Taxa Fec. (%)
Córrego Grande	1992	150	2,0	0,66	2,66	11,43
	1993	156	0,0	4,99	4,49	19,44
	1994	170	0,6	4,69	5,29	25,00
Bororo ADR-Rondonópolis	1994	548	0,91	2,55	3,46	17,75

Fonte: Saúde/Funai, Out/94.

Com relação aos coeficientes gerais obtidos para a aldeia de Córrego Grande deve ser levado em conta a mobilidade dos Bororo caracterizada pelo fluxo constante entre as aldeias, o que muitas vezes dificulta o controle censitário. Entretanto, a média dos índices de natalidade e de fecundidade comparado à da população Bororo da ADR Rondonópolis, são similares.

Tomando como base os indicadores demográficos gerais dos Bororo da Bacia do Rio São Lourenço, pode-se afirmar que o grupo indígena apresenta uma taxa anual de crescimento da ordem de 2,55%. Considerando o método da progressão aritmética baseado na pressuposição de que a população evolui segundo um incremento constante por unidade de tempo, pode-se estimar que a população Bororo apresentará as seguintes projeções:

Tabela V.119: Área de Influência
 Projeções de População para Período 2000-2010

População	Anos				
	1995	2000	2005	2010	2015
Bororo bacia do S. Lourenço	582	684	787	889	992
Bororo Total	1.002	1.090	1.178	1.266	1.354

Fonte: Quadro Distribuição da População/Saúde-Funai, 1994.

3.6.2.3. Deslocamentos e fluxos migratórios

No passado, os Bororo desenvolviam na época da seca, "Joru Butu", grandes viagens de exploração do território tradicional. Estas viagens denominadas de *Maguru* empregavam quase toda a aldeia, que permanecia até quatro meses caçando, pescando e coletando todo tipo de recurso natural. Muitas vezes estas viagens objetivavam a caça de onças, animal fundamental para concretização das prestações cerimoniais relacionadas com o funeral Bororo.

A ocupação do território tradicional pelas cidade e fazendas contribuiu para o desaparecimento das atividades nômades do grupo. O *Maguru* foi barrado pelas contingências criadas com o estabelecimento das reservas e pelas condições impostas pelos agentes da "pacificação". A perda de nichos ecológicos de exploração, a extinção de espécies e a quebra das cadeias ecológicas são os principais fatores que comprometem não só o deslocamento sazonal, mas a própria importância da caça e coleta nas áreas reservadas.

Atualmente, os deslocamentos são esporádicos e não compreendem um montante expressivo de população. O que se observa é que as rotas de *Maguru* ainda são referências vivas para a coleta de alguns bens naturais necessários para o desenvolvimento de atividades religiosas. Na área do Córrego Grande alguns indivíduos ainda se deslocam para áreas de fazendas vizinhas em busca de matéria prima como folhas de palmeira, barro, penas de aves, etc. Estes deslocamentos duram poucos dias e não representam mais um padrão nômade.

O que se observa hoje nas áreas Bororo são os deslocamentos motivados por questões religiosas e políticas. O funeral Bororo, a principal e a mais complexa manifestação da cultura Bororo, tem criado situações de deslocamento de algumas famílias e/ou parentelas para a aldeia onde se realiza o cerimonial.

Fatores históricos que levaram ao reagrupamento dos sobreviventes das aldeias extintas e as consequências deletérias do contato expressas pela grande mortalidade de velhos conhecedores das tradições culturais, têm criado um contínuo deslocamento interaldeias com duração de três a mais meses até que se concretize as etapas principais do funeral. Este deslocamento muitas vezes cria instabilidades nas aldeias, ora pelo abandono da áreas de cultivo pelas famílias enlutadas ou pelas famílias que se deslocam, ora pela prática do "roubo" do defunto por sua parentela, que procura garantir o verdadeiro funeral numa aldeia onde há condições para tanto.

Durante as duas últimas décadas os pesquisadores tem registrado um intenso deslocamento de parentelas juntamente com o corpo do morto para a aldeia de Córrego Grande, dada a concentração de velhos conhecedores da tradição. Esta situação intensificou-se nos últimos anos pelo fato dos moradores de Piebaga, originários da aldeia Perigara, passarem a participar desse movimento de recuperação cultural.

O fluxo migratório motivado por questões políticas ocorreu com mais intensidade na década de oitenta. Os pesquisadores registraram o deslocamento de muitas famílias da aldeia Meruri, localizada na área da Missão Salesiana, para as aldeias de Tadarimana e Córrego Grande. Este fluxo foi motivado de um lado pela vontade de libertar-se da tutela missionária e de outro, pelas pressões políticas relacionadas a reconquista das terras invadidas pelos fazendeiros. O fluxo Meruri Bacia do Rio São Lourenço cessa quando uma facção de Meruri se desloca e funda a aldeia do Garças em moldes tradicionais.

Outro movimento migratório registrado ocorreu da aldeia Perigara para a Área Indígena Tereza Cristina e foi motivado pela briga entre facções políticas.

Em meados de 1984, um grupo de aproximadamente 37 Bororo se deslocou do Perigara para o antigo retiro da Colônia Tereza Cristina e lá fundaram a aldeia Piebaga. Este fato põe fim a uma rixa tradicional entre os UtuguKuri (Perigarenses) e os Toritadawugue (Córrego Grandense) e vêm garantir a proteção desta área da reserva Tereza Cristina, culminando com a reintegração de posse, em 1994, de uma área invadida por fazenda.

3.6.2.4. Situação de saúde da população Bororo

Esta parte do diagnóstico tem o objetivo de levantar as informações existentes (registradas ou não) sobre a saúde Bororo, sistematizando-as de modo a viabilizar a construção de "indicadores de saúde". A partir destes indicadores torna-se possível o planejamento de ações e atividades que se farão necessárias, dados os impactos que a construção da Ferrovia acarretará na Área Tereza Cristina.

A análise parte de uma avaliação geral da situação de saúde dos Bororo da Bacia do São Lourenço, destacando os coeficientes de morbidade e mortalidade. A análise da assistência da Funai e os programas de saúde governamentais propositadamente é feita no item - Estratégias de Sobrevivência.

As informações que fundamentam essa análise compreendem os dados obtidos em relatórios de saúde (bimensais) e livros e fichas de registros da ADR Rondonópolis, bem como informações coletadas junto aos técnicos de saúde alocados na "Casa do Índio", nas entrevistas realizadas nas áreas indígenas junto aos agentes (chefe de posto, atendentes de enfermagem, professores) e lideranças das aldeias.

- **Morbidade**

A morbidade foi levantada por consulta aos registros da "Casa do Índio" (Rondonópolis) e por informações qualitativas prestadas por agentes da Funai (chefes de posto, professores, administradores) e monitores indígenas de saúde. As tabelas abaixo consolidam estas informações mostrando a situação das principais patologias referidas ou constatadas, segundo a visão dos agentes.

Tabela V.120: Área De Influência
 Principais doenças, segundo grupos de patologias.

Grupos de agravo	Fontes				
	Enfermeiros Médicos	Funcionários Funai	Professores	Monitores Indígenas Saúde	Chefias de Aldeias
Problemas respiratórios	----	1º	2º	1º	2º
Verminose	2º	4º	3º	----	3º
Diarréia	3º	2º	1º	2º	1º
Problemas de pele	----	3º	----	----	----
Doenças Articulares e Técnico Conjuntivo	----	----	5º	3º	----
Acidentes/Trauma	----	----	----	----	5º
Alcoolismo	1º	----	----	6º	----
Conjuntivite	----	----	----	4º	----
Desnutrição	5º	----	----	----	----
Tuberculose	4º	5º	4º	5º	----
Problemas do. Aparelho Cardio-Circulatório	----	----	----	----	----
Outras doenças mal definidas	----	----	----	----	----

Fonte: Registros da "Casa do Índio" (Rondonópolis) e informações prestadas por agentes da Funai
 OBS. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º graus de importância da doença segundo o agente entrevistado

**Tabela V.121: Área de Influência
 Distribuição das Doenças de Maior Predominância entre os Bororo, Jan./Out.-1994**

Agravos	Distribuição Percentual nos meses (%)					
	Jan-Fev	Mar-Abr	Mai-Jun	Jul-Ago	Set-Out	Total
Infec. Resp. Agudas (IRA)	46,6	33,6	51,1	40,1	42,8	42,5
Diarréia	17,7	17,5	12,0	22,4	8,9	15,5
Processos Reumáticos	3,4	20,4	10,5	8,9	3,9	8,9
Asma	10,0	5,8	6,8	8,1	1,8	5,8
Verminose	-	8,7	-	-	31,7	11,3
Neuro-psiquiátrico	6,6	4,3	3,8	1,9	1,1	2,8
Dermatose	13,3	-	12,0	10,4	6,1	8,1
Conjuntivite	2,3	7,3	2,2	6,9	3,6	4,8
Diabete	-	1,6	1,5	0,8	-	0,2
Pênfigo	-	0,7	-	0,4	-	0,1

Fonte: ADR - Rondonópolis (segundo os relatórios de saúde de Jan-Out/1994)

Os quadros informam que o padrão de morbidade Bororo é relativamente constante e reflete principalmente a precariedade das condições em que vive a população. A grande maioria dos agravos se constituem de doenças infecto parasitárias e doenças ligadas ao saneamento e aos hábitos de higiene. Já se percebe também, comparando-se com a série histórica (90, 91, 92) das informações gerais da saúde da população indígena de Mato Grosso ³, que está ocorrendo um aumento na detecção de problemas ligados ao envelhecimento e ao modo de vida - problemas cardiovasculares, neurológicos, reumáticos e diabetes.

As doenças classificadas no grupo IRA (infecções respiratórias agudas) apresentam um índice de agravo que chama a atenção. Esta situação reflete principalmente as deficiências biológicas adquiridas ao longo do contato histórico, isto é, a grande incidência de tuberculose pulmonar aliada aos hábitos e costumes Bororo é considerada a causa principal da extinção de muitas aldeias ao longo deste século. Estas doenças respiratórias perpetuam-se, por um lado, devido à precariedade da assistência médica nas últimas décadas e por outro, pela dificuldade de desenvolvimento de um tratamento completo dado o alto índice de alcoolismo entre o grupo. Neste caso, instalou-se nessa população o círculo vicioso: alcoolismo - desnutrição - tuberculose/IRA, que vem solapando as resistências orgânicas do grupo. Contribuem, também, os hábitos e costumes da população no uso de lamparinas à querosene, o uso de fogueiras dentro da casa, o consumo coletivo do mate e outros hábitos que propiciam o contágio entre os não infectados.

Ressalte-se que a questão do alcoolismo entre os Bororo é anterior ao processo da ocupação de suas terras pelas fazendas, a partir da década de 60.

Entretanto, a presença de fazendas e o maior afluxo de não-índios à área, principalmente em função da abertura das estradas vicinais para o pantanal, tem favorecido e estimulado a prática de tais vícios.

Em 1888, K. Von de Steiner já apontava a prática dos vícios de alcoolismo e prostituição estimulados pela administração das Colônias Militares, prevendo assim o desastre desta prática indigenista e os efeitos deletérios para a cultura Bororo.

Vários outros etnólogos (Saake, 1953; Montenegro, 1963; Crocker, 1967; Viertler, 1982), deixaram impressões sobre o problema em destaque, mas o trabalho mais ilustrativo é de Muccilo, R. (1978), por conter informações atuais sobre o problema e por colocar a questão dentro de um contexto psicossocial; sem dúvida iniciado com o processo de redução do território tradicional e superdimensionado, no caso de Tereza Cristina, pelo fracionamento da área e a paulatina destruição do recurso sócio-cultural da comunidade.

O segundo grupo de agravos (diarréia, verminose, dermatose) refere-se às doenças típicas da falta de saneamento e hábitos higiênicos. Neste caso, o padrão cultural é o fator determinante, destacando-se

³ Diagnóstico da situação de saúde da população indígena do Mato Grosso Quadro II, pg. 4., FNS/Prodeagro/1994.

o consumo de água de fontes e rios contaminados, a contaminação do solo nas imediações das casas pelas fezes humanas e de animais (principalmente dos cachorros), a ausência de hábitos higiênicos no trato das roupas e utensílios usados na alimentação, a relação de contato íntimo com os cachorros doentes (verminose e sarnas) e o hábito de deixar as crianças em contato direto com a terra do chão.

Algumas doenças predominantes vem refletir muitas vezes as condições próprias do meio ambiente onde se destacam as dermatoses e conjuntivites, outras indicam mudanças alimentares, no caso das diabetes e problemas gastro intestinais e, é possível que as doenças classificadas como neuro-psiquiátricas têm profundas relações com o alcoolismo e traumas psicológicos adquiridos nas épocas violentas do contato.

A distribuição dos agravos também é influenciada pelo grupo etário considerado, sendo que de modo geral pode-se dizer que alguns problemas respiratórios e as diarreias são os agravos que mais acometem as crianças menores de um ano. Na faixa de um a cinco anos, associam-se os problemas respiratórios, as verminoses e os problemas de pele. A partir dos cinco anos é que surgem com mais freqüência os problemas gênito-urinários, os problemas cardio-circulatórios, reumatológicos e os acidentes e traumatismos.

Com relação aos problemas genito-urinários, principalmente entre mulheres a partir dos 10 anos, deve-se levar em conta, além dos hábitos higiênicos, a prática sexual Bororo e sua liberalidade caracterizada pela alta incidência de troca de parceiros. Há poucas informações sobre doenças venéreas, mas há dados impressionantes sobre a alta incidência de infecções bacteriológicas caracterizadas pelos problemas inflamatórios detectados em 100 % das lâminas coletadas pelo programa de prevenção e controle do câncer ginecológico. A análise das lâminas detectou bactérias como hemófilas, triconomas e monília, agentes típicos de doenças transmissíveis sexualmente ou por falta de práticas higiênicas.

Não existe nenhum caso de AIDS entre os Bororo, mas causa apreensão a incidência de doenças via relacionamento sexual, a liberdade sexual entre os Bororo e o contato sexual com brancos na cidade (hetero e homossexual) que vêm caracterizar um comportamento sexual de risco.

• Mortalidade

No item relativo à demografia Bororo, o coeficiente de mortalidade geral obtido nas informações censitárias disponíveis é de 0,91 %, o que caracteriza uma baixa taxa de mortalidade anual.

Considerando as informações do setor de saúde da ADR Rondonópolis, nos anos de 1993 e 1994 obteve-se informações sobre mortalidade proporcional por causa e por idade expressos nas tabelas abaixo.

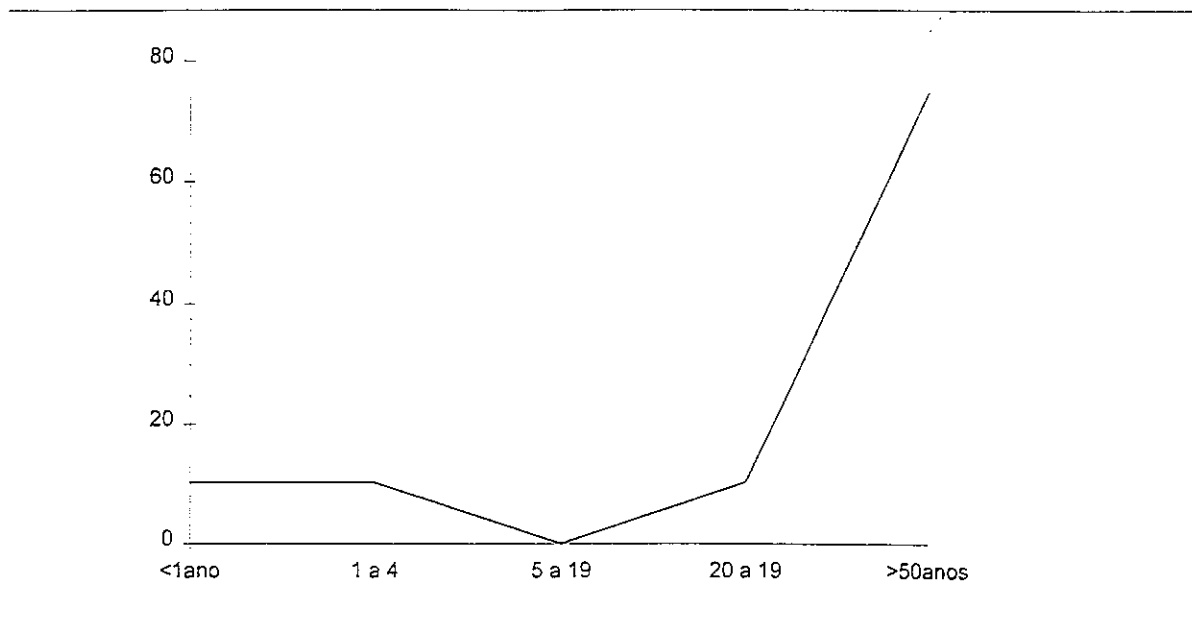
Tabela V.122: Área de Influência
Mortalidade por Causa e Idade dos Bororo, 1993-1994

Grupos de doença	Sexo				Idade (anos)				
	M	F	T	%	< 1	1-4	5-19	20-49	>50
Geca/ Desidratação	2	-----	2	20	1	1			
Acidentes	1	-----	1	10					1
Neoplasias		1	1	10				1	
Doen. Cardiocirculat.	1		1	10					1
Tuberculose		1	1	10					1
Causa desconhecida (*)	2	2	4	40					4
Total			10	100	10 %	10 %	-----	10 %	70 %

Fonte: ADR - Rondonópolis.

(*) Óbitos ocorridos nas aldeias e dada a prática de enterro Bororo, torna-se impossível a determinação da "causa mortis"

Curva de Moraes baseada em dez óbitos ocorridos entre 1993 e 1994



Embora as informações de mortalidade tenha atingido um curto período de tempo, as razões de mortalidade proporcional por idade e por causa⁴, permitem constatar que as doenças mais incidentes são aquelas referidas enquanto morbidade, ou seja, doenças do grupo IRA e GECA (gastro enterocolite aguda).

Considerando os índices de Swaroop & Uemura (1957) e a curva de Moraes (1959), pode-se afirmar que os Bororo apresentam como razão de mortalidade proporcional um índice de 70 % (indicador Swaroop e Uemura) que denota uma condição regular de saúde. Com relação à proporção de óbito por idade, a curva de Moraes vem classificar os Bororo no Tipo III, o que denota também um nível de saúde regular.

Portanto, considerando os quadros da morbidade e da mortalidade apresentados, pode-se afirmar que a situação de saúde da população Bororo na ADR Rondonópolis é precária quando comparada aos padrões gerais da população regional, já que a maior parte dos problemas de saúde (e causas de óbito) encontra-se no grupo das doenças evitáveis com medidas de atenção primária à saúde, cuidados básicos de saúde e melhoria das condições de higiene, saneamento, moradia e alimentação. Assim, o grupo Bororo situa-se num estágio inicial da transição epidemiológica onde a minoria chega a viver para ter a chance de ser acometida pelas doenças crônico degenerativas.

3.6.3. A Organização Social Bororo

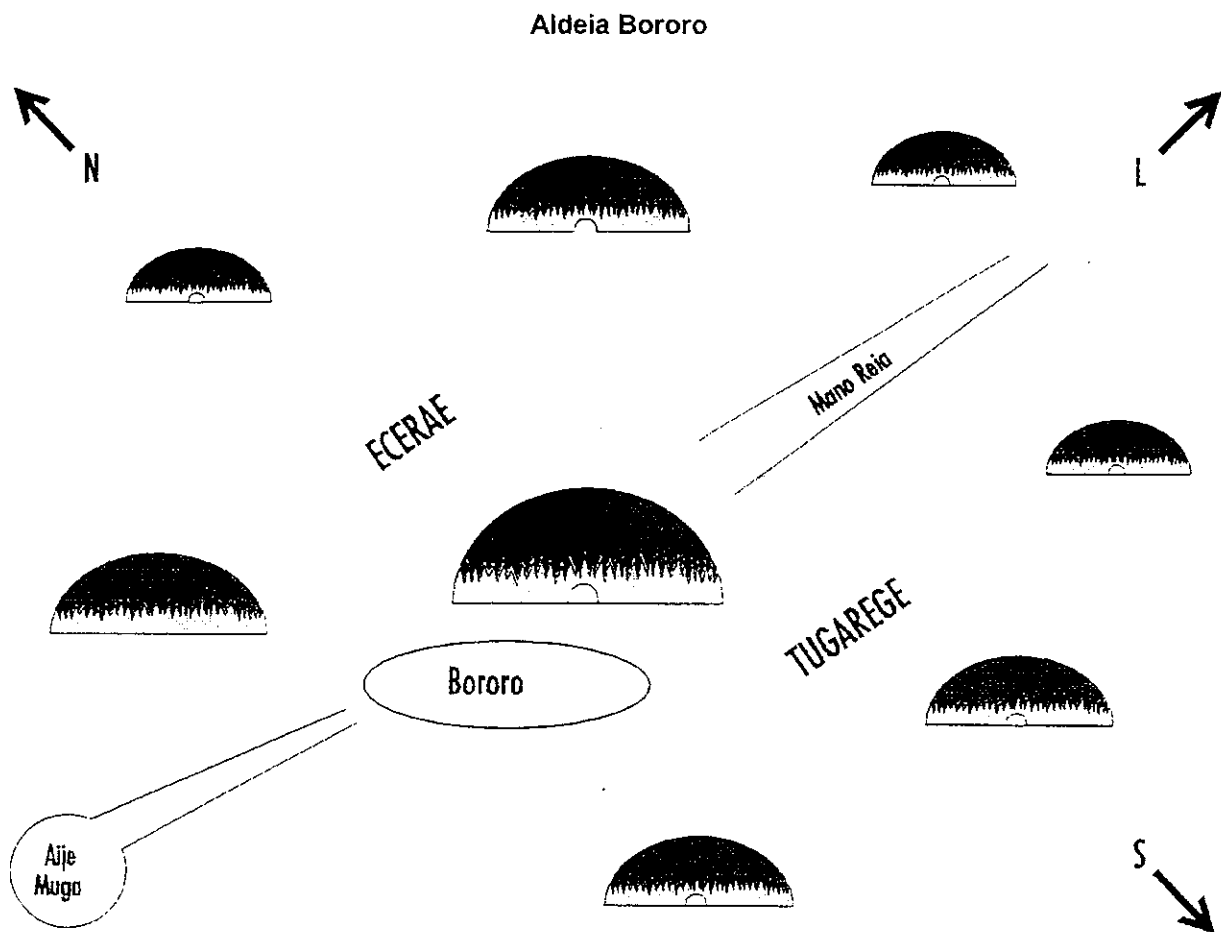
Na literatura etnográfica do Brasil, os índios Bororo receberam, desde Lévi-Strauss, um destaque especial devido à sua organização social extremamente complexa. Na classificação tipológica das culturas indígenas sul americanas, proposta por Steward (1946/50), os Bororo são considerados como uma das sociedades "marginais" que habita o cerrado brasileiro. Esta classificação inclui várias sociedades tribais do Planalto Central Brasileiro pertencente ao grupo lingüístico Macro-Gê (Xavante, Xerente, Ericbatsa, Suyá, KreenAkarore, Kayapó, Apinayé, Krahó, Krikati, Gaviões e outras) e que preenchem as seguintes características culturais:

⁴ Os 4 óbitos sem determinação da causa são provavelmente relacionados à doenças do grupo IRA aliadas às doenças crônico degenerativas, uma vez que os óbitos referem-se à pessoas com mais de 72 anos.

- ciclo anual caracterizado pela sazonalidade, alternância entre atividades de caça, pesca e coleta numa época do ano, e horticultura em áreas ribeirinhas, na outra parte do ano;
- forma circular da aldeia;
- grupos domésticos baseados em famílias extensas uxorilocais;
- existência de metades e intrincada vida cerimonial e de grupos baseados na idade e na transmissão de nomes;
- aldeias tradicionalmente grandes quando comparadas com as das sociedades da 'floresta tropical'.

3.6.3.1. Aspectos básicos

A unidade política é a aldeia (Boe Ewa), idealmente construída em terreno ligeiramente inclinado para Oeste, próximo a um curso d'água e formada por um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo no centro uma casa central, a casa-dos-homens, denominada de Bai Mana Gejewú (Baito). Ao lado oeste do Baito encontra-se a praça cerimonial, o "Bororo". Ali se realizam os cantos e danças por ocasião de uma caça ou pesca, benzimento da colheita e da caça, nomação de crianças, os enterros primários e grande parte das cerimônias ligadas ao ciclo funerário. (Vide Ilustração a seguir).

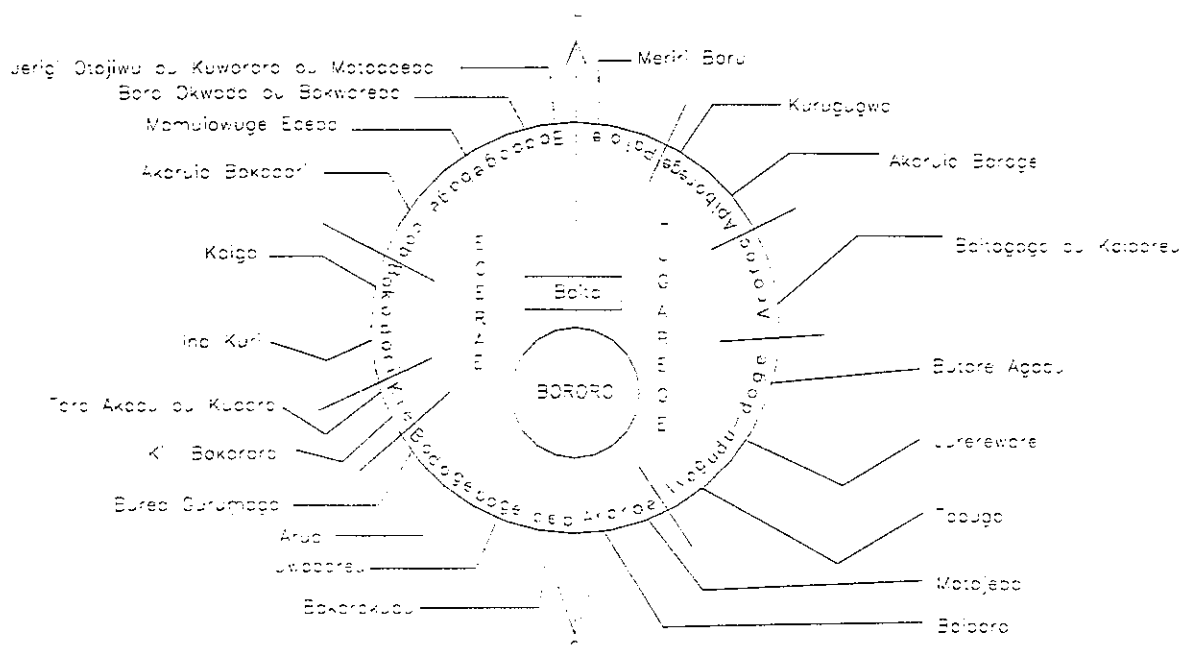


Fonte: texto escolar Bororo: "Boe Ewadaru Paru" do P. Gonçalo Ochoa e Mário Bordignon).

A organização espaço-social é elaborada da seguinte forma: a aldeia é formada por duas metades - os *Exerae* e os *Tugarége* - cada uma subdividida em quatro clãs principais. À metade *Exerae* pertence: os *Baado Jebáge Cobugiwu* ("os construtores da aldeia à Leste"), os *Bokodóri Exerae* ("os tatus-canastras"), os *Kíe* ("as antas") e os *Baado Jebáge Cebegiwu* ("os construtores da aldeia à Oeste"). À metade *Tugarége* pertence: os *Iwagudo-doque* ("as gralhas"), os *Aróroe* ("as larvas"), os *Apiboréque* ("os donos do acuri) e os *Páiwoe* (os bugios).

Os clãs estão subdivididos em diversas categorias de nomes, expresso pelos diversos títulos identificados com grandes chefes do passado mítico ou da atualidade. Cada sub-clã ou *ledaga* tem a primazia sobre certas parte do patrimônio clânico (animais, espíritos, danças, técnicas de fabricação de certos objetos, enfeites, motivos decorativos, pinturas faciais e corporais, diversas espécies de cerimoniais, mitos, títulos honoríficos), o que determina uma hierarquia de prestígio diferencial dentro de cada clã. (Vide Ilustração a seguir).

Modelo clássico da aldeia Bororo com as divisões em duas metades exógamas e clânicas com os grandes heróis e chefes de cada clã. (Adaptação: Viertler, 1978)



3.6.3.2. Prestígio e poder

Ao nível tribal há também uma hierarquia de prestígio diferencial entre os clãs, que se expressa, por exemplo, na tendência tradicional em recrutar os chefes - *Boe e-Imejeraque* - entre os membros de dois clãs considerados superiores: os *Baado Jéba Cobugiwu* e os *Baado Jéba Cebegiwu*.

As alianças matrimoniais são idealmente estabelecidas pela exogamia entre as metades, entre clãs e sub-clãs específicos, formando uma teia de relações de casamentos preferenciais entre determinadas choupanas da aldeia, especialmente traçada pelos caminhos - *Utawara* - que ligam as choupanas ao *Bai Mana Gejewu*, que se caracteriza pela inversão das metades (os homens *Exerae* ocupam o lado das casas das mulheres *Tugaréque* e os homens *Tugaréque* ocupam o lado das casas das mulheres *Exerae*), vêm configurar uma característica particular da sociedade Bororo. Assim, os Bororo se caracterizam por um sistema de descendência matrilinear e residência pós-matrimonial preferencialmente uxorilocal, para os homens, e matrilocal para as mulheres. O que, em última instância, vem determinar uma terminologia de parentesco muito similar a do tipo Crow Omaha (Cf. Crocker, 1967).

Na estrutura tribal tradicional, a integridade da aldeia é garantida pela existência de três poderes fundamentais: *Bóe E-Imejéra*, o chefe da guerra e da aldeia; *Bári*, o xamã dos espíritos; e o *Aróe Et-Awára Áre*, o xamã das almas.

O poder do *Boé E-Imejéra* advém do consenso da comunidade com relação às suas qualidades de chefe tais como: a descendência matrilinear, a generosidade, a habilidade no trato de seus súditos, a modéstia, a boa oratória e o conhecimento das tradições.

O poder do *Bári* e do *Aróe Et-Awára Áre* advém do contato individual com o sobrenatural. No caso do *Bári*, a revelação se dá pelo encontro do *Bópe* (senhor da natureza) e no caso do *Aróe Et-Awára Áre* pelo ato de beijar o monstro *Aije* (cf. Viertler, 1982: 462).

3.6.3.3. Ritos e cerimônias

Os Bororo têm uma intensa vida cerimonial, tanto de dia quanto de noite. Na vida social, procuram conservar o equilíbrio e a igualdade e, na vida cerimonial, procuram a paz com a natureza e com o mundo dos antepassados.

Muitas cerimônias são consideradas "mori", que pode significar "recompensa" por um favor recebido ou "vingança" pela morte de alguém. Por exemplo, matando uma onça ou outro animal, pode-se "vingar" o defunto e oferecer o couro a um seu parente.

As principais cerimônias Bororo são: o funeral; a imposição do nome às crianças; a perfuração dos lóbulos das orelhas e do lábio inferior; a festa do milho novo; a preparação para a caçada ou a pescaria; a festa do couro da onça, do gavião real, do matador da onça (cf. Bordignon, 1994).

Dentre as cerimônias Bororo, o funeral merecerá aqui uma síntese, uma vez que assume na atualidade, tal como afirma Viertler (1982: 586), uma estratégia de adaptação e/ou reação ampla e flexível desenvolvida pelos Bororo, a fim de propiciar a coesão interna das aldeias frente o momento atual do contato interétnico.

O funeral é o mais longo de todos os rituais da sociedade Bororo podendo durar até três meses, contados a partir da morte do indivíduo até o enterro secundário. O morto é enterrado no centro da aldeia ("Bororo"), numa cova rasa que é diariamente aguada para acelerar o processo de decomposição das carnes. Um mês depois, os ossos são desenterrados, lavados e, uma vez ornamentados, são depositados num cesto de palha enfeitado e enterrados definitivamente numa "baía" ou no campo. Estas atividades são permeadas por uma sucessão de cantos, danças, caça, pesca, refeições coletivas e representações cerimoniais.

O ciclo funerário é também um importante momento de transmissão de conhecimentos da cultura onde os velhos ensinam os mais novos, possibilitando a socialização dos jovens nas práticas e valores específicos desta sociedade.

"A morte de um indivíduo implica na perda de um membro da sociedade dos vivos, que deve reorganizar-se. Um indivíduo determinado é escolhido para lembrar e representar aquele que morreu. Assim, como o corpo do morto desaparece, também a casa em que ele morava será destruída, por ocasião da sua morte. Entretanto, a identidade social do morto não se perde, pois é recuperada pelo seu representante e no espaço em que se encontrava a sua casa, nova habitação será construída. É desta forma que os Bororo efetuam a transição daqueles que deixam a sociedade dos vivos, para entrarem na sociedade dos mortos" (Araújo *et alli*, 1987).

O representante do morto não está só, para ele foram também escolhidos um "pai" e uma "mãe", rituais que dependerão vitaliciamente da caça por ele ofertada e da qual receberá uma parte cozida. Esta aliança baseada na prestação alimentar cerimonial se amplia, caso este representante cace uma onça, vingando a morte daquele indivíduo. Cria-se a partir da entrega do couro desta onça, para a parentela enlutada, o que os Bororo denominam de "pensão" (Uororéboe). Esta pensão é vitalícia e

sempre que o morto é lembrado nas cerimônias denominadas "banquete das almas", sua parentela tem a obrigação de lhe oferecer alimentação.

No funeral, a sociedade Bororo se reúne, formando uma unidade distinta e diferenciada, reafirmando-se enquanto coletividade. Indivíduos de diferentes aldeias Bororo deslocam-se para a aldeia onde se realiza o funeral. Ali se encontram os vivos e os mortos que tenham parentes vivos, que são por eles relembrados.

É assim que os Bororo fazem do funeral um momento de união da sua sociedade, de socialização dos seus jovens, e de renovação dos seus valores e práticas. É o próprio paradoxo de uma sociedade que precisa da morte de seus membros para poder continuar existindo enquanto um grupo coeso e diferenciado. (cf. Araújo *et alli*, 1987: 18, 19).

3.6.4. As Atividades dos Bororo

O sistema econômico Bororo se caracteriza pela combinação das atividades de coleta, de caça, de pesca e de agricultura. Estas atividades são organizadas dentro de um ciclo anual de produção no qual a mobilização da energia dos produtores segue as determinações do meio ambiente.

O sistema econômico Bororo se define como um Modo de Produção Doméstico, onde a produção está organizada principalmente pelas famílias e para as famílias, mesmo que não seja sempre realizada como uma atividade doméstica.

Na atividade agrícola, a família é a célula produtiva que satisfaz a divisão sexual do trabalho. A produção da roça é uma atividade doméstica e as relações entre marido e mulher, pai e filho são relações de produção. Esta célula produtiva é um grupo de cooperação permanente, tanto ao nível da produção, quanto ao nível do consumo do produto do trabalho.

Nas atividades de caça, pesca e coleta, individuais ou coletivas, a relação de produção segue os mesmos níveis estabelecidos pela organização da produção agrícola. A distribuição do produto destas atividades está submetida tanto às relações que prevalecem entre os membros da célula produtiva, quanto às relações que prevalecem entre os grupos domésticos, no contexto das prestações rituais do alimento.

Em síntese, na economia Bororo a circulação do produto do trabalho está integrada sob duas formas⁵ a reciprocidade e a redistribuição. A reciprocidade dirige a cooperação econômica entre a célula produtiva e a comunidade. A redistribuição se apresenta como a forma de integração econômica tanto no seio da célula produtiva, na forma de compensação de energia despendida, quanto na relação dos grupos domésticos, na forma de prestação ritual de alimentos (Uorororé Bõe), cujas regras são instituídas pelas alianças vicárias celebradas nas cerimônias do funeral Bororo.

Por sua vez, essas atividades, que os Bororo desenvolvem em seu território, têm por base o conhecimento da natureza, suas potencialidades e restrições.

São portanto as implicações ecológicas do seu *habitat* que vêm configurar um ciclo anual de exploração do meio ambiente, e que indicam inclusive as transformações ocorridas ao longo do contato interétnico. Desta forma, é apresentado a seguir, sumariamente, o conhecimento empírico que os Bororo detêm sobre o meio ambiente e na seqüência as práticas tendo em vista sua subsistência.

Por último, usando recursos cartográficos e tabelas é espacializada a situação atual do uso e ocupação do território da Área de Tereza Cristina, onde estão localizadas as aldeias de Córrego Grande e Piebaga.

3.6.4.1. O conhecimento da natureza

Estudos recentes tem enfatizado o conhecimento considerável sobre a percepção indígena das divisões "naturais" nos mundos biológicos e nas relações planta-animal-homem, dentro de cada

⁵ A Troca de produtos será tratada no item relativo a mudança cultural.

divisão. Neste campo de estudo, denominado Etnoecologia, procura-se entender estes conhecimentos definidos por categorias ecológicas não isoladas e, também, tratar com as percepções de interrelações entre as divisões "naturais".

É neste sentido que os dados obtidos junto aos Bororo da Bacia do Rio São Lourenço serão apresentados. Buscar-se-á enfatizar o conhecimento do meio ambiente da Área Tereza Cristina, com o interesse voltado para as implicações que ocorrerão com a construção da Ferrovia em áreas de uso e exploração dos Bororo.

• Reconhecimento de Zonas Ecológicas

Os Bororo vêem seu meio ambiente terrestre numa ampla série de "zonas ecológicas" e "sub zonas". As três principais divisões são: *Bóku* (cerrados), *Boe Éna J'aka* (transição mata/cerrado) e *Itúra* (mata). Há, entretanto, subdivisões maiores dentro de cada zona e várias diferenciações que estão indicadas no Quadro V.24.

Quadro V.24: Área de Influência Direta
Principais Zonas e Sub-Zonas Ecológicas Reconhecidas pelos Bororo

Zonas Ecológicas	Sub-Zonas Ecológicas
Bóku (Cerrados em geral)	- <i>Boe Guigadu</i> ou <i>Boe Guiguduri</i> (cerrado com capim baixo, beira de brejo). - <i>Boe Iaguedo</i> (áreas estêreis dos cerrados) - <i>Bóku</i> (cerrado e campos cerrados - vegetação climax). - <i>Bóku Rugudo</i> (cerrado limpo) - <i>Ipoguru Tóru</i> ou <i>Bokodiwo Kurodue Boe</i> (cerrado com árvores bem desenvolvidas, sem vegetação rasteira - "cerrado que não é sujo") - <i>Kiáóreu</i> ou <i>Paororewo</i> (cerrado com capim alto, cerrado fechado e sujo, concentração de capim navalha e tucum-mirim)
Boe Éna Jaka (Transição mata/cerrado)	- <i>Boe Jipá</i> (beira da mata ou do campo) - <i>Boe Kú Méki</i> (várzea entre uma cabeceira e o cerrado - "Bóku molhado") - <i>Kaiarewo</i> (cerrado, meio mata, muito sujo)
Itúra (Mata em geral)	- <i>Boe Akari</i> (mata à beira das cabeceiras ou nas várzeas) - <i>Boe Barugwa</i> (clareira da mata, área de cipoal e espinhos) - <i>Boe éna</i> (mata sobre um espigão) - <i>Boe epa Codu</i> (capoeira de roça) - <i>Boe óto Kajejewu</i> (mata na encosta da serra) - <i>Iagu-guru</i> (pequena mata na beira do rio) - <i>Itúra Aroae</i> (mata alta, climax) - <i>Ituguru</i> (mata de palmeiras, cabeceiras) - <i>Iwoduriqui</i> (mata sombria) - <i>Tóri éna Turu</i> (mata na sumidade da serra)

Fonte: Serpa - 1988

Num sentido mais amplo, este reconhecimento de zonas ecológicas específicas veio contribuir para a auto-denominação dos vários grupos Bororo, que num passado recente se distribuíam num grande território de ocupação (veja classificação dos Bororo Orientais).

Tomando como exemplo a área ocupada pela aldeia de Tadarimana, um conjunto ilustrativo das subcategorias das zonas ecológicas reconhecidas pelos Bororo pode ser observado na Ilustração V.24 a seguir apresentada.

A partir desta ilustração observa-se que:

- As categorias de *Itúra* são subdivididas com base nas respostas vegetais dos níveis de inundação do Rio Tadarimana. As terras agrícolas são as terras não inundáveis, entretanto, algumas roças avançam para as áreas de inundações temporárias (*Iwoduriqui*, *Itoguru*, *Boe Akari*).
- Os ricos solos aluviais do *Iwoduriqui*, *Itoguru* e *Boe Akari* (incluindo muitos solos chamados de *Moto Coreu*) provêem uma área proficua para o cultivo do arroz e do milho, entretanto, seu uso é limitado devido à destruição provocada pelas cheias ocasionais.

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
L.S.: 237

- As roças (*Boe epa*) e as hortas (*Akujei*) são plantadas usualmente na *Itúra* e no *Boe Éna J'aka*. As primeiras, nos solos denominados de *Moto Coreu* e as segundas, nas áreas de solos misturados (*Moto/Kugaru*), ambas fertilizadas pelos dejetos humanos e pelo lixo das cozinhas. As grandes roças do Projeto/Funai estão localizadas na zona de *Bóku/Kiaoreu*, áreas de solos pobres, caracterizados pela alta proporção de areias (*Kugaru*). A escolha dessas áreas de solos pobres deriva da exigência de um relevo plano (ou suave ondulado) que permita implementar uma agricultura mecanizada.
- A localização das aldeias Bororo na zona de transição (*Boe Éna J'aka*) reflete a mesma intencionalidade observada por Posey (1983: 880) entre os Kayapó. A grande vantagem para tal localização é que os Bororo ocupam o centro ótimo de espécies diversas, com cada zona produzindo produtos naturais e atraindo diferentes espécies de caça, em diferentes épocas do ano.
- A zona ecológica denominada *Boe Epa Codu*, que ocupa uma área substancial, compreende originalmente a zona ecológica *Itúra*. Entretanto, os Bororo assim a definem, não só em função das áreas de capoeiras de roças em uso ou em pousio, mas principalmente em função de características próprias, relativas à fauna e à flora que aí se desenvolvem.

Para a Área Tereza Cristina, não foi possível uma ilustração tão detalhada da localização das subzonas ecológicas quanto foi para a área Tadarimana. Entretanto, na Ilustração V.27, apresentada no item 3.6.4.3., estão plotadas e indicadas as principais zonas e subzonas ecológicas das imediações das aldeias Piebaga e Córrego Grande, muitas vezes relacionadas às áreas específicas de determinadas atividades de subsistência.

• Solos, Ecozonas e Cultivo

Cada zona ecológica está associada com plantas e animais específicos. Conhecendo o comportamento animal, o Bororo sabe quais as plantas associadas a cada espécie. Algumas plantas estão também associadas a certos tipos de solo. Observa-se que cada zona ecológica é um sistema integrado de interações entre plantas, animais, a terra e o Homem.

O Quadro V.25 sumariza as relações sistêmicas selecionadas nas três principais zonas ecológicas. Estas relações levam os Bororo a selecionarem terras agrícolas e os tipos de cultivos mais adaptados, como também formular estratégias de caça e coleta, baseando-se nas épocas de frutificação e caída das frutas, que atraem a caça.

O Bororo distingue quatro tipos principais de solos: *Moto* (terra), *Roto* (barro), *Kugaru* (areia) e *Noari* (tabatinga). Cada tipo apresenta diferentes gradações em termos de cor, textura e mistura. Observam que os quatro tipos principais podem ser encontrados em misturas homogêneas ou em camadas diferenciais, que caracterizam situações particulares de formação dos solos da região.

A cada tipo ou sub-tipo de solo está associado uma ou mais zonas ou sub-zonas ecológicas e esta relação vai determinar o tipo de planta que será cultivada na área de roça.

Quadro V.25: Área de Influência Direta
Relações entre Solo-Planta-Área de Cultivo nas Principais Ecozonas

Solo	Sub-Tipos	Ecozonas	Planta Propícia para cultivo
Moto	-Moto Remao -Moto Coreu -Moto Kujagureu -Moto Kigaduréu -Moto Coreu + Kujaguréu + Kigaduréu	Bóku, Itura ³ Itura ² Kaiaréu Boeiaguedo Kiaoréu	A, G, D, C, F, B, E, I A, D, E E, G (não nasce nada) D
Roto	-Roto Remao -Rótaowade	Boe Akari Boe Barugwa	A, D, E, G, C C, G
Kugaru	-Kugaru -Noari ⁵ -Moto Kugaru	Boe Kú Méki Pagarogo Uta, Itúra, Iwodurigui Kioaréu, Iagu-Guru ¹ , Itúra/Bóku, Pagarogo Uta	B A, H A, D, F, E, B
Mistura	-Moto Rótu -Moto Okoi Kugaru Kaldo -Moto Okoi Roto Kaldo -Róto Kugaru Moto -Kugaru Róto	Itúra Bokodiwo Kurodue Boe, Ipoguru Toru ⁴ Paororewo ⁶ Pagarogo Uta, Itogururéboe ⁷ Kaiaréu	C, G B, I, H, D, F A, E C, G A, C, F, G, E, B, D

Fonte: Serpa, 1988

Siglas: A: arroz; B: batatas e carás; C: cana de açúcar; D: milho; E: mandioca; F: feijão; G: banana; H: cítricos; I: melancia.

- Notas: (1) associa-se: angico, kuiada I, Jukoréu eigo, Babaçu
 (2) associa-se: Piúva, Cedro, Noakodo í
 (3) associa-se: Taboca, Bacuri, Angico, Kuiada í, Carne de vaca, Baúva, Feijão Crú, Abobreira, Jangada, Mutamba, Angico Branco, Tucum e Tucum Mirim
 (4) associa-se: Pequi, Fruta de Veado, Joko Kuetái, Coqueirinho do Cerrado, Coqueirinho para vassoura, Bocaiuva, Taro, Boca Boa, Porekareú, Caju do Cerrado, Olho de Boi, Burdão
 (5) associa-se: Noari - barro para uso cerimonial
 (6) associa-se: Capim, Tucum Mirim, Capim Navalha
 (7) associa-se: Piruxinga, Apido, Tugure ito, Bokoréu Uoweiga, Nonogo à Boareu, Parori í, Burudu í.

• **Percepção dos Recursos**

Está bem documentada nas obras dos Salesianos (Enciclopédia I e II), como também no estudo de Hartmann (1967) sobre a classificação etnobotânica, a grande variedade de espécies vegetais e animais conhecidas pelos Bororo. Entretanto, o caráter inventorial de tais estudos diz muito pouco sobre a percepção destes recursos naturais no ambiente de exploração.

Os Bororo observam que dentro de cada zona ecológica específica há um extensivo e variado inventário de recursos naturais utilizáveis. A partir de sua percepção do ambiente, pode-se distinguir as categorias a seguir.

a) Plantas Selvagens

Hartmann (1967) constata que o Bororo divide o mundo vegetal em duas grandes categorias. Uma refere-se exclusivamente às palmeiras, que recebem a designação genérica de ITO; a outra, inclui todas as demais plantas, subdivididas segundo as formas em que se apresentam: I (árvore), Ípo (árvore do cerrado), Íka e Iwára (arbustos), Ikurédu (cipós) e Iwo (canas e taquaras). Além do mais, afirma Hartmann que a partícula Í, comum às denominações das duas categorias, parece indicar o substrato vegetal de ambas (1967: 25).

Arrolam-se mais de 400 plantas na Enciclopédia Bororo, Vol I, que são utilizadas como alimentos (frutas, cocos, tubérculos e cerne), vegetais medicinais, matéria-prima para pintura somática, artesanato, iscas e lenha. Um inventário de plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço pode ser encontrado em Anexo. A organização destes dados em termos da localização

da planta nas diferentes zonas ecológicas e dos diferentes usos que o Bororo levou à produção da Tabela V.123.

Tabela V.123: Área de Influência Direta
Localização e Uso das 171 Espécies Vegetais Arroladas pelos Bororo da Bacia do Rio São Lourenço.

Ecozona	Nº de plantas		Uso									
			Alimentação				Variados					
			A	B	C	total	D	E	F	G	H	total
Bóku	47	27,5 %	13	4	9	26	----	12	13	1	1	27
Boe Éna J'aka	9	5,3 %	3	2	4	9	----	1	4	----	----	5
Itúra	115	67,2 %	11	14	32	57	7	10	53	5	2	77
Total	171	100 %	27	20	45	92	7	23	70	6	3	109

Fonte: Serpa, 1988.

Siglas: -Uso na alimentação:

A: Frutas; B: bebidas; C: farinhas, mingaus, assados e palmitos.

-Uso Variado:

D: pintura e ornamentação corporal; E: farmacopéia, fumos, cariapé e defumadores; F: artesanato (madeira, embiras, folhas, sementes, resinas); G: lenha; H: isca para caça e pesca.

A tabela acima indica que das 171 plantas arroladas, 67,2 % são da Itúra, 27,5 % do Bóku e 5,3 % das áreas de transição. Com relação ao uso, tem-se que, das 171 plantas, 46 % são usadas na alimentação e 54 % usadas com fins variados. Das plantas usadas na alimentação, 63 % provêm da Itúra, 28 % do Bóku e 10 % do Boe Éna J'aka. Com relação às plantas usadas para fins variados, tem-se que 70,5 % provêm da Itúra, 25 % provêm do Bóku e 4,5 % do Boe Éna J'aka.

b) Plantas Domesticadas

A zona ecológica denominada Boe Epa Codu é ainda cenário do processo de domesticação de vários cultivos Bororo. Nesta zona, destacam-se duas áreas próprias de cultivo. A área denominada Boe Epa compreende a roça, propriamente dita, onde são cultivados os principais produtos da alimentação e a denominada de Akujei, é uma área adjacente às casas, onde são cultivadas uma variedade de plantas utilitárias.

Uma listagem das principais plantas cultivadas é encontrada no **Quadro V.26** a seguir. Há uma grande variedade de cultivos que os Bororo dizem ser nativos e que são pouco conhecidos fora da região Bororo. Dentre eles destacam-se os tubérculos e embiras semi-domesticados nas áreas de Akujei, nele também pode-se encontrar várias plantas para fins medicinais, cerimoniais e artesanais.

• Definição do Ciclo Anual de Atividades

Duas espécies de fenômenos naturais concorrem para a caracterização geral do ciclo anual de atividades dos Bororo. Os fenômenos climáticos aliados aos fenômenos astronômicos vêm determinar o ritmo e o interesse das atividades econômicas e não econômicas, que configuram vários calendários de atividades (caça, pesca, coleta, cultivo e ciclos religiosos).

A ausência ou frequência das precipitações pluviométricas vem dividir o ciclo anual em duas estações nítidas: Joru Butu ("a queda do fogo"), que corresponde ao período de seca (maio-setembro) e Butao Butu ("a queda da chuva"), que corresponde ao período de chuva (outubro-abril).

O aparecimento das Plêiades em fins de abril e seu desaparecimento no começo de setembro, além de coincidir com o início e o final do período da seca, assumem importância fundamental na caracterização do calendário agrícola e, num passado recente, no calendário das cerimônias de iniciação dos jovens (Akiri-Dogue É-wure Kowudu).

Essas oposições seca/chuva, Plêiades/não Plêiades orientam a distribuição das atividades ao longo do ano. Ao mesmo tempo, concorrem outros fatores ambientais correlatos que vêm definir os períodos propícios para o desenvolvimento de certas atividades.

**Quadro V.26: Área de Influência Direta
 Plantas Cultivadas pelos Bororo**

Nome			Localização	Uso	Varied.
Bororo	Popular	Científico			
Akigu Ika	algodão	<i>Gossypium arb.</i>	Akujei	tecelagem	1
Bako Ito	banana*	<i>Musa paradisiaca</i>	Boe epa	alimento	6
Bie i	jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Akujei	alim./corante	1
Ju Ika	mandioca*	<i>Manihot sp</i>	Boe epa	alimento	8
Kuiada	milho	<i>Zea mays</i>	Boe epa	alimento	2 (7)
Méa Ika	tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i>	Akujei	fumo	?
Nôa Môtô Tadawu	amendoim*	-	Boe epa	alimento	?
Nonôgo Ika	Urucum	<i>Bixa Orellana</i>	Akujei	corante	1
Nonoguje Ika	Urucum	<i>Bixa sp</i>	Akujei	corante	1
Oce	Coroatá	<i>Bromeliacea</i>	Bromeliácea	alimento	?
Pogóbo	cabaça	<i>Cucurbitacea</i>	Akujei/ Boe epa	recipiente	?
Powári	cabaça	<i>Cucurbitacea</i>	Akujei/ Boe epa	recipiente	?
Ri Boaréu	abóbora	<i>Cucurbita pepo</i>	Boe epa	alimento	?
Takoreu	cana	<i>Saccharum off.</i>	Boe epa	alimento	?
Arroi	arroz	<i>Oryza sativa</i>	Boe epa	alimento	?
Mamão	mamão	<i>Carica papaya</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	3
Feijão	feijão	<i>Phaseolus vul.</i>	Boe epa	alimento	?
Batata doce	batata	<i>Ipomea batatas</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Batata Arroba	batata*	<i>Solanum tuberosum</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Tadari	cará	-	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Laranja	laranja*	<i>Citrus sp</i>	Akujei	alimento	?
Goiaba	goiaba	<i>Psidium guayava</i>	Akujei	alimento	?
Manga	manga*	<i>Manjfera indica</i>	Akujei	alimento	?
Bucha	bucha	<i>Luffa cylindra</i>	Akujei	higiene	?
Melancia	melancia*	<i>Cucurbita citrullus</i>	Akujei/ Boe epa	alimento	?
Oce	abacaxi*	<i>Ananas sativus</i>	Akujei	alimento	?
Urugo	guiné	<i>Petiveria sp</i>	Akujei	remédio	?
Koco	caju	<i>Anacardium occidentaleis</i>	Akujei	alimento	?
Kodobie	embira	<i>Vard. Tiliaceae</i>	Akujei	trançado	?
Baráe Ekeraréu	batata*	-	Akujei	alimento	?
Mici	cará	-	Akujei	alimento	?
Kumára	pimenta	-	Akujei	alimento	?

Fonte: Serpa1988.

O regime hídrico da região do Alto Pantanal, área de ocupação tradicional dos Bororo, determina os movimentos periódicos da fauna, o período de florescência e frutificação da vegetação e condiciona o período de exploração agrícola. Sem dúvida, o regime hídrico contribuiu para o processo de adaptação dos grupos que originaram os Bororo conhecidos etnograficamente.

Tendo como pano de fundo o papel determinante do regime hídrico para a organização e distribuição das atividades, pode-se argumentar que num passado recente, quando a região não tinha ainda sofrido o processo de ocupação regional verificado atualmente e quando os Bororo mantinham ainda vivo o calendário tradicional de exploração, as atividades seguiam o seguinte ritmo:

a) A Estação da Seca (Joru Butu)

No período de seca, ao contrário do que ocorre com a fauna regional, a população Bororo seguia um ritmo de vida nômade. Este fenômeno denominado de Maguru, compreendia o deslocamento de uma grande parte da população de uma aldeia, que, seguindo rotas estipuladas em função das áreas de concentração - "viveiros" - de caça, pesca e coleta, perambulava o tempo necessário para a obtenção dos produtos procurados.

Nesse período, concorria a facilidade de obtenção de caça nas áreas dos lambedouros (Nôa), pesca por represamento (Kago Bū) e por timbó (Kúdo). A pesca seria a atividade mais produtiva, nas

condições naturais do período da "vazante" que produz o fenômeno da "piracema", quando o ciclo vital da ictiofauna se completa com a saída dos peixes dos campos alagados e baías, para o leito dos rios. Com a "subida" dos peixes, criam-se as condições propícias que garantem a fonte proteica necessária para manter o ritmo reprodutivo da fauna alada, e com a chegada das aves migratórias, restabelece-se o equilíbrio ecológico das cadeias mais complexas.

No período da seca, ocorre a frutificação das espécies do cerradão (cerrado com floresta), sendo as mais expressivas o Jenipapo (Bie), a Mangada (Bato), o Jatobá (Bokwadi ou Rumága), a Mutamba (Éka) o Cumaru (Paróri) e o Babaçu (Noído). Seria a época de coletá-las, assim como também os diferentes cará, raízes e tubérculos das áreas de florestas (Tadári, Mici, Óko, Óto, Oturu, Pagaji, Pú, etc.). A época de seca também propiciaria a exploração das colméias e a coleta de resinas, cascas, embiras e outros produtos úteis para a indústria doméstica.

As Plêiades são os marcadores do período de perambulação e as posições observadas no final de sua rota vêm determinar a volta à aldeia dos grupos nômades, afoitos para dar início às atividades agrícolas de derrubada, roçado, queima e plantio.

b) A Estação das Chuvas (Butao Butu)

As Plêiades anunciam o período das chuvas e, fins de setembro seria o período do plantio do milho, cabaças, algodão, tubérculos e abóboras. O tempo das chuvas determinariam um ritmo de vida sedentária e a ocorrência de ciclos cerimoniais, nitidamente relacionados com a agricultura (Kuiada Paru e Aroe Marido Kaúgue).

A pesca seria seriamente condicionada ao ritmo das enchentes. As condições propícias da época da seca já não seriam mais encontradas e o caminho de caça, o mais freqüentado. Procurar-se-iam as áreas de refúgio ("capões"), onde a fauna terrestre e anfíbia encontra as condições necessárias para o período de procriação.

Os Bororo aludem que é nesse período que a caça era mais abundante (o que se explicaria não pela fartura de presas, mas pela disponibilidade de mão-de-obra concentrada na aldeia, o que permitia a utilização de técnicas de caça mais eficientes). Afirma também que a fartura de carne, em coincidência com a época de maturação do milho, propiciaria o complexo alimentar - milho x caldo de carne- que, nas situações cerimoniais, muito freqüentes nesse período, reforçaria as alianças e a sociabilidade do grupo.

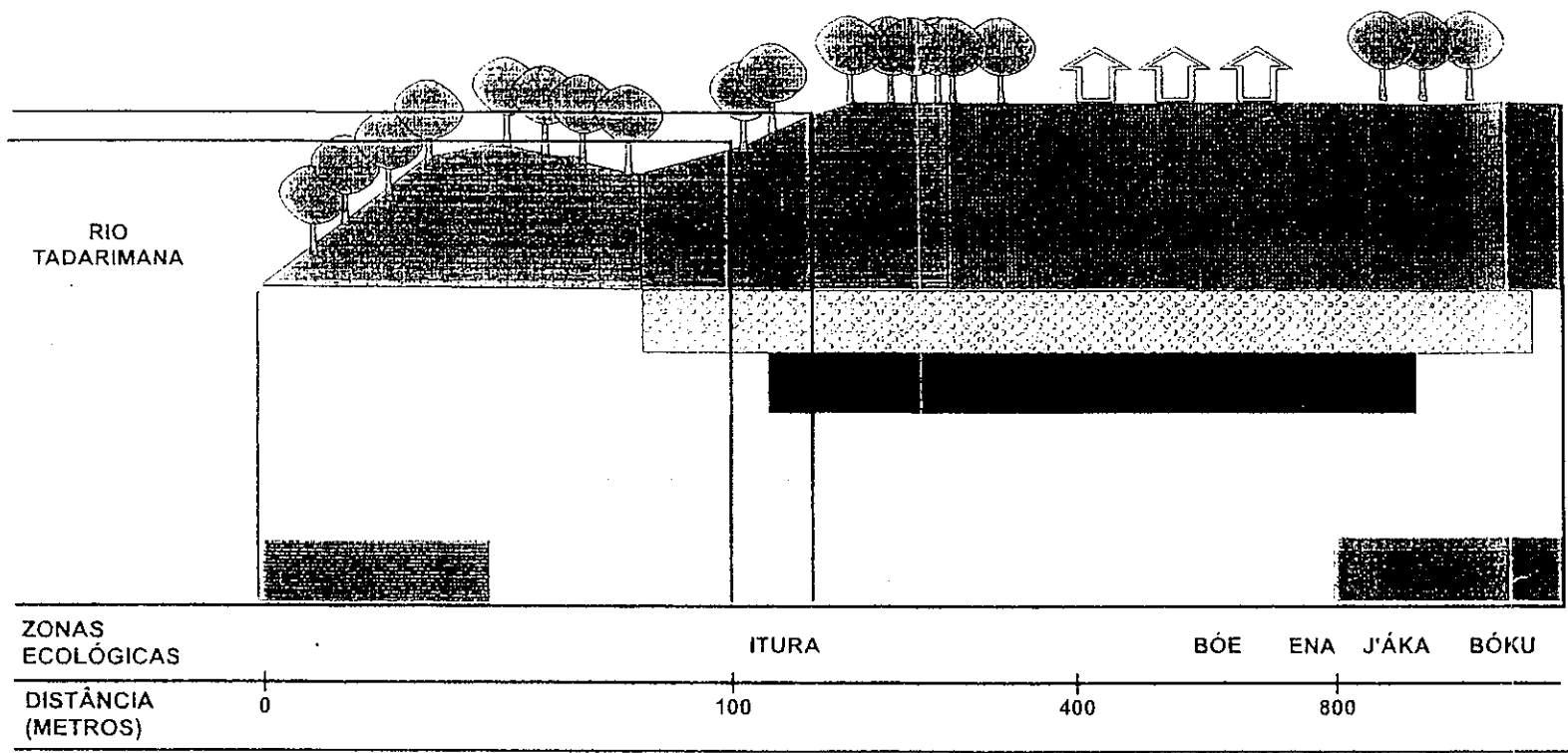
A coleta assumiria papel de destaque nesse período, concentrando-se nas áreas periféricas dos agrupamentos e incidindo nas áreas florestais, com suas espécies em frutificação, destacando-se os cocos de Macaúba e Acuri (Akudo e Apido), os frutos das marmeladas (Ári, Bóko), o Pequi (Éko), o Tarumam (Ciocio) e o Cajá (Jatugo).

O espaçamento das chuvas, a vazante dos rios, o ressurgimento da "baías", a volta das aves e o fim da colheita do milho, viriam marcar o início do novo ano indicado pela floração das piúvas (Ema-i) e pelo aparecimento, no horizonte, das Plêiades.

3.6.4.2. Distribuição atual das atividades

Atualmente, a organização e distribuição das atividades anuais refletem as transformações que vieram com o desenvolvimento regional, às quais os Bororo tiveram que se adaptar, criando um "*modus vivendi*" próprio.

Essas mudanças observadas no ciclo anual das atividades, bem como no próprio ritmo das atividades de subsistência dos Bororos, encontram-se apresentadas nas Ilustrações V.25 e V.26, obtidos por Serpa (1988) na Área Tadarimana e sem qualquer distorção, servem como modelos para as outras áreas Bororo da bacia do Rio São Lourenço.



- LEGENDA:**
- CHEIA OCASIONAL
 - CHEIA NORMAL
 - BAIXO
 - ALDEIA
 - ÁREA DE CULTIVO
- SUB-ZONAS ECOLÓGICAS:**
- BOE EPÁ CÓDU
 - HOGURU, BÓE AKARI, IWODURIGI
 - IÁGU GÚRU
- TIPOS DE SOLO:**
- KUGARU
 - RÓTO
 - NOÁRI
 - MÓTO

FERRONORTE S.A. **tetraplan**
 consultoria e planejamento

EIA / RIMA DA FERRONORTE
 ESTADO DO MATO GROSSO

CORTE IDEALIZADO DAS ZONAS ECOLÓGICAS
 E SUB-ZONAS - ALDEIA TADARIMANA

Ilustração V.25.: CICLO ANUAL TRADICIONAL E RITMO DAS ATIVIDADES NO PASSADO

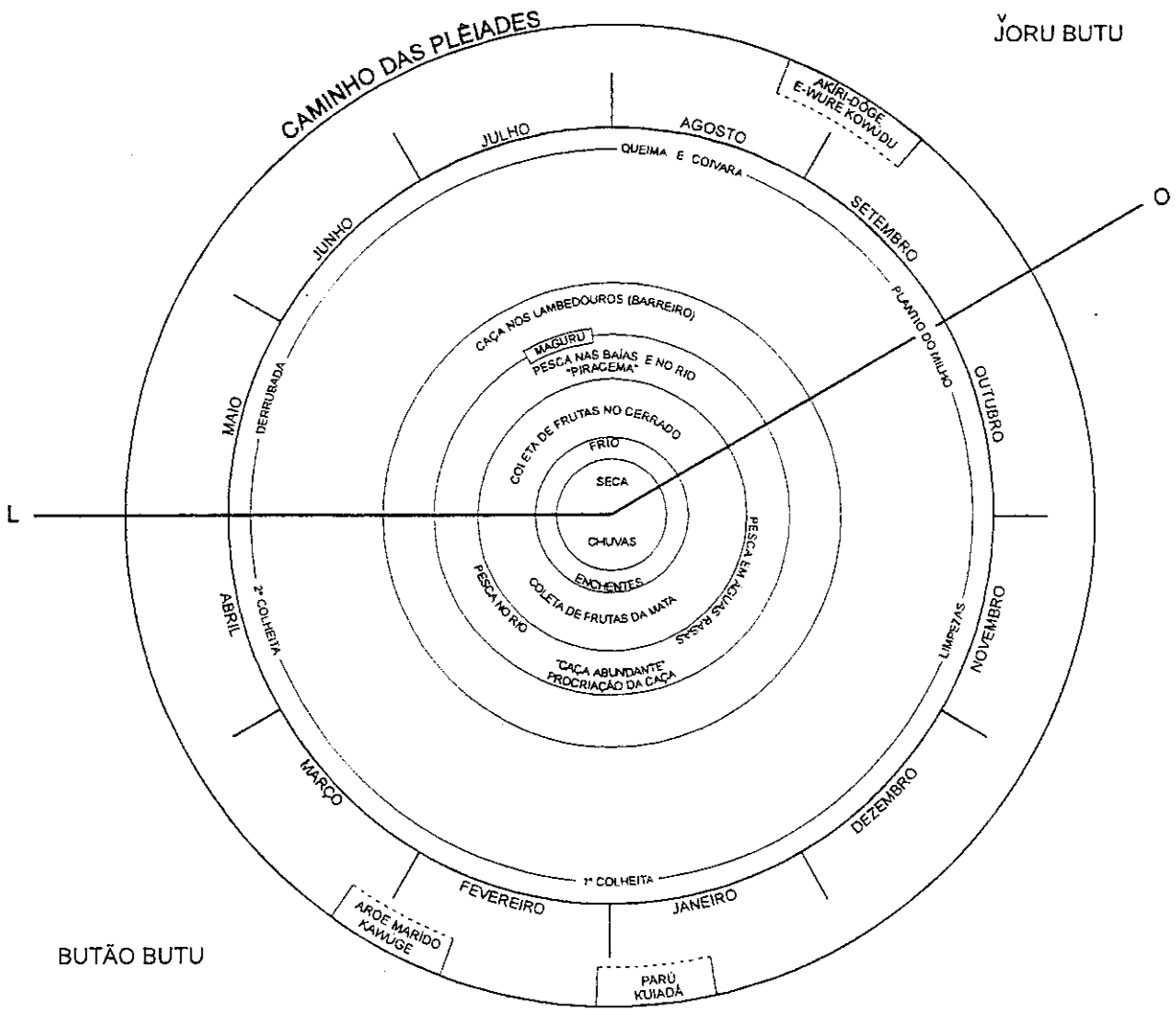


Gráfico: Ritmo das atividades no passado

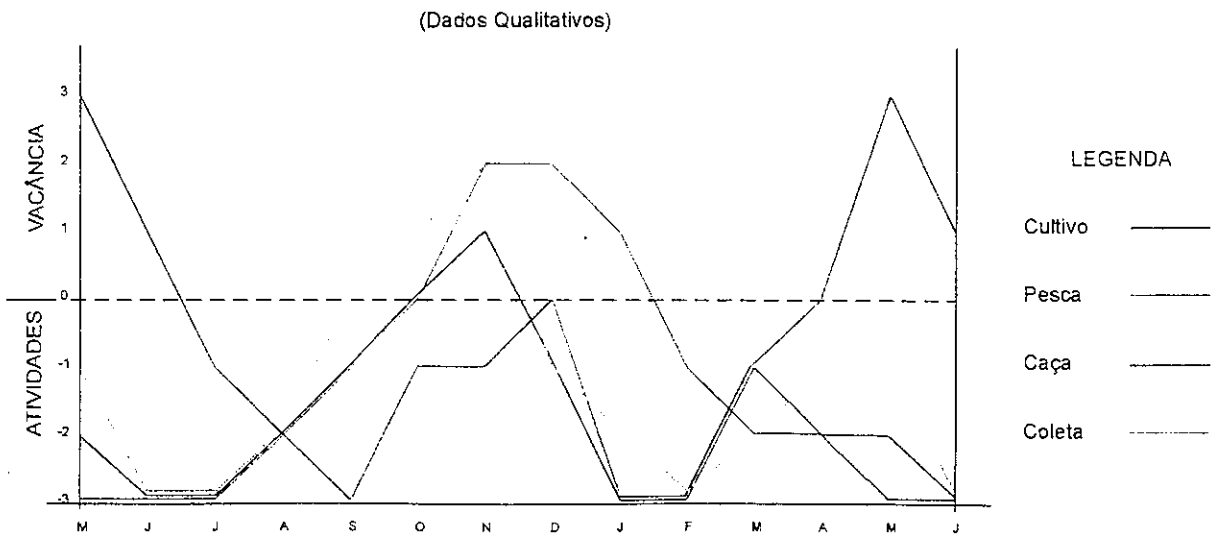


Ilustração V.26: CICLO ANUAL ATUAL E RITMO DAS ATIVIDADES ATUAIS

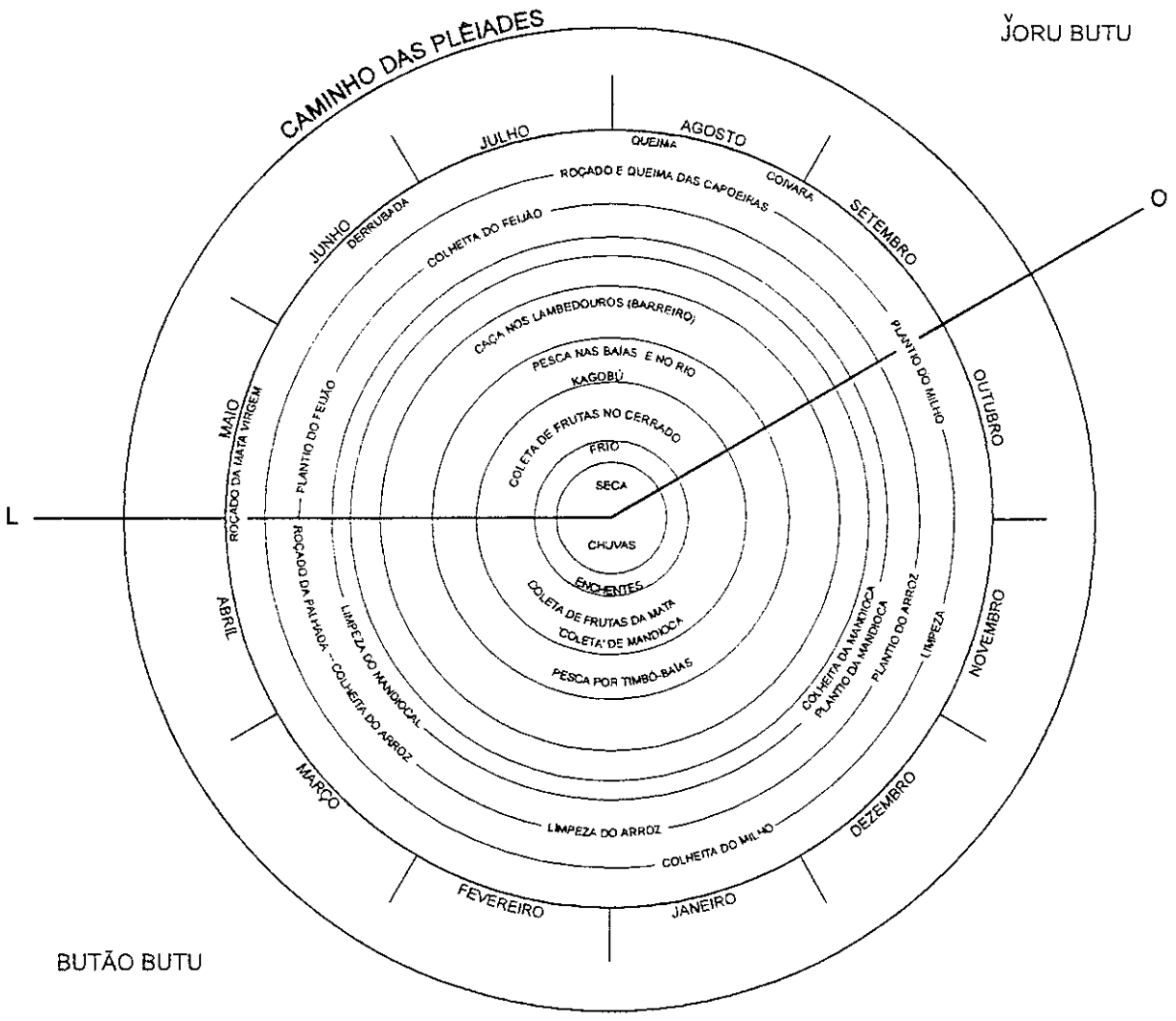
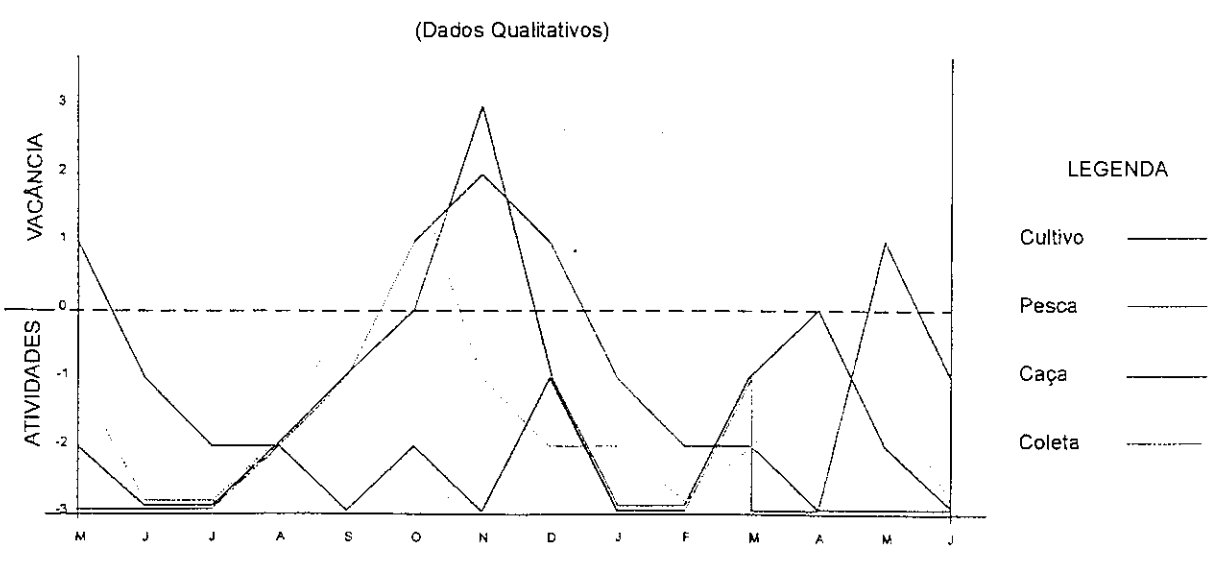
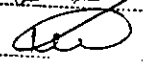


Gráfico : Ritmo das atividades atuais



PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
 L.S.: 245
 R. ERICA: 

O sistema de orientação baseado nas oposições seca/chuva e Plêiades/não Plêiades permanece inalterado. O mesmo ocorre para as atividades de pesca e coleta e, as vezes, para as atividades de caça.

A mudança mais visível é a do desaparecimento das atividades nômades. O Maguru foi barrado pelas contingências criadas pelo estabelecimento de fazendas e pelas condições impostas pelos agentes da "pacificação". A perda dos nichos ecológicos de exploração, agora circunscritos pelas cercas das fazendas, a extinção de muitas espécies, fomentada pelos desmatamentos, pela exploração desenfreada e pela quebra das cadeias ecológicas, são fatores que comprometeram não só o funcionamento dos Maguru, mas também a própria importância das atividades de caça nas áreas reservadas.

A Área Tereza Cristina é um exemplo dessa situação. A drástica redução da área reservada por Rondon, pela ocupação de fazendas de gado e agroindústria (soja, algodão, etc.) veio comprometer o estoque natural de caça e coleta de produtos vegetais, bem como sua reprodução. Hoje, o que resta de caça está concentrado nas matas-galeria beira rio, nos alagados e capões de mata nas áreas de fazendas ao sudoeste da reserva. Estão nestas áreas os locais onde o Bororo pratica a caça que é casual e de pequena monta, limitando-se à caça do quati, minchila, tatu, capivara, porco do mato, cateto, jabuti, etc. Ressalte-se que as áreas onde vêm caçando são de propriedade particular e portanto, os Bororos vêm contando com a benevolência de seus proprietários.

Com relação à coleta de frutas e outros produtos de origem vegetal, a situação também é crítica. Muitas áreas foram desmatadas para o cultivo das fazendas e muitas espécies da flora desapareceram ou estão escasseando.

Nessa situação, os Bororo sofrem ainda a concorrência com caçadores amadores que usam armamentos e armadilhas mais eficientes do que a tecnologia simples da caça Bororo e que praticam a caça predatória sem sofrer qualquer punição devido à falta de fiscalização e controle por parte dos órgãos de proteção ambiental.

A deficiência da caça é recompensada pela dinamização da pesca e pela continuidade da coleta nas áreas liberadas pelos fazendeiros vizinhos. A pesca na Área Tereza Cristina é a atividade que fornece a base proteica da alimentação, embora em quantidade bem inferior do que se poderia obter no passado. Apesar do uso de uma tecnologia industrializada (anzóis, redes tarrafas), a técnica de obtenção do produto segue o padrão tradicional. Sobressaem as técnicas de represamento, uso do timbó, pesca subaquática com uso de físgas e pesca com uso de arco/flecha e arpão.

Observa-se na aldeia Córrego Grande o uso de barco a motor de pequeno porte e a produção de um pequeno excedente, na época de abundância, para a comercialização. Na aldeia Piebaga, a pesca abastece somente a população e raramente o produto é comercializado. Entretanto, registra-se o "aluguel" dos portos de pesca na época de temporada para "amigos" da cidade em troca de dinheiro ou do próprio peixe.

A coleta assume um papel secundário, se comparada com outras atividades. Entretanto, em situações de escassez alimentar, observa-se um período de dinamização desta atividade, principalmente nos meses que antecedem o período das chuvas, quando são coletadas e estocadas grandes quantidades de cocos de Babaçu nas casas. As castanhas de Babaçu, consumidas cruas, assadas ou em forma de farinha, substituem a necessidade proteica criada pela falta de peixe ou carne.

A grande mudança do ritmo das atividades está na agricultura. Observa-se a diminuição do período de vacância em oposição à crescente dinamização do trabalho na roça. Esta situação, observada na Área Tereza Cristina, pode ser também observada nas outras áreas do Rio São Lourenço e com maior intensidade, nas áreas Bororo sob influência das Missões Salesianas.

O caso de Tadarimana, observado por Serpa (1988), onde a produtividade da roça de coivara era bem maior do que a produtividade da roça mecanizada do Projeto de Desenvolvimento Comunitário/Funai, pode servir de exemplo para indicar a visão errônea em classificar a agricultura praticada pelos Bororo

como incipiente. Além do mais, é evidência clara de que não se justifica rotular o grupo de "caçador coletor", em processo de sedentarização. As generalizações feitas por Steinen (1989), Steward (1946), Crocker (1964), etc., foram fundamentadas em dados de situações extraordinárias, não se levando em conta o caráter complementar e interdependente das atividades de caça, pesca, coleta e cultivo. Os gráficos apresentados nas Ilustrações V.25 e V.26 sugerem equilíbrio entre as atividades produtivas em oposição ao desequilíbrio observado atualmente.

O ponto crítico das transformações pode ser encontrado se comparados os ritmos das atividades de caça e de cultivo. A medida que a caça se torna rarefeita, tem-se a aceitação de novas espécies de cultivo que muitas vezes vêm ultrapassar em importância as espécies tradicionais, principalmente o milho. Os gráficos citados apresentam o ritmo intensificado do trabalho agrícola no cultivo do arroz, feijão, mandioca e milho, em oposição ao ritmo decrescente da atividade de caça. Uma outra mudança que chama a atenção é o desaparecimento de duas épocas cerimoniais - *Akiri - Dogue - É-Wure Kowudu* e *Aroe Marido, Kaúque* - e a sobrevivência da Festa do Milho - *Kuiada Paru*, agora reduzida apenas ao ritual de purificação da colheita.

• Caça e Pesca

Os Bororo são tão entusiasmados e destros caçadores como são pescadores. O vale do São Lourenço abunda com uma rica variedade de mamíferos e aves. Ecologicamente são importantes quatro espécies de veados, anta, porco selvagem (caietu e queixada), capivara, tatus e tamanduás. Os Bororo também matam e comem muitas espécies de pequenos animais, tal como a paca, a cotia, o quati, os bugios e vários tipos de pequenos primatas. Qualquer ave grande é comida, embora o mutum, o jaó, o pato selvagem e certas garças são consideradas as mais saborosas. Os ovos da tartaruga são muito apreciados e as próprias são comidas de tempo em tempo; a carne do jacaré é vista como fétida e dura, é consumida somente quando necessária. Os Bororo são vivos observadores da vida animal e podem discutir por longo tempo muitas diferenças de forma e cor da plumagem e pele. Os padrões da habitação e da alimentação de várias espécies são bem conhecidos e os caçadores discutem as notícias sobre um bando de porcos selvagens ou uma anta, em uma dada vizinhança, como assunto de máxima importância (cf. Crocker, 1967).

Armas de fogo substituíram os arcos, entretanto, atualmente muitos homens Bororo são ainda competentes arqueiros. Um rifle ou espingarda são preferidos atualmente para todas as caças, embora as balas sejam caras e as armas viáveis raras.

Muitas caçadas são feitas por um ou dois indivíduos, entretanto duas técnicas coletivas são ainda usadas de tempo em tempo. A primeira envolve a queimada de um campo ou um cerrado nos quais sabe-se da existência da caça. Este método só pode ser empregado na estação seca e envolve muitos riscos para os caçadores, quando não são eles mesmos caçados pelo fogo. A segunda técnica é sítiar ou cercar, a qual é praticada nas capoeiras de mata e em maior número de vezes no campo aberto. A caça é guiada de um extremo ponto central para um círculo formado de caçadores ou talvez por uma barreira natural, tal como um rio.

Qualquer técnica usada, merecerá grande interesse em todos os aspectos, qualquer que seja a caça. Um dos tópicos favoritos de discussão na casa-dos-homens são as caçadas passadas e os homens são capazes de apontar o exato local no cerrado monótono onde os animais podem ser mortos, descrevendo com considerável detalhe como e quando cada um tinha sido abatido, seu subsequente comportamento e maneira de morte.

Um bom caçador ganha considerável prestígio e as mulheres aspiram e são aconselhadas a desposar tal homem. Tanto assim que a falta de habilidade em caça é considerado motivo bastante para a mulher se divorciar. Muitas caçadas e pescarias Bororo ocorrem num contexto religioso. Toda expedição coletiva feita pelos homens são precedidas por ritual, alegando serem supervisionados pelas almas dos ancestrais e acompanhados pelo ritual de distribuição da caça (cf. Crocker, 1967).

Por último, cabe observar que os Bororo não consomem nenhuma das espécies de veados pois segundo sua mitologia, a origem dos Bororo se deu por uma fêmea desta espécie animal. Já a anta e a capivara são consumidas desde que purificadas ritualmente pelo xamã (Bári).

No Quadro V.27 estão registrados os tipos de caça mais consumidos pelos Bororo, bem como indicadas as principais ecozonas onde são caçados.

Quadro V.27: Área de Influência Direta
Tipos de caça mais consumidos pelos Bororo da Bacia do Rio São Lourenço


Bororo	Português	Científico	Zona Ecológica (1)
Júgo	Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	C
Jui	Caitetu	<i>Tayassu tacatu</i>	C
Méa	Cotia	<i>Dasyproeta spp.</i>	C
Kí	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	C
Ápu	Paca	<i>Cuniculus paca</i>	A/B
Júko	Macaco	<i>Cebus gen.</i>	C
Bokodóri	Tatu-canastra	<i>Priodontes giganteus</i>	A
Reá	Tatu-galinha	<i>Tatu novencinctus</i>	C/B
Jerego	Tatu-liso	?	C
Okwáru	Tatu-peba	?	C
Jerigigi	Cágado	<i>Platunis chelidae</i>	C
Apógo	Tamanduá mirim	<i>Tamandua tetradactylus</i>	C
Kudóbo	Coati	<i>Nasua nasua</i>	B/C
Aipoboréu	Jaguatirica (2)	<i>Felis pardalis</i>	A/B/C
Enokure	Tatu-bola-do-campo	<i>Toripentes tricinctus</i>	A/B
Búke	Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	A/B
Okiwa	Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	C
Pai	Bugio	<i>Alouatta sp.</i>	C
Upe	Tracajá	<i>Eunectes murinus</i>	C
Pobógo	Veado Mateiro (3)	<i>Mazama americana</i>	B
Adugo	Onça pintada (2)	<i>Pantera onca</i>	A, B, C
Jomo	Lontra	<i>Lutra platensis</i>	C
Uwái	Jacaré (3)	<i>Caiman jacare</i>	C
Bace	Garça	Ardeidae fam.	C
Nabure	Ararapinga	<i>Psittace chloroptera</i>	A, B, C
Kuído	Arara	<i>Psittace cacrulea</i>	A, B, C
Turubári	Pato selvagem	Antidae fam.	C
Kuritága	Papagaio corneteiro	<i>Amazona amazonica</i>	A, B, C
Curuí	Papagaio-urubu	<i>Gypositta vulturina</i>	A, B, C
Kiogororo	Passarinhos	Passeriformes fam.	A, B, C
Kérékére	Ararinha	<i>Ara manilata</i>	A, B, C
Manópa	Maraçaná	<i>Ara sp.</i>	A, B, C
Kurugugwa	Gavião caracarai	<i>Milvago chimango</i>	A, B, C

Fonte: Serpa, 1988.

(1): A: Bóku, B: Bóe Éna J'Áka, C: Itúra

(2) As onças (Adugo e Aipoburéu) não são usadas na alimentação, tem uso apenas cerimonial

(3) O veado e o jacaré, apesar das proibições de consumo, são consumidos por alguns indivíduos.

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
 L.S.: 248
 P. FÉRICA: 

Segundo Crocker (19670, os rios são os elementos geográficos mais valorizados economicamente pelos Bororo e têm grande significância cosmológica. A orientação Bororo através dos cursos d'água é tradicional, embora no passado não terem necessitado do uso de canoas. Hoje são bons construtores e usam este meio de transporte. São também habilidosos remadores e poderosos nadadores.

A grande ordem de orientação sócio-espacial Bororo é determinada pelo maior rio local, que em muitos casos é o São Lourenço ou um de seus maiores tributários. De fato, o Bororo prende-se a uma importância quase mística para este rio. Falam dele como o próprio centro das terras tribais; quase todos sabem onde os sítios das aldeias tradicionais estão localizados. Pode-se dizer que as aldeias estão localizadas não tanto na mata ou no cerrado, mas perto do rio.

O nome que a tribo se autodenomina, Orari Mógó Dóge, refere-se ao Rio São Lourenço que assume papéis importantes na mitologia Bororo e muitos destes papéis estão relacionados com vários eventos étnohistóricos e sobrenaturais. Debaixo de sua superfície moram muitas variedades de Aroe, um tipo de espírito associado com as almas dos mortos Bororo. Assim, pode-se enfatizar que é o rio, e não a água per se, que é o foco de atenção Bororo. Eles distinguem ritualmente tanto quanto linguisticamente a água (Pobo) da chuva (Bubutu) e do rio ou caldal (Po). Por exemplo, o banho no rio é uma parte integral de muitas cerimônias e acompanha todos os rituais de passagem, contudo, os cursos d'água são também uma matéria de interesse para os Bororo devido a sua importância ecológica. Reconhecem 89 espécies e subespécies, separadas entre duas classes, *Karo Birikedureu* (peixes não escamosos) e *Karo Botoreu* (peixes escamosos) (vide E.B.: 707-10). Geralmente, o peixe escamoso e o peixe de água fluente são considerados mais apetitosos do que aqueles encontrados nos lagos tranquilos.

As espécies mais comumente capturadas são: pacu (*Myletes* sp), pintado e surubim (ambos membros da família Scleridae), dourado, bagre, jau, peixe cachorro ("dog fish", ou *Cynodon hydrocyon*) e piraputanga. Vários peixinhos, tal como o lambari (*Caracidium* sp), são consumidos em grandes quantidades durante e estação seca.

As técnicas de pesca podem ser individuais e de grupos. O método inclui o uso do anzol e linha na beira do rio; originalmente os anzóis eram feitos de osso e a linha de fibras trançadas de palmeiras. Agora os anzóis de aço e linha de nylon são preferidos. Algumas vezes um indivíduo usa uma pequena rede, armada no baixio de um rio ou baía e cachoeiras ou vertedouros de cardumes de pequenos peixes. Amiúde um arco e uma flecha-arpão especial são usados para matar grandes peixes nos baixios d'água; isto pode ocorrer conjuntamente com o envenenamento de um pequeno lago ou laguna durante o curso de uma migração de desova quando o rio e baías estão cheios com todos os tipos de peixes. Em ambos os casos a prática é parte de uma pesca coletiva na qual várias técnicas são usadas simultaneamente. A pesca por envenenamento, na qual a seiva da poção Timbó é usada, precisa ser feita por um grupo coordenado de homens para ter sucesso. A construção de barragens e armadilhas está sempre encarregada por um grupo (cf. E.B.: 711-2 para uma descrição desses itens e seus usos). Os Bororo são destros bastante com estas práticas e a área é bastante rica em peixe, de maneira que algumas variedades de peixes é quase um item diário da dieta em muitas famílias Bororo.

**Quadro V.28: Área de influência Direta
 Principais Tipos de Pescado Consumidos pelo Bororo da Bacia do Rio São Lourenço**

Nome Bororo	Nome Popular	Nome Científico
Róko	Corimbatá	<u>Prodochilodus sp</u>
Orári	Pintado	<u>Pseudoptatystoma sp</u>
Koma	Jeripoca	<u>Hemisorubim platyrhynchos</u>
Kudógo	Abotoado	<u>Pterodoras granulatus</u>
Okóge	dourado	<u>Salminus maxillosus</u>
Jatugúgo	Piau	<u>Leporinus sp</u>
Poró	Jaú	<u>Paulicea cf.</u>
Pobu	Pacú	<u>Mylossoma sp</u>
Jarúdu	Mandí	<u>Pimolodus sp</u>
Aráro	Piraputanga	<u>Brycon orbignyanus</u>
Akáro	Jurupensén	<u>Hemisorubim platyrhynchos</u>
Kuaboréu	?	?
Iwo	Cascudo	<u>Loricaria gen.</u>
Juiréu	Cuiú-cuiú	<u>Oxidorus nigar</u>
Barubádu	Barbado	<u>Pirinampus pirinampus</u>
Ruréu	Palmito	<u>Auchenipterus nigripinnis</u>
Méru	Var. Raia	?
Atámo	Var. Raia	<u>Potamotrygeon sp</u>
Tubore	Lambari	<u>Caracideos fam.</u>

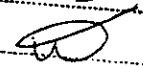
Fonte: Serpa, 1988

• **Roças**

Os locais das roças são selecionados cuidadosamente, usando critérios do tipo do solo, predominância da cobertura vegetal e do índice pluviométrico, e a distância da aldeia. As terras baixas (várzeas) localizadas perto de um grande curso ou rio com boa drenagem e exposição (ao ar) são preferidas. Solos pretos com um alto conteúdo de húmus, tal como é geralmente o chão na mata compacta, são considerados os melhores para muitas colheitas. O solo pantanoso, Noari, é considerado adequado para o arroz, banana e cana-de-açúcar, enquanto Moto KuGaru, "terra arenosa", é boa somente para banana e arroz.

Uma vez limpo pelos métodos de "derrubada e queima", o sítio pode ser usado por três anos consecutivos. Depois disto, o solo fica muito desgastado para prover uma boa colheita e é deixado descansando por 6 a 8 anos. Então, pode ser roçado e replantado, entretanto, quanto maior o período de descanso maior a colheita subsequente.

Geralmente cada homem derruba, queima e planta sua roça, ajudado por sua esposa e filhos solteiros. Algumas vezes os homens casados de uma simples casa trabalham juntos num lote, entretanto cada um tem um local separado. As roças têm um tamanho médio de 0,5 ha, porém alguns homens conseguem produzir roças muito grandes.

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
L.S.: 250
RUEIRICA: 

A seqüência temporal das atividades agrícolas iniciam no meio da estação seca (junho ou julho), com a limpeza geral e a derrubada do novo sítio selecionado ou da roça da estação passada: árvores e moitas são deixadas no local aonde elas caem. Em meados de agosto o Conselho dos Homens decide que é tempo para começar a queimar a vegetação derrubada, agora seca - os sítios fumegam quando as chuvas chegam e depois de algumas semanas chuvosas o Conselho dos Homens ordena uma data, porém não muito aproximada, para o plantio das sementes do milho.

É importante que todos os homens plantem seu milho nesse tempo, pois assim amadurecerão todos juntos para uma importante cerimônia que está relacionada com a colheita do milho (Kuiada Paru).

Há sanções sobrenaturais em consumir o milho antes dessa cerimônia, tão bem como fórmulas mágicas para serem ditas no plantio para garantir uma boa produção. Enquanto há decisões relacionadas com o do milho, não há organização coletiva na agricultura Bororo: as pessoas plantam o que elas querem, quando elas tem vontade, independentemente uma das outras.

Uma série típica de produtos na roça seria o arroz, milho, melancia, abóbora, mandioca, batata doce, mamão, cana-de-açúcar ou banana. Metade de uma roça é plantada com arroz, com alguns pés de cana-de-açúcar entre as eiras e a outra metade é devotada ao milho, com abóbora, batatas, mandioca e banana espalhadas entre si.

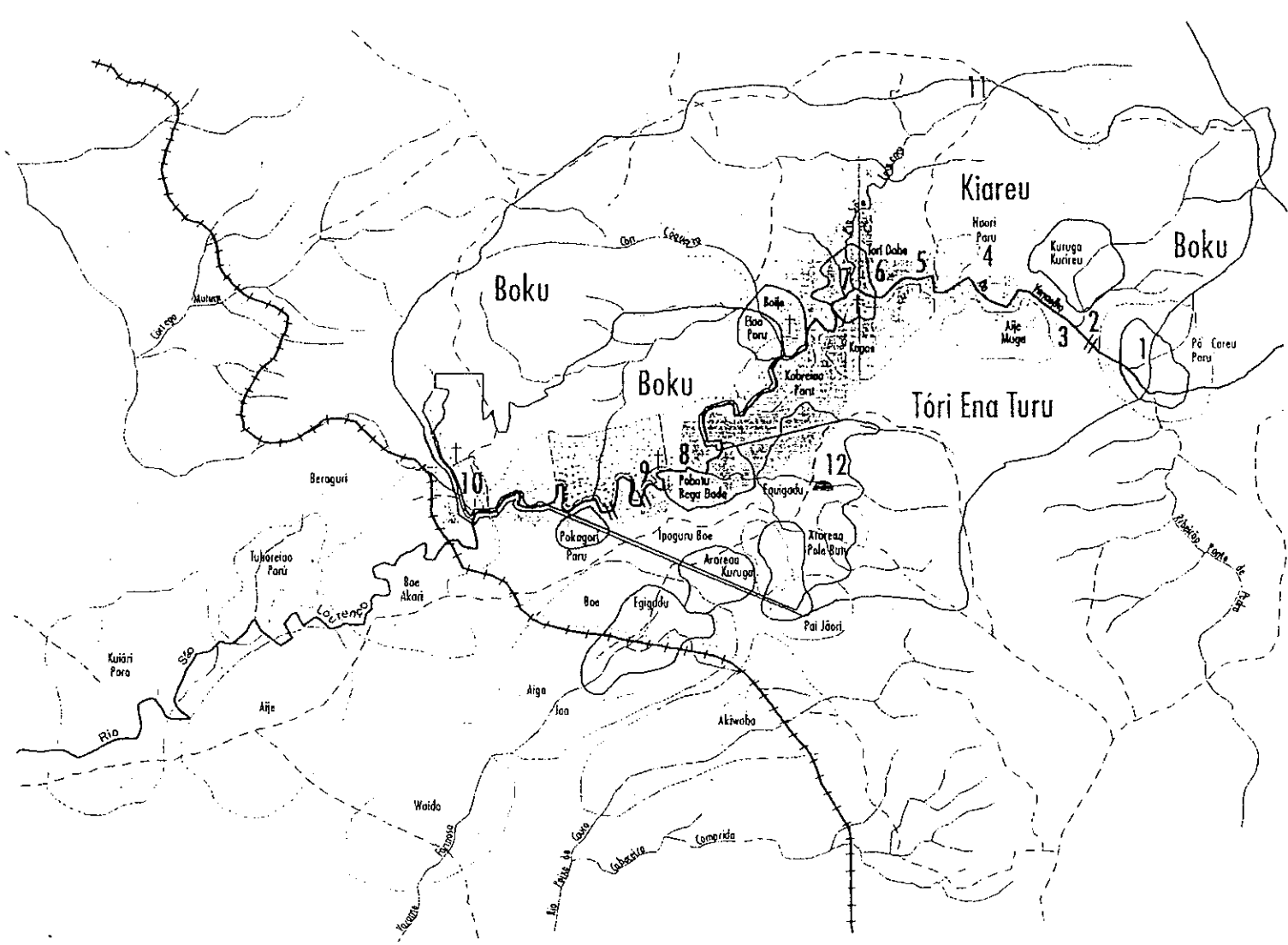
3.6.4.3. Uso e ocupação do solo na Área Tereza Cristina

A partir de informações obtidas em fontes bibliográficas, cartográficas e daquelas obtidas no trabalho de campo junto aos Bororo, foi possível elaborar a **Ilustração V.27**, onde estão mapeadas as seguintes situações:

- a) a situação fundiária da área Tereza Cristina desde a sua demarcação por Rondon (1895) até o presente ano (1995);
- b) a vegetação nativa segundo a percepção Bororo;
- c) o padrão de ocupação Bororo através da localização de aldeias, cemitérios, portos fluviais, locais de acampamentos (Maguru), principais topônimos de referência territorial, áreas de exploração (caça, pesca, coleta e cultivo), zonas ecológicas reconhecidas pelos Bororo e instalações dos postos indígenas;
- d) áreas exploradas fora da Área Tereza Cristina;

O objetivo deste mapa é o de sintetizar ilustrativamente toda a descrição sobre o uso do solo da Área Tereza Cristina. Procurando-se situar também os sítios das antigas aldeias, bem como a perda de importantes áreas de exploração econômica.

Apresenta também a situação a que ficou reduzida a área de exploração econômica após a ocupação pelas fazendas de 65% da área original, destacando-se principalmente a área da Fazenda Santa Maria, que além de dividir a área restante, seus proprietários apossaram-se da maior parte das áreas propícias ao cultivo.



PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
 L.S.: 251
 R.º.F.R.ICA: [assinatura]

- 1-12 ALDEIAS
- † CEMITÉRIOS
- ∥ PORTO FLUMAL
- ÁREA DEMARCADA POR RONDON (1985)
- ÁREA ATUAL SEGUNDO PROCESSO /FUNAI/BSB/0344/94
- [stippled box] ÁREA OCUPADA PELA FAZENDA SÃO MARIA DE IBITINGA
- [rectangle] VEGETAÇÃO DE MATA (ITURA)
- [circle] ÁREAS DE CAÇA
- [circle] ÁREAS DE PESCA
- [circle] ÁREAS DE CULTIVO
- [circle] ÁREAS DE COLETA (FORA DA RESERVA)
- [house icon] POSTO INDÍGENA
- [dashed line] TRAÇADO DA FERROVIA
- [solid line] ESTRADA PAVIMENTADA
- [dashed line] ESTRADA NÃO PAVIMENTADA
- [dotted line] CAMINHOS
- [wavy line] CURSO D'ÁGUA

FERRONORTE S.A. **tetraplan**
 consultoria e planejamento

EIA / RIMA DA FERRONORTE
 ESTADO DO MATO GROSSO

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA REGIÃO
 DO MÉDIO SÃO LOURENÇO

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
 L.S.: 252
 P. F. RICA: *[assinatura]*

A partir dessa ilustração e das informações coletadas analisa-se as consequências das diversas pressões sobre o território Bororo, indicando-se as áreas exploradas nas fazendas vizinhas, onde as condições ecológicas ainda propiciam um estoque importante de espécimes da fauna e da flora regional.

• Vegetação Nativa

Baseando-se nas informações sobre a vegetação original da Área Tereza Cristina que constam do mapa elaborado por Rondon (1895) e nas informações obtidas em campo junto aos Bororo, foi possível identificar as principais ocorrências de vegetação nesta área.

Assim, a mancha verde que acompanha as margens dos rios Vermelho, São Lourenço e tributários refere-se à formação vegetal de mata estacional (**mata subcaducifólia**), que é denominada genericamente de "Itúra" pelos Bororo. A única sub-zona de Itúra destacada é a ocorrência de mata na serra de São Jerônimo que os Bororo denominam de Tóri Éna Turu (mata na sumidade da serra).

A cobertura vegetal restante não mereceu nenhuma coloração por se tratar de formação vegetal predominantemente de cerrados. Neste caso, encontram-se aquelas faixas de transição entre mata e cerrado (áreas de tensão ecológica) regionalmente denominadas de cerradão e as diferentes fácies do cerrado propriamente dito.

Segundo o interesse econômico dos Bororo, optou-se por indicar as principais ocorrências da zona ecológica Bóku (cerrado em geral) e suas sub-zonas (Boeegigadu, Kiaóreu e Ipogurutóru).

As áreas de uso, fora do limite da reserva, onde os Bororo desenvolvem atividades de caça, pesca e coleta, observa-se a dominação da vegetação de mata (Itúra), onde os Bororo identificam as sub-zonas Boe Akári (mata de cabeceiras ou várzeas), Kadoguruakari (capão de mata em transição para cerrado) e Boe Kú Méki (várzea entre uma cabeceira e o cerrado - "Boku Molhado").

Observa-se, portanto, que em termos da vegetação nativa os Bororo perderam grande parte das zonas ecológicas de mata onde se concentram as principais espécies da fauna e flora regional, devido à redução territorial. Esta situação pressionou o grupo a expandir-se para as áreas preservadas das fazendas vizinhas que no passado compreendiam áreas de uso nas viagens de exploração sazonal (Maguru).

• Padrão de Ocupação

As Aldeias Bororo

As aldeias Bororo são construídas preferencialmente ao longo de grandes rios piscosos e onde os solos são mais férteis, permitindo-se também o plantio de milho. O terreno onde se edifica a aldeia está aproximadamente a 200 metros da barranca do rio e devido às características fitográficas dessa região do Centro-Oeste, preenche a classificação de uma zona de transição ecológica entre as fácies de cerrado e a mata de galeria.

A área de ocupação de uma aldeia deve apresentar a ocorrência de 'baias', braço morto do rio, local de uso econômico e religioso, como também estar próxima a grandes nichos de caça e coleta.

A maioria das aldeias atuais preenche essas condições, a exceção é a aldeia de Piebaga que se encontra a aproximadamente quatro quilômetros do Rio São Lourenço, mas que detém o controle do recurso aquático da lagoa que forma a chamada vazante Formosa.

No passado, a consolidação das fronteiras do território Bororo só foi possível graças a um complexo sistema de redes entre as aldeias, à presença de uma classe de guerreiros e os freqüentes deslocamentos sazonais (Maguru) cujas rotas ainda são lembradas e algumas vezes trilhadas pelos remanescentes.

PROC/FUNAI/ N.º	284/88
L.S.:	253
P. TRICA:	

Ao localizarem essas aldeias, identificadas por "bolas amarelas" numeradas, os Bororo forneceram seus nomes e emitiram os seguintes comentários:

- a) *Pó Coreu Paru Bororo*: nome e local de uma aldeia localizada na foz (Paru) do Rio Ponte de Pedra (Pó coreu) com o Rio Vermelho (Pogúbo). Segundo os informantes, o local desta aldeia está nas imediações da divisa da área demarcada, isto é, local de um dos marcos encetados por Rondon. Afirmam também que depois de abandonada esse sítio passou a ser local de acampamento dos Maguru (viagens sazonarias).
- b) *Kejari Bororo*: local e nome da segunda aldeia à jusante da barra do Ponte de Pedra. Afirmam que por detrás desta aldeia existe um paredão de pedra onde se encontram muitos motivos de pinturas rupestres. Outros paredões existem nas imediações e nos seus ocos e fendas criam-se muitos morcegos ("Ké"), por isto a aldeia recebeu o nome de *Kejari* ("ninho de morcego"). Em 1935, Lévi-Strauss visitou esta aldeia e registrou sua passagem no famoso livro *Tristes Trópicos*, onde também se encontram muitas fotografias.
- c) *Porodi Bororo*: local e nome da terceira aldeia a jusante da barra do Ponte de Pedra. No mapa de Rondon, corresponde a um local de acampamento usado nos trabalhos de medição.
- d) *Ime Eiao Paru Bororo*; local e nome de uma antiga aldeia localizada na foz de um córrego do mesmo nome.
- e) *Pogubore Bororo*: local e nome de uma antiga aldeia às margens do Rio São Lourenço (*Pogubo Coreu*).
- f) *Pobugo Coreu Paru Bororo*: local e nome de uma antiga aldeia na foz do Rio Prata, nas imediações da ilha fluvial denominada Baagóda.
- g) *Baagóda*: nome dado a um sítio situado numa ilha fluvial que segundo os Bororo é uma "tapera", isto é, local de uma antiga aldeia. O termo Baagóda (Báa (aldeia) + Goda (suf.)) parece confirmar o uso da área como assentamento. Entretanto, no mapa de Rondon, a área está identificada como sendo o local de um antigo cemitério. A este respeito os Bororo negaram, dizendo que o local do cemitério era mais a jusante.
- h) *Colônia*: local onde se instalou a sede da Colônia Militar em 1888 e que posteriormente funcionou sob administração do SPI até que foi desativada, sendo substituída administrativamente pelos Postos Gomes Carneiro e Piebaga.
- i) *Tori Paru Bororo*: nome e local de uma aldeia a jusante da Colônia e que existiu até o final da década de 60.
- j) *Koróge E-Ké Pobo Bororo*: última aldeia da Área de Tereza Cristina a jusante do Rio São Lourenço nas imediações da foz do denominado Córrego Grande. É comumente chamada de aldeia do Córrego Grande e se encontra nas imediações do campo de pouso do Posto Gomes Carneiro.
- k) *Trubiao Paru Bororo*: local e nome de uma antiga aldeia na confluência do Rio Prata com o córrego de nome "*Turubare Iao Paru*" ou "*Trubião*" (cf. Drumond, 1965: 85). Segundo os Bororo esta aldeia estava localizada a aproximadamente 200 metros da divisa da área demarcada por Rondon.
- l) *Piebaga*: nome da atual aldeia localizada nas margens do Córrego Piebaga (Ipie Baga "Córrego dos Ariranhas"). Segundo os Bororo a aldeia surgiu em função de ser esta área um antigo retiro de gado edificado desde a fundação da colônia (Posto Galdino Pimentel).

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
L.S.:	254
RECURSA:	<i>[assinatura]</i>

Os Cemitérios

Além da localização dos sítios das aldeias, os Bororo localizaram também os sítios de seus cemitérios (Aroe E-lao), que estão identificados na **Ilustração V.27** por "bolas pretas".

Na área demarcada por Rondon, os Bororo identificaram dois cemitérios localizados em ilhas fluviais, nas imediações dos locais denominados de Baagóda e Pobotubegadodo Paru, e um outro nas imediações do Córrego Coqueiro, numa área de pesca denominada Boeige E-lao Paru.

Na atual Área Tereza Cristina, nas imediações do Posto Gomes Carneiro, os Bororo localizaram duas áreas de cemitério, uma delas se encontra no caminho entre o Posto e a atual aldeia Córrego Grande e outra área num brejo atrás da aldeia em direção à estrada.

Áreas de caça, pesca, coleta e cultivo

Ao localizarem os sítios das antigas e atuais aldeias, os Bororo simultaneamente localizaram todas as áreas de exploração vinculadas à essas aldeias, pois o padrão de ocupação compreende não somente o sítio onde se edifica a aldeia, mas também e principalmente, todos os acidentes geográficos, ocorrências de vegetação e áreas de interesse produtivo.

Assim, localizaram e nomearam seus mais importantes sítios de exploração, que estão identificados por terminologia Bororo e delimitados por cores relacionadas à atividade desenvolvida.

- a) *Pó Coreu Paru* - compreende uma área de caça, pesca e local de acampamento (Maguru), explorada pelos moradores da aldeia Kejari após o abandono da aldeia Pó Coreu Paru Bororo localizada nessa área.
- b) *Aije Muga*: nome de uma área de caça localizada logo abaixo de Porodi Bororo.
- c) *Kurúga Kurireu*: nome dado a uma lagoa localizada entre as aldeias Ime Eiao Paru Bororo e Porodi Bororo. É um local próprio para a prática de "bater timbó", dada a abundância do pescado.
- d) *Noari Paru*: local de caçadas, à frente do porto Kogoe, onde afirmam os Bororo serem abundantes a caça de queixada, anta, onça e de várias outras espécies.
- e) *Kogoe*: nome de um porto fluvial localizado logo abaixo da aldeia Pogobore. Por este porto os Bororos tinham acesso a uma extensa área de mata (Itúra) onde caçavam.
- f) *Tori Dobo*: nome de uma importante baía (braço antigo de rio) localizada nas imediações da ilha fluvial de nome Baagoda. Segundo os informantes é grande a quantidade de peixes nesta baía principalmente de traíra.
- g) *Kabreiao Paru*: nome de um local de caça que devido à abundância de madeira de lei, forneceu para a oficina da Colônia a matéria prima para a confecção de portas, canoas e outros artigos.
- h) *Boe Ége É-lao Paru*: nome de um local de pesca localizado na foz do Córrego Coqueiro com o Rio São Lourenço.
- i) *Pobotubegadodo Paru*: área de roça localizada abaixo da sede da Colônia. No mapa de Rondon esta área recebeu o nome de "sítio do Fernando". Entretanto, outras duas vezes o termo aparece no mapa, agora, segundo os Bororo, não definindo aquela área de roça mas sim os locais onde o rio se bifurca formando uma ilha, daí o termo Bororo: Pobo(rio); Tu (ele); Bega (ruindade); Dódu (suf.), (água de um rio que estragou o seu curso) (cf. EBI: 879).
- j) *Pókagori Páru*: nome de um porto fluvial onde se localiza uma importante área de pesca.
- k) *Arareao Kuruga* ou *Cambará*: nome de uma lagoa nas imediações da aldeia do Piebaga. Este é o melhor local de pesca dessa comunidade, uma vez que o rio se encontra a três léguas e outras lagoas ou baías dessa área da Colônia encontram-se nas terras ocupadas pela Fazenda Santa Maria de Ibitinga.

- l) *Arareao Pobore Butu*: nome da cachoeira ou salto de aproximadamente 80 metros de altura que forma o Córrego Arareao. Ao longo desta cachoeira os Bororo afirmam que é possível pescar piraputanga, piau e lambari, a partir do uso de armadilhas como o Kago (Pari) ou Kuru (Timbó).
- m) *Paijáori*: nome Bororo para o Morro Pelado. É um local de um lambedouro ou barreiro - NOA - muito importante para todas as aldeias localizadas na área reservada por Rondon. Neste local, afluiam os Bororo destas aldeias quando empreendiam as viagens denominadas de Maguru a fim de obterem as cobiçadas penas de arara para a confecção de arte plumária própria dos Bororo. Identificam este lugar como sendo um nicho típico de araras vermelhas - Nabure. Afirmam os Bororo que no topo desse morro está o marco colocado por Rondon.
- n) *Boe Equigadu*: nome dado a uma sub-zona do cerrado (Boku) que se caracteriza como um cerrado com capim baixo na beira de um brejo. Com este termo os Bororo localizaram uma área entre a lagoa Cambará, seguindo pela linha divisória até o Morro Pelado (seg. o mapa de Rondon). Nesta área identificam um bom lugar para a caça, apesar de parte dela ter sido ocupada por José Pinto que derrubou a mata e a transformou num pasto artificial de braquiária.
- o) *Nabure É-Ke Nóa*: nome de um lambedor de arara localizado nas imediações da divisa com a Fazenda Gratidão.

Áreas exploradas fora do limite da reserva

A descrição anterior tratou de áreas de uso econômico reconhecidas pelos Bororo no interior da área original de Tereza Cristina. Entretanto, conforme já foi comentado, o processo de redução territorial limitou as atividades econômicas em apenas sete áreas sendo que as de números 12, 13 e 14 foram recentemente reincorporadas à área de exploração da aldeia Piebaga por força judicial.

O que se observa é que a aldeia Córrego Grande, a mais populosa, é a área mais prejudicada e o intenso uso de seu estoque de caça e de áreas de cultivo pressionou o grupo para as áreas ainda preservadas localizadas fora da reserva. A mesma situação, em menor escala, é também observada na aldeia Piebaga, pois as terras reintegradas se apresentam totalmente degradadas devido ao uso ali desenvolvido pelo antigo ocupante.

As informações sobre essas áreas de exploração, bem como de topônimos Bororo referente à locais de interesse econômico estão organizados nos Quadros V.29 e V.30 a seguir.

Quadro V.29: Área de Influência Direta
Áreas e Produtos Explorados pelos Bororo em Locais Fora da Reserva Legal

Áreas de exploração		Usos				Aldeia que explora
Nome Bororo	Localização	Caça	Pesca	Coleta	Obs.	
Boe Akari (mata de várzea)	Faz. Janaina/ Faz. Porto Pinho	Caça em geral*	Peixes de rios e lagoas	Ervas medicinais	-	Córrego Grande e Piebaga
Tubore Paru	E-iao Faz. Lambari	Caça em geral*	-	-	Melhor local de caça	Córrego Grande
Aije	Faz. Taiamã	Caça em geral*	-	-	-	Córrego Grande e Piebaga
Kuióri Póro	Faz. Laguna	Arara amarela e papagaio	-	Barro (Róto), Ervas medicinais, babaçu, resinas	Local de acampamento de Maguru	Córrego Grande
Aigo J'áo	Faz. Edwiges (Vazante Formosa)	Caça em geral*, quati, tamanduá, mutum, onça, anta, jacaré e capivara	Peixe de lagoa	Palha, ervas medicinais, barro, caeté	-	Piebaga e Córrego Grande
Wai E-iao	Faz. Retiro Formoso	Caça em geral*	-	Burit	-	Piebaga
Akiwabo	Faz. Peixe de Couro	Caça em geral*, pássaros	-	Palha, pequi, tubérculos, amora	-	Piebaga

(1) Caça em geral corresponde aos tipos de caça encontrada tanto na zona ecológica Boku (cerrado) quanto na Itúra (mata) e nas zonas de tensão ecológica (Boe Éna J'aka). A relação dos tipos de caça foi apresentada no Quadro V.27.
Fonte: Levantamento de Campo, 1995.

**Quadro V.30: Área de Influência Direta
 Principais Topônimos Bororo Referentes à Exploração do Meio Ambiente em Áreas Fora da Reserva Legal.**

Nome Bororo	Localização	Uso
Piebaga	Divisa da área Tereza Cristina com a Faz. Gratidão	Antigo local de acampamento (Maguru) e "barreiro" de arara vermelha (Nabure)
Pai Jáori	"Morro Pelado"- divisa com a Faz. Peixe de Couro	"Lambedor" de arara
Beraguri	Faz. Janaína	Local de Coleta de resina (beragu)
Tori Ojaga Jága Tori Ao Txugudu	Entre Faz. Pau D'alho e Faz. Laguna (Serra do Tamanduá)	Topônimos de Referência de rota de "Maguru"
Koraoe-É-Kenoa Biagareu Koraoe Éke Nóa	Entre Faz. Laguna e Faz. Porto Lindo (imediações da Serra do Tamanduá)	"Barreiros" ou "Lambedores" de papagaios (Koraoe)
Adugori Tagairori Metugóri	Fazenda Porto Lindo (Serra da Canastra)	Topônimos de Referência de rota de "Maguru"

Fonte: Levantamento de Campo, 1995.

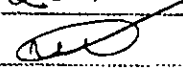
Síntese dos principais problemas no uso e ocupação do solo na área Tereza Cristina

A partir dos subsídios fornecidos pelas descrições acima, pode-se afirmar que a área demarcada por Rondon se configura numa versão em escala reduzida do território tradicional Bororo. Nesta área demarcada estão elencados os principais padrões de vegetação e conseqüentemente toda a sorte de nichos faunísticos e florísticos próprios destas zonas ecológicas. Se por um lado a demarcação de Rondon procurou preservar a base da subsistência, por outro, devido ao seu conhecimento dos aspectos mítico-religiosos da cultura Bororo, fez por bem preservar a ordem de orientação sócio-espacial do grupo, reservando à área demarcada grande parte do curso médio do Rio São Lourenço. Em síntese, a demarcação de Tereza Cristina procurou garantir às futuras gerações Bororo a segurança de continuidade da vida, situação que não se podia garantir, naquela época, dadas a ganância e o ritmo de colonização. A demarcação da Área Tereza Cristina indica a seriedade e conhecimento que Rondon detinha da importância deste território para o Bororo, o que recoloca a questão muito bem expressa por Alcida Ramos:

"Para as sociedades indígenas a terra é muito mais que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural mas - e tão importante quanto este - um recurso sócio-cultural" (Ramos, 1986: 12).

Em síntese, pode-se enumerar os principais problemas e prejuízos que ocorreram com a redução territorial pela ocupação das fazendas e pelas terras ainda invadidas na atual Área de Tereza Cristina:

- a) Fracionamento do espaço territorial;
- b) Impacto ambiental de grande monta principalmente devido aos grandes desmatamentos para a formação de áreas agropecuárias;
- c) Limitação dos recursos da fauna e flora. Por um lado, devido à destruição dos nichos ecológicos e por outro devido ao fim das práticas tradicionais de exploração sazonarias denominada de Maguru. Com relação à pesca, observa-se a intensificação da pesca profissional e amadora que dispendo de tecnologia moderna veio comprometer o estoque pesqueiro do território Bororo. Registra-se na época de temporada de pesca (agosto-outubro) um grande fluxo de turista para as fazendas Santa Maria de Ibitinga e Santa Edwiges que além de explorar os recursos pesqueiros do Rio São Lourenço tem subornado os próprios índios com dinheiro e bebidas alcoólicas.

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
L.S.: 257
P. FICHA: 

- d) Limitação da atividade agrícola devido ao esbulho das melhores áreas propícias para a agricultura tradicional Bororo, principalmente daquelas áreas de solos classificados pelos Bororo de Moto Coreu (terra preta).
- e) Limitação de uso de áreas cerimoniais e de locais de exploração de itens necessários à confecção de artefatos de uso cerimonial. Nestes termos podem ser elencadas as "baías" (braço morto do rio), local de deposição dos cestos funerários (Aroe J'aro); os "Dipa", clareiras na mata que servem como pontos de encontro de pesca e caça cerimoniais e local de preparo dos atos de algumas representações religiosas (Aroe Eworóro); as olarias (Aria Muga), local onde se encontra o barro próprio para a confecção de louças; e, os "Noari Paru", local das tabatingas usadas nas bebidas do cerimonial funerário.

3.6.5. Estratégias de Sobrevivência

3.6.5.1. Aspectos da mudança cultural

Sobre os Bororo do Mato Grosso muito já se escreveu e nesta volumosa literatura ainda não se esgotou a análise da organização social desta sociedade em toda a sua complexidade e flexibilidade.

A superação pela antropologia daqueles conceitos etnocêntricos ("aculturados x selvagens") comumente usados na classificação dos povos indígenas frente ao processo de contato interétnico, produziu uma linha de análise baseada no conceito de identidade étnica. Neste sentido, o caso Bororo é exemplar e mereceu atenção especial nesta literatura dada a notável resistência que a cultura Bororo conseguiu desenvolver ao longo de mais de duzentos anos de contato.

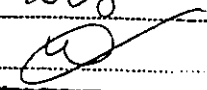
A grande maioria da população Bororo atual fala o português, usa o traje habitual dos lavradores da região, emprega técnicas modernas na caça, pesca e cultivo e anseia desfrutar do conforto desenvolvido pela nossa sociedade. A despeito disso, os Bororo consideram-se um grupo étnico diferenciado: são Índios, são Boe, são Bororo.

Para os efeitos de lei, os Bororo podem ser classificados, segundo o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, Art. 4º, II) como Índios "em vias de integração quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e meios de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento" (grifos nossos).

Entretanto, essa classificação genérica pouco fala do processo de contato vivido pelos Bororo, bem como das reações surgidas e das soluções encontradas para se adequarem à nova condição. Ribeiro (1977), no qual essa classificação do Estatuto do Índio parece ter sido baseada, define com maior precisão a situação de contato permanente:

"Incluimos nesta categoria os grupos que já perderam sua autonomia sócio-cultural, pois se encontram em completa dependência sócio-cultural, pois se encontram em completa dependência da economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis. No entanto, ainda conservam os costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, embora profundamente modificadas pelos efeitos cumulativos das compulsões ecológicas, econômicas e culturais que experimentaram. O número de índios capazes de exprimir-se em português aumenta, alargando assim os meios de comunicação com a sociedade nacional. A população indígena tende a diminuir, chegando algumas tribos a índices tão baixos que tornam inoperante à antiga organização social" (1977: 433). (Grifos nossos).

A definição proposta por Ribeiro deriva de uma discussão teórica onde a especificidade cultural dos Bororo se apresenta como um caso de reação contra aculturativa desenvolvida ao longo do contato interétnico, que o autor denomina de processo de transfiguração étnica. Assim esclarece o autor:

PROC/FUNAI/ N.º 1889/88
 L S.: 258
 REPERICA: 

"Uma vez estabelecido o convívio e à medida em que as relações se amíudam e se estreitam, os índios se vêem submetidos a uma série de desafios, todos eles conducentes à transfigurações sucessivas no seu modo de ser e de viver. Nenhuma oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e sua cultura em sua forma original. Os desafios cruciais com que se defrontam são os de resguardar sua sobrevivência como contingentes humanos seriamente ameaçados de extermínio; o de resguardar, na medida do possível, sua identidade e autonomia étnica a fim de não se verem abruptamente subjugadas por agentes da sociedade nacional, a cujos desígnios tenham de submeter seu próprio destino" (Ribeiro, 1977: 220 - 1).

A reação contra aculturativa dos Bororo se apresenta como um caso concreto de relevante papel para a explicação etnológica desse processo de transfiguração étnica. O complexo sócio-religioso Bororo, que já mereceu estudos importantes, entre eles os de Crocker (1967 e 1969), Saake (1953), Mussolini (1946), Schaden (1945), Batelli (1968), Lévi-Strauss (1986), Kozak (1963), Zerries (1953), Viertler (1976 e 1982), Novaes (1979), Lévak (1971), Bloemer (1980), etc., se apresenta como um foco de interesse cultural que marca o perfil da cultura Bororo e que torna viável a resistência à aculturação.

Encontra-se em Ribeiro (1977) uma descrição sumária desse aspecto da cultura Bororo, uma clara visão do conservantismo da sociedade, frente o processo de transfiguração étnica. Assim se expressa o autor:

"Os índios Bororo nos proporcionam um exemplo luminoso dessas reações contra-aculturativas e dos mecanismos de defesa que vimos examinando. Neste caso, porém, em lugar de se exprimirem por movimentos messiânicos ou revivalistas, tomam a forma de um desesperado esforço de retenção da autonomia cultural. Herbert Baldus, que visitou suas aldeias em 1934, nos dá o seguinte depoimento de suas condições de vida:

'Sangradouro era inteiramente obra dos padres (salesianos), que edificaram junto ao seu estabelecimento uma fileira de pequenas casas de tijolo para os índios. Na missão Meruri, porém, a aldeia Bororo conservou, em parte, a forma tradicional. Tinha, ainda, malocas para alojar, cada uma, várias famílias, ao passo que as casas de Sangradouro davam, em geral, só para o marido, a mulher e os filhos. Trabalhando para a missão nas oficinas, nas construções ou no campo, o Bororo ganhava o mesmo que o trabalhador branco ou preto na região, podendo, além disso, adquirir parte do sustento pelos meios tradicionais, isto é, pela caça e coleta de frutos silvestres e pequenos animais. Recebia, porém, dos brancos, a maioria dos víveres. Gostava do fumo e do álcool, mas os salesianos não os forneciam. Embora não mais fabricasse todos os objetos da antiga cultura material, era de admirar como, depois de dezenas de anos de contato com os padres, conservava ainda, o grande cuidado e a habilidade de antes, em manufaturar redes de pescar, trançados e tecidos, arcos e flechas bem como múltiplos enfeites. Em presença dos padres, esses Bororo se vestiam à européia; mas os homens usavam ainda, por baixo da calça, o estojo peniano, e as mulheres, por baixo do vestido em forma de camisola, seu antigo traje de cortiça. Os rapazes tinham o cabelo cortado à moda dos brasileiros: os adultos preferiam a cabeleira tradicional. Os meninos e meninas trabalhavam, nos dias úteis, alternadamente, na escola e no campo. Para decorar rezas e histórias cristãs, repetiam-nas em coro inúmeras vezes. Moravam em internato, podendo estar na cabana dos pais somente das onze horas até uma e meia. Todos haviam recebido nome cristão além do indígena. Os padres levavam os alunos de manhã e à noite à igreja, e os adultos educados nas missões iam à missa todos os domingos e feriados. Resumindo: os salesianos procuraram influenciar tanto na cultura material como na espiritual'(H. Baldus, 1962: 31/32).

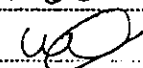
Tivemos ocasião de assistir, em junho de 1953, na maior aldeia Bororo que fica no Posto Indígena General Dantas Carneiro (Aldeia Córrego Grande), a um cerimonial

fúnebre que conserva todas as linhas essenciais dos antigos e que constituiu uma comprovação irrefutável desse conservantismo. O cerimonial se destinava a homenagear o último grande chefe reconhecido pela tribo inteira, Cadete, vitimado por uma epidemia de bexigas que também atingira e vitimara a diversos índios. Assim, a cerimônia se complicou pela multiplicidade de mortos mas também se simplificou porque muitos índios não puderam comparecer ao enterramento, menos por temor ao contágio do que por estarem igualmente enfermos. As danças foram executadas por menor número de dançarinos do que em qualquer tempo no passado, porque muitos índios se limitaram a assisti-las. Alguns dos dançarinos usavam calças sob as máscaras rituais e até mesmo camisas de malha que ficaram vermelha do sangue das escarificações. No mais, o cerimonial obedeceu rigorosamente à tradição Bororo.

Cumpramos recordar que a morte não se apresenta como uma expectativa apavorante para os Bororo. Quando supõem que alguém vai morrer, o adornam com seus melhores enfeites, pintam seu corpo e começam a chorar desesperadamente. Se a agonia se prolonga, põem-lhe um fim, sufocando o moribundo. Segundo sua visão das coisas, o mundo dos vivos e dos mortos formam uma só unidade, coexistente no mesmo espaço, mas o que representa coisas mortas para os vivos são vivas para os mortos e vice-versa. Somente o *Aroe -Etau Rari* vê e se comunica sempre com as duas comunidades, a dos vivos e a dos mortos. Dentro dessa concepção, a morte é uma transição indesejável, porém mais suportável que a infelicidade e a dor, sobretudo para quem já teve a alegria de participar de muitas danças e cerimoniais. Apesar disso, ou em função disso, esses índios elaboraram extremamente seus rituais fúnebres, tendo neles os seus momentos de mais alta emotividade e aproveitando-os para a realização de outros cerimoniais, como a iniciação masculina.

Assim que alguém acaba de morrer, as mulheres se juntam, choram e gritam de modo lancinante e se sangram abundantemente com cacos de garrafas (em lugar dos antigos escarificadores), deixando o sangue escorrer sobre o cadáver. Depois enrolam o morto numa esteira e o conduzem ao baito onde transcorre um ritual que varia conforme o sexo do falecido, sua idade e sua filiação clânica. Essas cerimônias se prolongam por toda uma noite durante a qual um líder religioso especial (*Aroe-Tawa-Rari*) canta, acompanhado de um coro de homens e mulheres, uma série de litâneas fúnebres. No dia seguinte, o cadáver é levado para enterramento numa vala de dois a três palmos apenas, no limite externo do pátio de danças (Bororo) ao lado da casa cerimonial. Nessa ocasião as mulheres sangram novamente o corpo e se o morto é importante também os homens se escarificam e as mulheres se arrancam os cabelos a ponto de ficarem com a cabeça completamente pelada. Este é o enterramento primário. Aí ficará o defunto durante uns quinze dias no correr dos quais se vão concentrando índios de todas as aldeias para participar dos diversos cerimoniais. Um destes inclui uma caçada de onça que deve obedecer a prescrições rituais e cujo couro terá um papel nas cerimônias seguintes. Decorrido o prazo necessário para que as carnes se liqüefaçam, processo que é apressado regando-se diariamente a sepultura, preparam-se para o enterramento secundário.

Realizam-se então, as cerimônias a que presenciamos as quais, no caso de Cadete, duraram três dias, incluindo diversos ciclos de danças de máscaras e uma série de cantos rituais. Ao término dessas cerimônias, os índios retiraram os ossos de Cadete da sepultura provisória, os descarnaram das aderências restantes, os lavaram e conduziram ao Baito debaixo de cantos e danças a que cada clã compareceu com todos os seus respectivos adornos. Aí o crânio e os ossos foram pintados e recamados com penas de cores diferentes, de acordo com rigorosas prescrições.

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
L.S.:	260
RUBRICA:	

Nessa ocasião realizou-se fora do Baito um outro cerimonial de máscara durante o qual alguns adolescentes da tribo foram iniciados e incorporados à vida de adultos através de uma experiência catártica. Estes jovens viram, então, pela primeira vez, o zumbidor, cujo som rouco e vibrante os Bororo fazem crer às mulheres e às crianças que seja produzido por um monstro aquático. Aqueles adolescentes foram arrancados das respectivas casas por grupos de mascarados - com os quais lutavam freneticamente para escapar - e levados à beira do rio, transidos de pavor. Ali alguns dos mascarados tiraram simplesmente o barro que lhes cobria a cara para se deixarem ver: eram tios dos jovens os fantasmas que tanto temeram. E os seus roncões apavorantes eram produzidos por simples plaquetas de madeira vibradas em círculos no ar, para manter as mulheres e as crianças disciplinadas e dominadas pelos homens. De volta à aldeia, aqueles mascarados, juntamente com os jovens recém-iniciados, queimaram todos os pertences do defunto. Enquanto isto, no Baito, os ossos de Cadete eram adornados e colocados num cesto novo. Nessa ocasião ocorreram as mais violentas sangrias e os mais lancinantes cantos chorosos. Depois, o cesto foi fechado e o cerimonial dado por encerrado. No dia seguinte, os ossos de Cadete foram levados por um grupo de homens para um lago sombrio, onde os enterraram debaixo d'água, marcando o lugar com uma estaca.

Um episódio do cerimonial fúnebre merece especial destaque. Dentro os mortos contava-se uma menina, filha de um Bororo criado nas missões salesianas. Esse índio havia cursado alguns anos de ginásio em Cuiabá, enquanto era uma das esperanças dos padres de fazer um índio-missionário. Quando o vimos, ele já não se distinguia dos demais índios: nu, pintado, escarificado. Mas se destacava por sua reserva e seu recolhimento. Não chorava o Cadete, mas a sua filha, cujos ossos descamara e estava recamando, sozinho, com plumas coloridas. Quando nos acercamos dele, verificamos que cantarolava uma ladainha em latim.

Sumariamos os cerimoniais fúnebres dos Bororo com o propósito de indicar sua complexidade e seu caráter profundamente divergente e até oposto aos cerimoniais cristãos. Apesar disso, os Bororo de hoje (que ganham a vida principalmente como vaqueiros, pescadores e derrubadores da mata para roçados nas fazendas vizinhas do Posto) continuam realizando essas cerimônias. E não somente as realizam, mas têm profundo orgulho delas, porque, a seu modo de ver, melhor que qualquer outro tipo de conduta, elas exprimem o modo de ser Bororo, como gente diferente de todas as demais, pela língua e pelos costumes. Essa convicção e esse orgulho é que os levou a pedir ao Gen. Rondon - único civilizado com quem se identificaram e respeitaram acima de qualquer líder tribal - que viesse morrer junto deles, porque, a seu ver, só os Bororo seriam capazes de realizar um cerimonial fúnebre à altura de Rondon.

Esses cerimoniais e o xamanismo foram os aspectos da cultura Bororo mais violentamente combatidos pelos missionários durante seus cinquenta anos de ação junto da tribo. No caso dos xamãs, também combatidos pelo próprio SPI durante alguns anos, porque se supunha que aqueles líderes religiosos eram responsáveis pelos abortos e infanticídios praticados pela tribo. Não obstante toda essa pressão - ou em virtude dela - que valorizava suas tradições mais específicas, os Bororo não somente as conservam, mas têm nelas um dos aspectos mais vivos e atuantes da cultura tribal.

Para isto contribuiu, naturalmente, o relativo isolamento em que vivem, o próprio amparo oficial ou missionário que os resguardou do convívio maciço com a população regional e, provavelmente, também a complexidade de sua própria estrutura social que tornava muito mais difícil para eles substituir seus clãs exogâmicos e totêmicos por famílias nucleares, capazes de viver independentes" (Ribeiro, 1977: 391-5).

A discussão apresentada acima, mesmo de forma sumária, demonstra que os Bororo, que podem ser considerados como índios em contato permanente e não integrados, permanecem índios porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas sim no estabelecimento de um *modus vivendi* onde a expressão da identidade étnica se apresenta viva principalmente e devido à persistência da prática do funeral Bororo. A este respeito, Viertler (1982) afirma com profundidade e clareza:

“O funeral Bororo, em seu significado mais amplo, expressa portanto uma estratégia de adaptação ao ambiente que inclui o dominador branco e face ao qual é preciso organizar-se como unidade distinta, como Bororo - Boe -, em oposição aos Barae (os civilizados) e outros “índios” (Viertler, 1982: 596).”

Outras reações contra aculturativas dos Bororo, que não assumem uma expressão catártica da cultura tal como ocorre no funeral, são aquelas reações vividas em diferentes situações. Uma situação recentemente registrada se refere ao processo de implantação pela Funai, na década de 80, de projetos de desenvolvimento comunitário que visavam a mecanização da produção agrícola através de “roças comunitárias”. O malogro do projeto, já no segundo ano de desenvolvimento, ocorreu principalmente devido a sua interferência direta no sistema econômico tradicional, quer seja ao nível de produção (Produção Familiar), ou ao nível de distribuição e consumo (familiar e ritual). Neste sentido, a reação foi notável e já no segundo ano a maioria dos trabalhadores abandonam o projeto e retornam a produzir de suas roças familiares.

Outras situações que merecem destaque são aquelas em que a identidade étnica ora se transfigura, ora se transparece. No caso dos dias de baile ou forró, a representação de papéis do mundo branco é evidente, tanto no vestuário de homens e mulheres quanto nas danças e atitudes dos participantes. Na cidade, onde o Bororo é acuado e ridicularizado, sua identidade étnica transparece e ele assume o papel de índio mais do que nunca, e passa a ser visto e se vê como “bugre”. A partir daí, o alcoolismo e a mendicância se apresentam como formas de se colocar na cidade (Cf. Novaes, 1986: 29).

3.6.5.2. Produção e Prestação de Serviços

Conforme foi descrito anteriormente, o sistema econômico Bororo se define como um modo de produção doméstico caracterizado por uma produção de subsistência combinando atividades de caça, coleta, pesca e cultivo. Esta produção tem garantido, apesar da situação de dependência com a Funai, o fornecimento de insumos (sementes, agrotóxicos, etc.) e instrumentos, a manutenção e a própria reprodução do sistema. Entretanto, a medida que a economia Bororo limita-se à produção de valores de uso, a necessidade de consumir bens industrializados tem criado soluções internas que assumem diferentes estratégias para produção de bens ou serviços usados nas relações de troca.

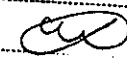
Dessa forma, registra-se entre os Bororo a venda de algum excedente agrícola, a prestação temporária de trabalho nas fazendas vizinhas e a produção de artesanato exclusivo para o turista.

Na Área Tereza Cristina, a economia Bororo atual se apresenta como uma coexistência dos diferentes setores econômicos, mas que podem ser reduzidos, em termos de importância, a três setores principais que obedecem a estruturas de produção, de partilha e de consumo diferenciados.

O setor de economia de subsistência continua sendo o principal; nele estão combinados a agricultura, a caça, a pesca, a coleta e alguma criação (aves e porcos). A agricultura é o modo dominante, criando estruturas sociais de produção permanentes que são dominadas pelas relações de parentesco.

O segundo setor é o de prestação de serviços. Neste setor encontram-se alguns poucos indivíduos que mantêm relação de trabalho com a Funai e com a Prefeitura Municipal: a atendente de enfermagem e dois monitores bilingües da escola. A renda auferida por estes índios possibilita a aquisição no mercado de bens de primeira necessidade, bens estes que serão consumidos pelas famílias, mas que poderão em certas situações serem usufruídos pela coletividade.

O terceiro setor é o da economia de troca. Neste, estão agrupados as atividades de produção do artesanato para a venda direta ao turista ou para o comércio local, a venda de produtos excedentes

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
L.S.:	262
RETRICA:	

(arroz, peixe e criações) e a venda de força de trabalho nas fazendas vizinhas, em troca de algum dinheiro, pinga ou benefício.

Essas situações são esporádicas e descontínuas, não caracterizando uma produção voltada para o mercado. A ação cessa quando a necessidade é satisfeita. Tanto que atualmente na Área Tereza Cristina não se encontra nenhum Bororo trabalhando em fazenda, nenhum excedente agrícola foi criado e nem mesmo o artesanato tem sido produzido, apenas alguns peixes foram vendidos. O que se observa hoje é que a estratégia para a obtenção de dinheiro para o consumo de bens industrializados está baseada na obtenção de aposentadoria pelos velhos ou na arregimentação de aposentados pelas famílias nucleares dos mais jovens.

Na Área Tereza Cristina registra-se um número de 26 aposentados, na aldeia Córrego Grande, e um número de 5 aposentados, na aldeia Piebaga. Estes aposentados representam, respectivamente, 13,8 % e 6 % da população geral. Este benefício assume papel estratégico na economia da comunidade, onde uma grande maioria dos grupos domésticos tem como chefe ou como agregado uma ou mais pessoas aposentadas. A renda possibilita a alguns indivíduos e indiretamente ao seu grupo doméstico adquirirem no mercado regional certos produtos básicos, tais como roupas, açúcar, óleo, querosene, fumo, linhas de pesca e outros artigos para a produção artesanal.

A estratégia das famílias baseada na aposentadoria de algum Bororo idoso tem criado situações de acomodação implicando a própria reprodução das condições objetivas da produção Bororo. Alia-se a esta situação o consumo desenfreado de álcool nos dias logo após o recebimento da aposentadoria. A situação fica mais complicada tendo em vista o não cumprimento das obrigações de prestação de alimentos instituídas pelas alianças celebradas durante o cerimonial do funeral Bororo.

Em síntese, pode-se afirmar que ao nível da estrutura ocupacional no sistema produtivo Bororo, o indivíduo passa a desempenhar papel ativo na produção a partir dos cinco anos de idade. Esta produção organizada ao nível familiar vem satisfazer a divisão sexual do trabalho, onde a produção da roça pressupõe relações de produção entre marido e mulher, pai e filho. Entretanto, existe outra forma de cooperação, de caráter temporário, que ocorre em situações aleatórias (luto, doenças, etc.) quando alguns membros da comunidade, preferivelmente os cunhados, colocam sua força de trabalho à disposição de um membro da comunidade por um período curto de tempo.

Por último, com relação aos instrumentos usados na produção das roças e das outras atividades econômicas, a produção Bororo se caracteriza pelo uso de uma tecnologia simples onde sobressai o uso do machado e das enxadas. Na caça e pesca empregam-se respectivamente espingardas, anzóis, redes e tarrafas confeccionadas pelos próprios Bororo usando linhas plásticas industrializadas.

Registra-se em algumas áreas o uso de trator apenas para facilitar a limpeza do terreno, sendo que este tem outros usos que vão desde o transporte de caçadores/pescadores até as áreas de exploração, até o transporte de lenha e de matéria prima (madeiras e palhas) usada na construção das casas. Chama a atenção as condições destes implementos em todas as áreas, pois a falta de recursos para a manutenção e para a compra de combustível vem pouco a pouco sucateando este patrimônio.

3.6.5.3. Alimentação

Apesar do grande empenho e interesse que o Bororo tem pela caça, esta não é a sua principal alimentação. Ao contrário, a carne de caça e o peixe constituem atualmente menos de um quarto de sua dieta. Portanto, a base alimentar Bororo consiste de uma grande variedade de vegetais e frutas, obtidos através da coleta e principalmente da agricultura.

A coleta é esporádica e está determinada por um lado, pelas implicações do meio ambiente (épocas de frutificação) e, por outro, pela possibilidade de ter áreas de coleta na área reservada, já que muitos nichos ecológicos foram destruídos ou ocupados pelas fazendas.

A agricultura é a base principal e foi a atividade econômica mais afetada pelo contato. Inicialmente houve a introdução de muitas espécies como a mandioca, o feijão, a batata-doce, bananas, cana-de-açúcar, etc., acompanhado com os novos métodos agrícolas. Alia-se a este fato o estabelecimento das fazendas que rapidamente destruíram grandes áreas de caça e esgotaram os cardumes de peixe, bem como as obrigações de cultivar e trabalhar nas roças do SPI e das missões a troco da produção, limitando assim as grandes viagens - Maguru - em busca das áreas tradicionais de caça. Em decorrência desta situação a agricultura tornou-se uma necessidade vital para o Bororo.

No caso da Área Tereza Cristina a situação atual é crítica devido principalmente aos seguintes fatores:

- a) a área atualmente ocupada é deficiente em terras agricultáveis;
- b) muitas áreas de roça estão esgotadas;
- c) a Funai é ineficiente no provimento de sementes e insumos para as roças;
- d) a facilidade de obter dinheiro através da aposentadoria vem desestimulando a produção de roças por algumas famílias.

A Funai não desenvolve atualmente nenhum projeto visando a melhoria da alimentação dos Bororo. Muito menos oferece qualquer informação sobre esta matéria. O que se observou na Área Tereza Cristina foi o descaso administrativo da ADM - Rondonópolis em não oferecer a tempo a semente de arroz e milho para o plantio das roças abertas no final de 1994 e isto está refletindo na já precária base alimentar do grupo.

A grosso modo a dieta na Área Tereza Cristina compreende basicamente o consumo de arroz, mandioca e feijão, reforçada esporadicamente por alguma carne de caça ou de pescado, além de frutas coletadas ou produzidas nas roças (mamão/melancia). Alia-se a estes o consumo desenfreado de açúcar dissolvido em água, bem como do mate usado no chimarrão.

Esta pobre base alimentar, pobre também em quantidade, vêm refletir na própria situação de saúde do grupo, bem como no desempenho da população escolar.

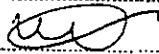
O diagnóstico de saúde deixa claro o papel da dieta deficiente na formação do quadro de morbidade do grupo e sem dúvida no próprio índice de mortalidade (**Vide item 3.6.5.5**). Pode-se afirmar que há uma forte relação entre as principais doenças do grupo com a sua precária base alimentar. Esta deficiência vem refletir no desenvolvimento das crianças, bem como no resultado dos tratamentos de infecções e da tuberculose. Este quadro se generaliza levando-se em conta a precária situação de higiene e de saneamento ambiental.

Essa dieta deficiente também afeta o desenvolvimento da população em idade escolar, pois, freqüentemente, a maioria das crianças vai para a escola sem ter recebido nenhuma refeição. A situação se complica dado o ineficiente abastecimento pela prefeitura da merenda escolar que poderia, senão resolver, pelo menos garantir uma refeição diária naquelas épocas mais críticas de escassez alimentar.

3.6.5.4. Habitação

Como já apresentado anteriormente, o padrão de ocupação Bororo compreende a construção de aldeias em formato circular nas imediações de um grande rio. Atualmente a única exceção é a aldeia Piebaga, cujas casas parecem configurar um círculo e encontram-se muito longe do Rio São Lourenço devido aos aspectos históricos dessa ocupação recente.

Na grande maioria das aldeias Bororo, as casas são construídas usando toda uma tecnologia tradicional que compreende o uso de caibros e palhas (babaçu, buriti ou acuri) na cobertura do telhado e nas paredes. A casa típica compreende um espaço de 50 metros quadrados e não apresenta no seu interior nenhuma divisão ou separação. Os objetos de uso comum estão

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
L.S.:	204
R. TERICA:	

simplesmente depositados no chão ou dependurados nos caibros e ripas do telhado-parede. Há tantas fogueiras quanto as mulheres casadas e o fogo se mantém sempre aceso, pelo menos sob a forma de brasas. O único móvel é o Kámo, espécie de jirau de varas que serve principalmente como uma cama ou depósito de objetos, roupas, utensílios de cozinha e alimentos crus ou já preparados. De uma maneira geral, observa-se uma grande desordem e falta de asseio. Entre painéis e reservas alimentícias vagam tranqüilamente cães, papagaios e crianças.

Nessa casa tradicional não há janelas e as únicas aberturas são as duas portas que se abrem, uma para o pátio central e a outra para os fundos. É no lado oposto ao pátio que os Bororo preparam fogueiras e onde preparam as refeições nos dias sem qualquer intempérie.

Atualmente, observam-se algumas alterações na construção e no espaço interno. Observa-se o emprego do barro e de madeiras na construção das paredes externas, bem como a abertura de janelas. Há uma nítida tendência em copiar o padrão das casas dos regionais, tanto que o telhado-parede, em duas águas, já não é mais encontrado. No interior da casa já se nota uma tendência de separação de espaços através de meias-paredes como também as paredes internas são ocupadas por vários jiraus que são usados como camas onde estendem as esteiras tradicionalmente usadas no chão. Algumas famílias constroem pequenas choupanas nos fundos, onde cozinham e estocam a produção das roças. O asseio e a organização dos objetos varia de casa para casa, refletindo muitas vezes o grau de contato dos ocupantes com os agentes (Funai, missão, etc.) ou com regionais.

A grande vulnerabilidade dos assentamentos Bororo está na precária situação do abastecimento de água, do esgoto e do lixo.

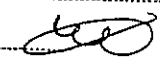
A qualidade da água consumida pelos Bororo é péssima, conforme já indicado no item 3.6.5.5 que trata da situação de saúde, e o grau de contaminação tem criado condições propícias para a perpetuação das principais doenças que afetam a população. A situação é a mesma em se tratando do esgoto e do lixo.

O que se observa nas aldeias Bororo e, principalmente na Área Tereza Cristina é que, apesar dos esforços em levar a água de uma boa fonte até as casas, evitando-se assim o consumo das águas poluídas dos rios, os hábitos e costumes Bororo resistem às orientações dos agentes no cuidado em proteger não só o depósito de distribuição da água como também na limpeza e escoamento da água usada nos tratos, como a lavagem de roupas e de utensílios da cozinha. O empoçamento da água criado pela retirada das torneiras, o rebaixamento do encanamento, o descuido no concerto dos vazamentos e o constante uso dessa área pelos animais domésticos criam condições para o surgimento de vetores de doenças.

Além do mais, registra-se a falta de um trabalho de orientação por parte do órgão tutor, bem como de limpeza e conservação dos pontos de captação.

Se o empoçamento da água nas imediações das habitações cria um foco de contaminação, a proximidade de áreas de uso para defecação e de disposição do lixo, vem ampliar ainda mais os focos de contaminação, principalmente nas épocas de chuva, quando o escoamento das águas desce pelo terreno da aldeia devido à sua leve inclinação para o rio.

Com relação ao lixo, observa-se que algumas pessoas costumam queimá-lo ou dispô-lo em covas, entretanto a grande maioria apenas amontoa o lixo nas imediações da casa, depois de varrer o terreno.

PROC/FUNAI/ N.º	884/88
FLS.:	265
RUBRICA:	

3.6.5.5. Serviços de educação e saúde

Finalmente, dentro do item Estratégias de Sobrevivência dos Bororo vale ressaltar a situação da assistência dos serviços de saúde e educação.

- **Serviços de Saúde**

A responsabilidade pela saúde indígena encontra-se numa situação muito complexa, o que reflete os avanços e retrocessos político-institucionais que tem sido evidenciados na última década. Esta situação tem repercutido diretamente e muitas vezes negativamente na organização de um sistema único de saúde para a população indígena nacional.

Desde 1992, cabe à Fundação Nacional de Saúde (FNS) a responsabilidade pela atenção à saúde indígena, entretanto o que ocorre atualmente é a convivência de várias instituições nem sempre articuladas, que vêm atuando junto às populações indígenas mato-grossenses. No caso dos Bororo, atuam a própria FNS, a Funai, a Missão Salesiana e as secretarias municipais de saúde cujos municípios abrangem as áreas indígenas Bororo. Na região da ADR Rondonópolis, das instituições citadas acima apenas não atuam os salesianos.

O que se observa é que apesar de um número considerável de instituições atuando com os índios, não há um sistema ou uma política de saúde indígena no Mato Grosso e muito menos para a população Bororo. Esta situação vem caracterizar uma ação fragmentada onde cada instituição tem seu próprio modo de atuação e vê a saúde do grupo sob ótica própria e particular. Assim evidenciam-se duplicidade de atuação, intervenções técnica e conceitualmente conflitantes, como também sistemas próprios de informação, já que possuem instrumentos, propósitos, fluxos, prazos e períodos diferenciados de assistência e coleta de dados de saúde. Portanto, a constituição de um sistema de informação em saúde dos povos indígenas do Mato Grosso é uma ação urgente, principalmente em se tratando de promover a integração entre as diferentes instituições, condição básica para a consecução de uma política de saúde indígena exequível.

Os serviços de saúde oferecidos aos Bororo da bacia do Rio São Lourenço são principalmente desenvolvidos pelos funcionários da Funai, alocados na ADR Rondonópolis, e apoiados em situações específicas pela FNS, SUS e Prodeagro.

Atualmente, os serviços de saúde disponíveis são basicamente de atenção primária à saúde promovida de modo permanente ou intermitente, por Bororo monitores de saúde com nível elementar ou sem instrução ou pela equipe volante de saúde (EVS), tendo como referência a "Casa do Índio" (Funai), a rede de saúde dos municípios (SUS), a chácara ambulatório de Cuiabá (Funai) e os hospitais públicos e privados onde o acesso, principalmente a nível de atenção secundária e terciária é dificultado ao índio.

O **Quadro V.31** apresenta um resumo das principais atividades dos serviços de saúde segundo os dados dos relatórios de saúde (jan-out/94) fornecidos pela ADR Rondonópolis que abrange 548 Bororo e 660 Bakairi.

Quadro V.31: Área de Influência Direta Atividades dos Serviços de Saúde

Atividade	Grupo		
	Bororo	Bakairi	Sede (Casa do Índio)
Consulta médica (Funai)	541	461	300
Consulta médica (SUS)	-	-	293
Consulta médica particular	-	-	31
Internação Funai	-	-	618
Internação Rede Pública	-	-	66
Procedimentos Enfermagem	2.124	1.835	3.158
Extrações dentárias	17	113	41
Restaurações/outros	97	976	1.193
Exames parasitológicos	204	435	38
Exames bioquímicos	-	-	88
Pesquisa Baar	51	33	77
Assistência pré natal	16	03	56
Partos atendidos	-	-	17
Puerperas	-	-	21
Viagem equipe saúde	11	04	03

Fonte: ADR Rondonópolis, Relatórios de Saúde, jan-out/94

Considerando as informações apresentadas na tabela acima pode-se observar que os serviços de saúde estão concentrados na sede da administração regional de Rondonópolis, sendo que nas áreas indígenas a situação é precária. Nas três áreas Bororo visitadas, o trabalho de assistência está sob a responsabilidade de quatro monitores, destes apenas um é do quadro de funcionários da Funai e o restante, na época da visita, não recebiam pelo trabalho devido à vinculação com o SUS, cujas verbas depende da vontade política da prefeitura local.

A situação dos monitores de saúde aliada às condições das instalações e infra estrutura das enfermarias das aldeias é de total precariedade e abandono. Aos monitores não tem sido oferecidos cursos de reciclagem e muito menos apoio logístico para o trabalho, uma vez que as condições dos postos indígenas em termos de infra-estrutura tais como transporte, energia, administração, comunicação, etc., é assustadoramente inexistente na maioria das aldeias visitadas.

Se nas aldeias a assistência à saúde inexistente, na "Casa do Índio" outros problemas são detectados. Aliada à falta de recursos financeiros que tem prejudicado uma assistência contínua, há falta de recursos humanos necessários para uma população de mais de 1.200 índios, o que reflete também a falta de uma política de recursos humanos da própria Funai.

O Quadro V.32 apresenta a situação atual dos recursos humanos em saúde da ADR Rondonópolis.

Quadro V.32: Área de Influência Direta Recursos humanos em saúde (94)

Nome	Categoria Profissional	Lotação	Instituição Origem
Esmeraldo Ribeiro Filho	Médico	Casa do Índio	Funai
Hilma Xavier Rodrigues	Atend. Enfermagem	Casa do Índio	Funai
Maria Isabel Brasil	Atend. Enfermagem	Casa do Índio	Funai
Maria Socorro Perpétuo	Enfermeira	Casa do Índio	Funai
M. Glória Ataíde Matos	Atend. Enfermagem	Casa do Índio	Funai
Adalgisa Bororo Ribeiro	Atend. Enfermagem	P. Ind. Gomes Carneiro	Funai
Lucas da Silva Valeriano	Téc. Laboratório	EVS/Sede	PNUD/Prodeagro
Wagner Araújo Campos	Odontólogo	EVS/Sede	PNUD/Prodeagro
Vicente Pereira Guimarães	Enfermeiro	EVS/Sede	PNUD/Prodeagro
Janete Rodrigues	Agente saúde	P. Ind. Santana	P. M. Nobres
Geraldina Salgalo	Atend. Enfermagem	P. Ind. Pakuera	Funai
Carmelita Kiolokuiko	Monitor saúde	P. Ind. Pakuera	Funai
Hermosina Pedrosa Xagope	Monitor saúde	P. Ind. Pakuera	Funai
Macedenio Maiaquai Tanandré	Monitor saúde	P. Ind. Pakuera	Funai

Fonte: Funai/Saúde, 1994.

Chama a atenção no quadro acima que, para as áreas Bororo há apenas uma atendente de enfermagem, ao contrário das áreas Bakairi onde o quadro de recursos humanos soma cinco profissionais.

Se de uma maneira geral a assistência de saúde da Funai oferecida aos Bororo é deficitária, a atuação da FNS e do SUS é quase inexistente. A FNS tem apenas oferecido cursos de reciclagem e desenvolveu a prospeção de poços d'água nas aldeias Bororo, cujo resultado é lamentável, uma vez que os poços não funcionam e que nenhuma análise da qualidade da água foi feita.

O SUS não atende a população Bororo e seu funcionamento depende de visão indigenista do Prefeito, principalmente na cidade de Rondonópolis onde o preconceito com relação aos índios e à própria Funai são marcantes.

**Tabela V.124: Área de Influência Direta
Situação da Infra-estrutura de Saúde**

Infra Estrutura	Sede	Tadarimana	Piebaga	Gomes Carneiro	Perigara	Pakuera	Santana.
Edificações	3	3	2	2	2	3	3
Equip. médico cirúrg.	3	3	1	2	3	3	3
Equip. odontológico	2	1	1	1	1	1	1
Equip. laboratorial	1	1	1	1	1	1	1
Rede de frio	1	1	1	1	1	1	1
Transporte	3	2	4	2	2	1	2
Abast./distr. água	4	3	3	3	2	2	3
Destino dejetos (fossa, etc)	4	1	1	1	3	3	3
Suprimento de energia	4	2	1	2	2	3	2
Rádio	4	3	1	3	3	3	3

Códigos: 1- Inexistente; 2- Inoperante; 3- Operando com restrições; 4- Bom.

Fonte: Funai/Saúde, 1994.

Ainda com relação a situação da saúde Bororo, quatro outras questões merecem destaque:

1. Observa-se o descaso da Administração para com o patrimônio indígena, principalmente com relação às instalações e infra estrutura das enfermarias dos Postos Indígenas. O quadro acima retrata a situação de ruína e abandono destas instalações.
2. A qualidade do abastecimento e distribuição da água é problemática em todas as aldeias Bororo apesar da ação da FNS. Observa-se que as fontes usadas atualmente estão contaminadas principalmente por ameba, giardia e coliformes fecais, haja visto que também inexistente qualquer solução para a disposição dos dejetos.
3. A questão do alcoolismo entre os Bororo é também um desafio para a assistência de saúde. A questão merece um programa especial dada a sua dimensão sócio/cultural bem como o alto grau de interferência na qualidade da saúde do grupo.
4. A questão da aposentadoria (Funrural) tem também reflexo na qualidade de saúde da população, haja visto a relação de dependência das famílias por essa renda, o que leva ao desinteresse da produção do alimento básico (roças), criando assim sérios problemas na dieta alimentar do grupo.
5. A qualidade e a falta de uma política de recursos humanos na administração da Funai talvez possa explicar a ausência de uma ação do profissional em assistência social, já que não há nenhum programa de trabalho relacionado a mitigar os problemas criados pelo alcoolismo e pela renda auferida das aposentadorias.

• **Situação da Educação**

As áreas Bororo assistidas pela Administração Regional da Funai em Rondonópolis contam atualmente com cinco escolas de primeiro grau que atendem a população em idade escolar até a 4ª série.

Desde 1990, as escolas indígenas estão sob a responsabilidade das Prefeituras Municipais onde localizam-se as áreas indígenas, cabendo à Funai o fornecimento das instalações e de alguns recursos humanos disponíveis em seu quadro funcional.

Cada escola apresenta situação própria de funcionamento que merece ser apresentada em sua particularidade, principalmente tendo em vista o abandono em que se encontra a administração de alguns postos indígenas o que desfavorece qualquer tipo de assistência.

Em termos gerais, os principais problemas das escolas dizem respeito a própria vinculação com assistência municipal. Observa-se problemas na orientação do currículo escolar desde o despreparo das secretárias de educação municipal em relação a problemática indígena, como também problemas em relação ao fornecimento de material escolar e merenda, principalmente devido à distância, ao transporte e dificuldade de armazenagem da merenda nas áreas indígenas.

Em relação aos recursos humanos, observa-se problemas com a contratação de monitores indígenas e professores, com a falta de programas de reciclagem desses recursos, bem como as precárias condições das instalações e alojamento nas áreas.

O **Quadro V.33** apresenta a situação dos recursos humanos nas áreas Bororo da ADR Rondonópolis.

**Quadro V.33: Área de Influência Direta
 Recursos Humanos da Educação nas Áreas Bororo da ADR Rondonópolis**

Áreas/aldeias	Recursos Humanos			
	Professor		Monitor Bilingüe	
	nº	contrato	nº	contrato
Tadarimana				
Tadarimana	01	Pref. Rondonópolis	-	-
Jurigue	-	-	-	-
Pobore	01	Funai	-	-
Praião	-	-	-	-
Tereza Cristina				
Córr. Grande	01	Funai	02	Pref. Sto. Ant. Leverger
Piebaga	01	Pref. Sto. Ant. Leverger	01	Sem contrato
Perigara	01	Pref. Barão do Melgaço	-	-
Total	05		03	

Fonte: Levantamento de Campo, 1995.

Na Área Indígena Tadarimana apenas as aldeias Tadarimana e Pobore contam com professores recentemente contratados e dispõem de instalações precárias. Em Tadarimana a escola necessita de reformas, bem como de água potável para seu funcionamento. Na Pobore a escola está sendo construída e necessita de vários recursos como material escolar, mesas, cadeiras, etc. Nesta área indígena a demanda é de aproximadamente 67 alunos, sendo que efetivamente são assistidos os alunos de Tadarimana, Jurigue e Pobore e ficando sem qualquer assistência os 17 alunos do Praião.

Em termos gerais, os principais problemas da escola na Área Tadarimana são: a falta de um currículo adaptado à realidade indígena, a falta de merenda escolar, a falta de transporte e a distância da escola em relação às aldeias.

Na Área Perigara a situação da escola é crítica. Sua população está há quatro anos sem qualquer assistência escolar e só recentemente foi contratada uma professora que iniciou o trabalho neste ano.

Contando com uma demanda de aproximadamente 40 indivíduos, a escola carece de instalações adequadas, material escolar e merenda. A distância e a falta de transporte dificultam o abastecimento de merenda bem como a orientação e reciclagem da professora em relação a sua prática didática.

Na Área Tereza Cristina a situação da escola é exemplar se comparada com a situação das outras áreas. Entretanto, apresentam vários problemas tais como a falta de merenda e material escolar, dificuldade de aprendizado e falta de programas de reciclagem de professores e monitores indígenas.

O bom funcionamento das escolas nas aldeias Córrego Grande e Piebaga deve-se por um lado à dedicação missionária das duas religiosas que atuam há muitos anos nestas aldeias e por outro, as seguintes atitudes como: a construção da escola no círculo das casas da aldeia, usando a mesma técnica e materiais das casas Bororo, a adaptação do currículo escolar levando em conta, principalmente, as atividades cerimoniais e o ensino bilíngüe baseado na alfabetização na língua Bororo.

Na escola da aldeia Piebaga a demanda atendida é de 30 alunos distribuídos em dois turnos e a professora conta com a ajuda de uma monitora indígena, pessoa fundamental para o desenvolvimento da alfabetização bilíngüe.

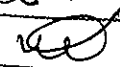
Na escola da aldeia Córrego Grande a demanda atendida é de 36 alunos num único turno, uma vez que conta com o apoio de dois monitores bilíngües. Vale ressaltar que ao longo de seu funcionamento a escola já preparou um grande número de alunos, sendo que quatro deles estudam na Escola Agrícola de Alto Garças onde estão completando a formação do Primeiro Grau.

A Tabela V.125 sintetiza a situação da população escolar atendida nas áreas indígenas Bororo da ADR Rondonópolis.

**Tabela V.125: Área de Influência Direta
 População Escolar da ADR Rondonópolis por Número de Alunos por Série e por Localidade**

Área/aldeia	Série						Total alunos matric.	Sem escola	Estuda fora	Total	Obs.
	Pré I	Pré II	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a					
Tadarimana											
Tadarimana e Jurigue	9	-	12	10	04	02	37	-	1	38	01 Esc. Agr. S.J. Povo
Pobore	-	-	13	-	-	-	13	-	-	13	
Praião	-	-	-	-	-	-	-	17	-	17	
Tereza Cristina											
Córrego Grande	5	5	7	6	7	6	36	-	4	40	04 Esc. Agr. Alto Garças *inclui alunos até 22 anos
Piebaga	1	-	5	6*	12*	6*	30	-	-	30	
Perigara											
Perigara	-	-	23	-	-	-	23	17**	-	40	**inclui maiores de 15 anos
Total	15	5	60	22	23	14	139	34	5	178	

Fonte: Levantamento de Campo, 1995.

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
L.S.: 270
R. FRICA: 

tetraplan

IMPACTOS AMBIENTAIS: ÍNDIOS BOROROS

PROC/FUNAI/ N.º 1894/88
 L.S.: 27/1
 R. T. P. C. A.: [assinatura]

4.6. Impactos na Comunidade Indígena Bororo

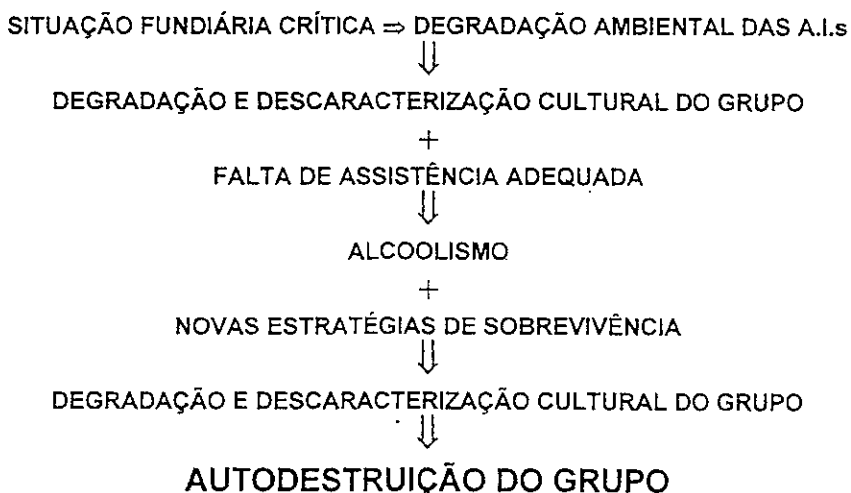
Como analisado exhaustivamente no diagnóstico, a situação atual dos Bororo apresenta-se com os seguintes problemas:

- Áreas Indígenas Tereza Cristina e Jarudori com situação fundiária crítica e indefinida.
- Degradação ambiental das áreas invadidas internas a Área Indígena Tereza Cristina -AITC, definida pelo Decreto 64.018/69.
- Invasão da Área Indígena Jarudori por ocupação urbana.
- Ausência de assistência social e administração do órgão tutor, principalmente quanto a saúde, educação e apoio às atividades econômicas do grupo.
- Alto índice de alcoolismo entre os Bororo.

Dado esses problemas, identificaram-se as seguintes situações:

- Uso de recursos naturais (caça, coleta e pesca) pelos Bororo de áreas de fazendas limdeiras, fora dos limites definidos pela demarcação realizada por Rondon em 1895.
- Estratégias de sobrevivência baseadas na aposentadoria dos velhos, com conseqüências que vêm desequilibrar o modo de produção, relacionado às atividades agrícolas.
- Degradação e descaracterização cultural, motivadas pelo alcoolismo, há muito tempo instalado no Grupo e ultimamente potencializado devido à falta de *programa integrado* de assistência social, saúde e educação, com vistas a recuperação dos padrões culturais Bororo.
- Outras estratégias de sobrevivência baseadas em "trocas de favores" desenvolvidas junto aos fazendeiros limdeiros e invasores, turistas, mascates, etc., caracterizadas por: trabalho temporário x fornecimento de bebidas; travessias da AITC x pedágios (dinheiro, bebidas e caronas); prostituição x bebidas e mantimentos; entre outras.

Dessa forma, a longo prazo, a situação apresentada, caso não sejam tomadas medidas urgentes e indispensáveis para garantir condições dignas de vida à população Bororo, fatalmente deverá perpetuar-se até a autodestruição do grupo, como demonstrado no fluxograma a seguir apresentado.



Considerando o empreendimento a ser implantado na região, com início previsto para os próximos 3 anos e tendo em vista a situação já prognosticada, foram indentificados os seguintes impactos, abaixo relacionados e analisados. Estes virão potencializar com maior ou menor intensidade os diversos problemas/conseqüências e portanto merecerão dois tipos de medidas:

- Prévias pois procuram num prazo de 3 anos, antes do início das obras, corrigir os rumos de ações que vêm sendo realizadas ou planejar outras, indispensáveis à melhoria das condições de vida do grupo. Estas medidas são de atribuição e competência da Funai e órgãos conveniados.
- Mitigadoras, para corrigir impactos causados ou intensificados pelo empreendimento.

a) Impacto: Interferências nas fontes de alimentação dos índios Bororo

Considerando-se:

- a redução da área delimitada por Rondon e os níveis atuais de degradação da AITC: solos exauridos, o que tem impossibilitado a formação de novas "roças";
- as atuais condições de vida dos Bororo: diminuição das atividades agrícolas e áreas de "roça", e as novas estratégias que vêm sendo condicionadas pelo pagamento de aposentadorias aos índios idosos, entre outras;
- e, em decorrência, o uso de áreas para caça, pesca e coleta, fora da AITC, principalmente de fazendas limdeiras, por benevolência dos fazendeiros locais, e portanto sem garantia de continuidade; e,
- a movimentação de veículos e equipamentos e o seccionamento das áreas de perambulação fora da Área Indígena, onde vem se dando a caça e a coleta de produtos comestíveis, na fase de construção.

Prevêm-se interferências nas suas fontes de alimentação que se rebatem nas suas condições de vida.

Medidas Prévias

- Implementação pela Funai, de medidas visando solucionar problemas fundiários da AITC.
- Planejamento e implementação de programa de recuperação ambiental das áreas degradadas, internas a AITC.
- Planejamento e implementação pela Funai de projetos agrícolas, para melhoria da alimentação dos índios Bororo.
- Planejamento/implementação de assistência social às famílias com idosos que vêm recebendo pagamento de aposentadoria.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e implantação de revegetação da faixa de domínio da Ferrovia, tendo em vista a recuperação da flora e fauna local, da área a ser seccionada.
- Orientação à comunidade Bororo para a convivência com as obras e definição de acessos às áreas de perambulação (fora AITC)
- Planejamento e implantação de A.P.A. (Área de Proteção Ambiental), constituída pela área definida por Rondon, somada aquela confinada entre a atual AITC e a faixa de domínio da Ferronorte.
- Orientação à comunidade Bororo para a travessia da Ferrovia em pontos pré-determinados, estabelecidos conjuntamente com os Bororo, para garantir o livre acesso (no início da fase de operação) às áreas de perambulação. Deve-se considerar que as áreas a serem recuperadas levarão um período longo para poderem servir para exploração de seus recursos naturais.

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
L.S.: 273
RUBRICA: [assinatura]

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, principalmente dadas as atuais condições de degradação ambiental da AITC, e a necessidade deles usarem fontes de recursos naturais fora dela. Por outro lado, um programa de recuperação ambiental da AITC tem prazo bastante longo de maturação, assim acredita-se que durante as obras e no início da operação da Ferrovia, haverá necessidade de se garantir acessos às áreas utilizadas para coleta, caça e pesca.

Quanto aos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *certa*, uma vez que algumas áreas naturais deverão sofrer com a implantação das obras por um período de 2 anos, nas imediações da AITC, principalmente aquelas onde serão construídas as pontes sobre o Rio São Lourenço e Vazante Formosa;
- com manifestação a *curto prazo*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da Área Indígena;
- *pontual* nas áreas de perambulação, atualmente utilizadas pelos índios;
- *intensificado* pelo empreendimento, pois os índios hoje utilizam-se de recursos naturais fora da AITC, por benevolência dos fazendeiros, dadas as condições de degradação da AITC;
- *temporário*, considerando-se o período de construção da Ferrovia;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de *média magnitude*, que ocorrerá principalmente no período das obras (2 anos), e considerando-se que a faixa de domínio que deverá seccionar a área de perambulação dos índios será plenamente ultrapassável em determinados pontos.
- com essas características e considerando-se que sua minimização depende da solução dos problemas ~~problemas~~ fundiários hoje já existentes e da implementação efetiva das medidas e programas de recuperação ambiental da AITC e, portanto, de longo prazo para consolidação, acredita-se que este impacto ainda poderá ser avaliado como de *média relevância* tanto para os índios como para o empreendedor.

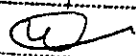
b) Impacto: Aumento de consumo de bebidas alcoólicas e facilidade de relacionamento sexual entre índios e peões

Considerando-se de um lado:

- O vício alcoólico já estabelecido entre os Bororo, dado todo um processo histórico de contato, e conforme demonstrado o item "morbidade entre os Bororo";
- A liberdade sexual do grupo;
- A "troca de favores" desenvolvida pelos índios, como estratégia de sobrevivência; e,
- A precariedade da administração e assistência da Funai.

E, por outro lado, dado:

- A necessidade de implantação e operação de canteiros de apoio às construções das pontes sobre o Rio São Lourenço e sobre a Vazante Formosa, e igualmente as obras que embora deverão se desenvolver na faixa de domínio da Ferrovia, ainda que fora da AITC., estarão certamente seccionando áreas atuais de perambulação dos índios;
- Que a área prevista para o desenvolvimento das obras, hoje, se apresenta sem vias de acesso facilitada para a cidade de Rondonópolis, a não ser pela própria AITC, o que poderá contribuir

PROC/FUNAI/N.º 1854/SD
FLS.: 274
RUBRICA: 

ainda mais para estabelecer um relacionamento entre índios e peões, caso estes últimos transitem, seja no período de trabalho, seja no período de lazer, pela Área Indígena; e,

- O acesso de mascates para venda de produtos e serviços, principalmente quando é feito o pagamento aos peões.

Prevê-se que venha ocorrer um relacionamento destes grupos (peões e mascates) com os índios, contribuindo para intensificação do consumo de bebidas e facilitando o relacionamento sexual entre eles. Tal fato pode levar a sérios atritos entre os índios/administração da Funai e a Ferronorte

Medidas Prévias

- Programa de Combate ao Alcoolismo, envolvendo todo um trabalho de assistência social; e,
- Planejamento e implantação de projetos agrícolas para melhoria das condições de alimentação da comunidade Bororo.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento rigoroso para a implantação e operação dos canteiros de apoio às obras das pontes sobre o Rio São Lourenço e Vazante Formosa, bem como das atividades de terraplanagem e construção da superestrutura da Ferrovia, no que se refere: localização dos canteiros de apoio às obras das pontes; e, vias de acesso às obras e canteiros de apoio.

Este planejamento deve ser antecipado e realizado, com aprovação da Fema-MT, ouvida a Funai.

- Controle do fluxo de operários dentro da AITC, bem como de índios no entorno do canteiro e das obras. Para tanto, algumas medidas devem ser tomadas, tais como:
 - Pagamento dos operários na cidade de Rondonópolis;
 - Proibição de mascates no entorno do canteiro de apoio;
 - Preparo dos operários e engenheiros no trato com os índios, através de palestras sobre a cultura Bororo e sobre o direito indígena;
 - Montagem e implementação de estratégias de fiscalização conjunta Funai/Ferronorte.

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, dada a própria condição em que se encontram: o vício alcoólico instaurado entre eles e a liberdade sexual do grupo.

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *certa*, pois embora possam ser tomadas medidas de fiscalização, entre outras citadas, o contato entre operários e índios é fato pacífico, bem como a predisposição dos índios em "trocar favores";
- com manifestação a *curto prazo*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da Área Indígena;
- *disperso entre os Bororo*;
- *intensificado* pela implantação do empreendimento;
- *temporário*, até o término das obras;

- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que um impacto de *grande magnitude*, pois é um fenômeno já bastante significativo.

Com essas características e considerando-se que sua minimização embora dependa da implantação/aceitação dos programas acima especificados e também da fiscalização da Funai e da Ferronorte dos acessos às obras, há grande probabilidade de não se eliminar suas causas, e desta forma trata-se de um impacto de *alta relevância*.

c) Impacto: *Maior possibilidade de incidência de acidentes*

A curiosidade da comunidade indígena aguçada pelo desconhecimento das fases de obras e do funcionamento de uma ferrovia; o hábito de freqüentes bebedeiras; a perambulação por áreas fora dos limites da AITC onde as obras acontecerão e, posteriormente, onde os trens deverão passar; e, dada a movimentação de caminhões e equipamentos nas vias de acesso às obras (internas e externas a AITC) e após de composições ferroviárias na própria linha férrea (externa a Área Indígena), é bastante provável a ocorrência de acidentes com vítimas entre os Bororo.

Medidas Prévias

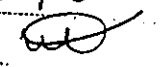
- Atividades de educação, nas escolas indígenas para dar conhecimento sobre o empreendimento, nas fases de obras e de operação.
- Programa de Combate ao Alcoolismo (vide impacto b).
- Valem também as mesmas medidas recomendadas para o impacto anteriormente analisado (vide impacto a).

Medidas Mitigadoras

- Apresentação de Projeto Executivo da Ferrovia à Funai e Fema-MT. este deverá afastar-se o mais possível da AITC, sobretudo das Aldeias de Piebaga e Córrego Grande.
- Planejamento rigoroso das vias de acesso às obras e apresentação à Funai e Fema-MT.
- Desenvolvimento de programas específicos de orientação à comunidade Bororo para a convivência com as obras e acessos, e para que eles tenham livre acesso às atuais áreas de perambulação.
- Desenvolvimento de programas específicos de orientação para a travessia da Ferrovia em pontos pré-determinados, estabelecidos conjuntamente com os Bororo, e para que eles tenham livre acesso às atuais áreas de perambulação. A partir da recuperação ambiental das áreas degradadas da AITC e da APA, essas travessias podem ser desativadas, para a própria proteção dos índios. Esta avaliação poderá ser realizada por especialistas; antropólogos e ecólogos.
- Cercamento da faixa de domínio da Ferrovia nas imediações da AITC.

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, pois a possibilidade de ocorrência de acidentes poderá se dar inclusive internamente à AITC, nas vias de circulação aí existentes e, por onde deverão passar veículos e equipamentos para acessar às obras. Além disto, deve-se considerar as atuais condições de vida dos Bororo e a prática do alcoolismo, que contribuem para que sejam mais vulneráveis a acidentes, seja no interior da AITC, como nas áreas de perambulação, hoje utilizadas, no entorno da Área Indígena.

PROC/FUNAI/N.º 1889/88
 FLS.: 276
 RUBRICA: 

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *provável*, dependendo do nível de aceitação por parte da comunidade das medidas prévias e mitigadoras;
- com manifestação a *curto, médio e longo prazos*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da AITC;
- *pontual*, na AITC e na faixa onde se realizarão as obras.
- *potencializado* no caso da movimentação de veículos e equipamentos rodoviários e *ocasionado* pelo empreendimento no caso da circulação das composições ferroviárias;
- *temporário*, para o período de construção, tendo em vista a movimentação de veículos e equipamentos das obras, internamente a AITC e *permanente*, considerando-se a circulação de composições ferroviárias durante a vida útil da Ferrovia, em áreas de perambulação, caso não sejam implementadas as medidas prévias (implantação da APA, regularização fundiária, e recuperação das áreas degradadas);
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de *grande magnitude* para os índios, principalmente tendo em vista todo o complexo religioso relacionado com a morte do indivíduo.

Com essas características e considerando-se a exequibilidade da maioria das medidas mitigadoras, acredita-se tratar-se de um impacto de *média relevância*.

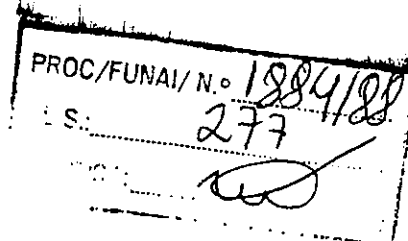
d) Impacto: Ocorrência de conflitos entre índios e operários (fase de construção), entre índios e a Ferronorte (fase de operação)

Na fase de construção, considera-se que a possibilidade de ocorrer conflitos entre índios e operários é devido, entre outras razões:

- A proximidade dos canteiros de obras à AITC, principalmente Aldeias Piebaga e Córrego Grande, podem criar expectativas quanto à possibilidade de obtenção mais facilmente de bebidas e alimentos, reforçando as estratégias de sobrevivência já desenvolvidas;
- A acidentes com caminhões e equipamentos;
- A possibilidade de ocorrência de prostituição entre índias Bororo;
- Aos operários, que desconhecendo a cultura e os valores dos Bororo poderão desenvolver entre eles preconceitos em relação aos índios, como acontece na cidade de Rondonópolis, conforme caracterizou-se no diagnóstico; e,
- A caça e pesca de animais pelos peões das obras.

Na fase de operação, considera-se que a possibilidade de ocorrer conflitos entre índios e a Ferronorte dever-se á, entre outras razões:

- A acidentes com as composições ferroviárias; e,
- A interferência nos acessos às áreas de perambulação e de exploração fora da AITC.



Medidas Prévias

- Atividades de educação, nas escolas indígenas para dar conhecimento sobre o empreendimento, nas fases de obras e de operação.
- Planejamento e implantação de projetos agrícolas para melhoria das condições de alimentação da comunidade Bororo;
- Programa de Combate ao Alcoolismo, envolvendo todo um trabalho de assistência social.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento rigoroso das vias de acesso às obras da Ferrovia e apresentação do projeto à Funai e Fema-MT.
- Não contratar mão de obra indígena em hipótese alguma.
- Desenvolvimento de programas específicos de orientação à comunidade Bororo para a convivência com as obras e acessos, e para que eles tenham livre acesso às áreas de perambulação.
- Desenvolvimento de programas específicos de orientação para a travessia da Ferrovia em pontos pré-determinados, estabelecidos conjuntamente com os Bororo, e para que eles tenham livre acesso às atuais áreas de perambulação. A partir da recuperação ambiental das áreas degradadas da AITC e da APA, essas travessias podem ser desativadas, para a própria proteção dos índios. Esta avaliação poderá ser realizada por especialistas; antropólogos e ecólogos.
- Cercamento da faixa de domínio da Ferrovia nas imediações da AITC.
- Proibição de caça de animais silvestres pelos peões, com fiscalização permanente por parte da Ferronorte;
- Controle dos contatos entre peões e índios: preparo dos operários e engenheiros no trato com os índios, através de palestras sobre a cultura e condições de vida dos Bororo e sobre o direito indígena.

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, principalmente tendo em vista as atuais condições de vida dos mesmos, e para Ferronorte principalmente de sua imagem institucional diante das ONGs nacionais e internacionais.

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *provável*, dependendo do nível de aceitação por parte da comunidade das medidas e programas sugeridos para os impactos causadores desse conflito;
- com manifestação a *curto, médio e longo prazos*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da Área Indígena;
- *pontual*, na AITC e *disperso* no seu entorno;
- *ocasionado* pelo empreendimento;

- *temporário*, para o período de construção, e *permanente*, considerando-se a circulação de composições ferroviárias durante a vida útil da Ferrovia e caso não tenha sido dada solução para o problema fundiário e degradação ambiental da AITC;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de *grande magnitude*, para os índios e para o empreendedor;
- com essas características e considerando-se que as medidas mitigadoras são bastante exequíveis, acredita-se tratar-se de um impacto de *média relevância* tanto para os índios como para o empreendedor.

e) Impacto: Aumento de casos de doenças e incidência de novas doenças

Considerando:

- A precariedade da assistência de saúde na Área de Influência da Ferrovia;
- A ausência de saneamento básico nas aldeias e os aspectos culturais dos Bororo, quanto à higiene pessoal e coletiva;
- As relações intra-tribais permanentes e intensificadas a época dos funerais;
- A possibilidade de contato entre peões e índios (direta ou indiretamente), com transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, malária, entre outras; e,
- A possibilidade de contaminação de fontes de captação de água pela descarga inadequada de efluentes líquidos ou depósito inadequado de resíduos sólidos dos canteiros de obras, fora da Área Indígena, mas em área de possível perambulação,

Com essas características e possibilidades pode-se esperar um aumento dos casos de doenças já registradas entre os Bororo, bem como a incidência de novas doenças. Evidentemente que esse quadro pode ser tanto pior, se aliado novamente ao aumento do alcoolismo e a prostituição.

Medidas Prévias

- Estabelecimento de convênio Funai/SUS e Funai/Prodeagro, para implementação/melhoria da infra-estrutura de saúde, transporte e comunicação para assistência à comunidade Bororo.

Medidas Mitigadoras

- Planejamento e implantação de sistema de tratamento de efluentes líquidos nos canteiros de obras, a ser aprovado por órgão ambiental competente, quando da obtenção da Licença de Instalação destas infra-estruturas de apoio às obras.
- Planejamento e implantação de medidas para tratamento de resíduos sólidos nos canteiros de obras, também a serem aprovadas por órgão ambiental competente, quando da obtenção da Licença de Instalação dessas infra-estruturas.
- Estabelecimento de convênio Funai /Feronorte, a época das obras, visando reforço para controle da saúde dos índios e peões.
- Controle dos contatos entre peões e índios: preparo dos operários e engenheiros no trato com os índios, através de palestras sobre a cultura e condições de vida dos Bororo.
- Avaliação permanente das condições de saúde dos índios e dos operários, bem como dos serviços de assistência à saúde segundo indicadores previamente estabelecidos.

PROC/FUNAI/ N.º	1584/88
L.S.:	279
REPERICA:	<i>[assinatura]</i>

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, dado o grau de vulnerabilidade às doenças e as condições de vida da comunidade.

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *provável*, dependendo do contato direto ou indireto entre índios e operários e destes últimos serem portadores de doenças transmissíveis;
- com manifestação a *curto prazo*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da Área Indígena;
- *disperso*, pelas Áreas Indígenas, dada a intensa mobilidade dos Bororo entre aldeias;
- *intensificado* no caso de doenças já existentes entre os índios, e *ocasionado* para o caso de doenças novas;
- *temporário*, considerando-se o período das obras da Ferrovia;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de *média magnitude*.

Com essas características e considerando que as medidas são exeqüíveis, acredita-se tratar-se de um impacto de *média relevância*.

X

f) Impacto: Maior fluxo de turistas na AITC e imediações, dada a melhoria das vias de acesso, com conseqüente reflexos negativos nas condições de vida dos índios

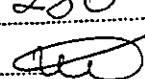
Considerando-se:

- O fluxo já existente de turistas/pescadores para as áreas das Fazendas Santa Maria de Ibitinga e Santa Edwiges, na temporada de pesca;
- A falta de recursos da Funai para fiscalização desses acampamentos incentivados pelos proprietários dessas fazendas;
- A necessária melhoria da estrada de acesso para Rondonópolis (da Área Indígena à São Lourenço de Fátima e desta localidade à Rondonópolis, hoje precaríssima), dadas as exigências de implantação das obras; e,
- O relativo isolamento da comunidade indígena ainda existente, devido às condições precárias das estradas existentes.

Prevê-se a possibilidade de um aumento do fluxo de turistas, com rebatimentos nas condições de vida da população Bororo (novamente com possibilidade de aumento do alcoolismo e prostituição).

Medidas Prévias

- Reintegração de posse da Área da Fazenda Santa Maria de Ibitinga pela Funai, impedindo assim que esta se constitua em roteiro turístico na época de pesca;
- Planejamento e implantação de projetos agrícolas para melhoria das condições de alimentação da comunidade Bororo; e,
- Programa de Combate ao Alcoolismo, envolvendo todo um trabalho de assistência social.

PROC/FUNAI/ N.º	284/88
LS:	280
RUEIRICA:	

Medidas Mitigadoras

- Aumento de Postos de Fiscalização na A.I. (Funai/Ferronorte), no período das obras, junto aos acessos rodoviários que adentram a AITC. Estes postos de fiscalização deverão ter comunicação entre eles, para se ter condições de uma fiscalização efetiva; e,
- As vias de acesso deverão ser planejadas e apresentadas à Funai e a Fema-Mt para aprovação. Caso haja necessidade de via de acesso a ser implantada, estas deverão ser totalmente desativadas e recompostos seu relevo e sua vegetação quando do término das obras.

Essas medidas, se devidamente implementadas, poderão ter um alto grau de eficácia.

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios.

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *provável*, pois a melhoria dos acessos à São Lourenço de Fátima/Rondonópolis é imprescindível ao bom andamento das obras e com esta melhoria é fato também que a Área Indígena deverá ficar mais vulnerável ao seu atravessamento por turistas que se dirigem à Fazenda Santa Maria, ou outras próximas que têm alojamentos para turistas/pescadores;
- com manifestação a *curto prazo*, a partir da melhoria do acesso da Área Indígena à Rondonópolis;
- *pontual*, na Área Indígena;
- *intensificado* pela implantação dos acessos às obras e à Ferrovia;
- *temporário* para as vias de acesso transitórias e *permanente*, considerando-se que os acessos uma vez melhorados para a implantação das obras deverão assim ser mantidos;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja impacto de média *magnitude*;
- com essas características e considerando-se que sua minimização depende primordialmente de um bom planejamento dos acessos por parte da Ferronorte e por parte da Funai e da instalação e manutenção de Postos de Fiscalização, acredita-se tratar-se de um impacto de *baixa relevância*.

g) Impacto: Potencialização e/ou criação de novas estratégias de sobrevivência dos Índios Bororo, incidindo negativamente sobre as suas precárias condições de vida

Considerando-se:

- A prática de "pedágio" que já está incorporada entre os Índios Bororo, em certas épocas do ano (temporada de pesca), com o intuito de conseguir dinheiro e/ou mercadorias, e que vêm interferindo no ritmo das suas atividades produtivas;
- O aumento do tráfego de caminhões e equipamentos das obras, que necessariamente deverão atravessar a Área Indígena, pois o único acesso é feito por ela;
- A insuficiência da administração/fiscalização e assistência da Funai;
- A proximidade dos canteiros de apoio às obras das pontes sobre o Rio São Lourenço e sobre a Vazante Formosa das Aldeias Piebaga e Córrego Grande, favorecendo o contrato da mão de obra indígena.

Prevê-se que além das estratégias já identificadas, possam ser criadas novas estratégias de sobrevivência pelos Bororo, aproveitando-se da situação, com rebatimentos nas suas condições de vida: interferência no ritmo das atividades produtivas, pela facilidade de mercadorias que podem ser trocadas ou obtidas com pagamentos; e, exposição a maus tratos na cidade de Rondonópolis pela maior mobilidade do grupo, devido à facilidade de transporte (carona) para a cidade.

Medidas Prévias

- Melhoria dos Postos da Funai dentro na Área Indígena (estruturas, equipamentos de transporte e comunicação e recursos humanos), para uma real assistência aos Bororo;
- Planejamento e implementação pela Funai de projetos agrícolas para melhoria da alimentação Bororo.
- Programa de Combate ao Alcoolismo, envolvendo todo um trabalho de assistência social; e,
- Desenvolvimento de programas específicos de orientação da comunidade Bororo para a convivência com as obras e acessos.

Medidas Mitigadoras

- Proibição de contratação de mão de obra indígena;
- Controle dos contatos entre peões e índios: preparo dos operários e engenheiros no trato com os índios, através de palestras sobre a cultura e condições de vida dos Bororo

Avaliação

Esse impacto é *negativo* para os índios, principalmente tendo em vista as atuais condições de vida dos mesmos.

Em termos dos demais atributos, esse impacto pode ser assim avaliado:

- de ocorrência *certa*, uma vez que no início das obras o acesso necessariamente deverá ser realizado pela Área Indígena Tereza Cristina;
- com manifestação a *curto prazo*, a partir do início de implantação do trecho ferroviário no entorno da Área Indígena;
- *pontual*, na Área Indígena;
- *intensificado* pelo empreendimento;
- *temporário*, considerando-se a fase de início das obras da Ferrovia;
- no cômputo geral, embora não quantificável, acredita-se que seja um impacto de *grande magnitude*, para os índios e para o Empreendedor;

Com essas características e considerando-se que sua minimização depende da Ferronorte e da própria Funai, acredita-se tratar-se de um impacto de *alta relevância* no início das obras e de *média relevância*, assim que as medidas forem sendo implementadas.

O Quadro VI.12 apresenta de forma simplificada a avaliação dos diversos atributos ambientais identificados sobre a comunidade indígena existente na Área de Influência Direta da Ferrovia.

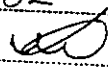
Quadro VI.12. - Avaliação de Impactos - Comunidade Indígena Bororo

FASE	IMPACTO	ATRIBUTOS					MENSURAÇÃO			RECOMENDAÇÕES		GRAU DE RELEVANCIA				
		NATUREZA	OCORRÊNCIA			FORMA DE INTERF.	DURAÇÃO	INDICADOR	QUANTITATIVA		QUALITATIVA	GRAU RESOLUÇÃO	C	O		
			PROBABIL.	PRAZO	ESPACIALID.				Nº ABS.	%						
COMUNIDADE INDIGENA BORORO																
C	Interferências nas fontes de alimentação dos Índios Bororo		C	→		I	t							.Solut. probl. fundiários p/ FUNAI .Proj. Agrícolas p/ FUNAI .Reveg. faixa de domínio .Progr. orientação aos Índios		
C	Aumento do consumo de bebidas alcoólicas e da facilidade de relacionamento sexual entre Índios e peões		C	→		I	t							.Prog. Combate Alcool. - FUNAI .Controle fluxo operários na AI e Índios no canteiro .Planej. rigoroso canteiros apoio		
C	Maior possibilidade de incidência de acidentes		P	→ → →		O	t p							.Progr. de orientação a comun. .Orient. sobre pontos travessia .Projeto sinalização de acessos .Cercamento faixa de domínio		
C	Ocorrência de conflitos entre Índios e operários (construção) entre Índios e Ferronorte (operação)		P	→ → →		O	t p							.Progr. orientação, sinal. travessia .Controle contato peões/Índios .Projeto Agrícola pela FUNAI .Proib. caça aním. silv. p/ peões		
C	Aumento de casos de doenças e incidência de novas doenças		P	→		I	t							.Sist. tratam. efluentes líquidos .Medidas trat. resíduos sólidos .Convênios para assist. a comun. .Controle contato peões/Índios		
C	Maior fluxo de turistas na AITC dada a melhoria das vias de acesso, com conseq. interf. nas cond. de vida dos Índios		P	→		I	t p							.Vias de acesso planejadas e aprovadas pela FEMA .Aumento de Postos de Fiscaliz.		
C	Potencialização e/ou criação de novas estrat. de sobrevivência dos Índios Bororo, incidindo negativamente nas cond. vida		C	→		I	t							.Neg. c/ Índios: med. compens. .Proib. contratação Índios .Impl. de posto de FUNAI .Controle contato peões/Índios		

C CONSTRUÇÃO
O OPERAÇÃO

PROC/FUNAI/N.º 1889/88
LS: 282
P-FRICA: [assinatura]

FASE	NATUREZA	PRAZO	ESPACIALIDADE	QUALITATIVA	GRAU DE RESOLUÇÃO / GRAU DE RELEVANCIA
(P) PRE-OBRA	POSITIVO	→ CURTO	PONTUAL	PEQUENO	ALTO
(C) CONSTRUÇÃO	NEGATIVO	→ MEDIO	DISPERSO	MEDIO	MEDIO
(O) OPERAÇÃO		→ LONGO		GRANDE	BAIXO
	PROBABILIDADE	FORMA INTERFERENCIA	DURAÇÃO		
	(C) CERTO	(O) OCASIONAL	(T) TEMPORARIO		
	(P) PROVAVEL	(I) INTENSIFICA	(P) PERMANENTE		

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
P.L.S.: 282
RIFERICA: 

tetraplan

PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO: ÍNDIOS BOROROS

PROC/FUNAI/ N.º	1884/88
TLS:	283
RUERICA:	W

5.6. Programa Bororo

Justificativas

Levando-se em consideração a relevância dos impactos negativos principalmente na fase de construção da Ferrovia, o Programa Bororo se justifica por:

- Atender as cláusulas e condições estabelecidas pelo Termo de Compromisso nº 001/94 celebrado entre a Fundação Nacional do Índio e a Ferronorte S/A.
- Responder adequadamente a mitigação/compensação dos impactos nas comunidades Bororo afetadas diretamente pelo empreendimento.

Ressalte-se que as ações do Programa Bororo, detalhadas abaixo, procuram conciliar a necessária atuação da Ferronorte principalmente tendo em vista a mitigação/compensação dos impactos decorrentes das obras e da operação da Ferrovia, com a atuação prévia da Funai, órgão tutelar dos índios.

Esse Programa pressupõe dois grupos de ações, prévias (1) e mitigadoras (2,3 e 4), estruturadas nos seguintes sub-programas:

1. Recomendações Prévias
2. Comunicação Social;
3. Saúde; e,
4. Apoio à Fiscalização.

Objetivos

- Organizar e implementar ações prévias e de mitigação/minimização dos efeitos deletérios do empreendimento nas Áreas Indígenas e nas suas comunidades, por meio de compromissos específicos a serem assumidos de um lado pela Ferronorte, e de outro pela Funai e seus conveniados.
- Estabelecer uma atuação integrada entre a Funai e a Ferronorte para minimizar os impactos nas comunidades Bororo a serem afetadas negativamente pelo empreendimento.

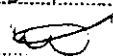
Público Alvo

- Comunidades Bororo
- Peões e corpo técnico da Empreiteira e da Ferronorte
- Entidades civis de assistência ao índio.

Sub-Programa 1: Recomendações Prévias

Justificativas

Tendo em vista os problemas identificados e suas conseqüências e que vêm desestruturando o modo de vida Bororo, torna-se necessário a implementação de programas e medidas urgentes e indispensáveis, previamente a implantação da Ferrovia.

PROCC/FUNAI/N.º	1884/89
LS:	284
REVISÃO:	

Ressalte-se que os programas e medidas, sugeridos à Funai e a outros órgãos, vêm procurar equacionar questões emergentes identificadas no Diagnóstico e que se não tratadas a tempo, podem vir a comprometer a efetividade das medidas mitigadoras.

Embora algumas dessas ações não se integrem ao escopo específico de um EIA/RIMA de uma ferrovia, o Diagnóstico também mostrou a necessidade premente de se resgatar os valores sócioeconômico e culturais Bororo, já muito fragilizados pelo contato interétnico e pelo processo de ocupação regional.

Objetivos

- Melhorar as condições de vida das comunidades Bororo da Bacia do Alto São Lourenço:
 - Garantindo as condições mínimas de reprodução das fontes naturais (fauna e flora), bem como a própria reprodução cultural do grupo;
 - Valorizando e divulgando os aspectos da cultura Bororo tais como artesanato, o conhecimento e a relação com a natureza; e,
 - Recuperando da marginalidade a identidade do grupo indígena, caracterizada no contexto regional pelo alcoolismo e mendicância; e,
- Garantir a eficácia e exequibilidade dos outros sub-programas.

Ações Prévias sugeridas à Funai

- a) Estabelecimento de convênios, procedimentos, rotinas entre a Funai, órgãos municipais, estaduais e federais, visando a integração das ações orientadas para a melhoria das condições de vida do grupo Bororo.
- b) Estabelecimento de convênios entre Funai e as instituições de saúde municipais, estaduais e federais, por um período mínimo de dois anos a vigorar já no período de pré-implantação do empreendimento no trecho de interesse.
- c) Regularização fundiária da Área Indígena Tereza Cristina, processo Funai/BSB/0344/94. Este propõe uma delimitação e regularização fundiária definitiva para a Área Indígena Tereza Cristina.
- d) Regularização fundiária da Área Indígena Jarudori.
- e) Desenvolvimento de diagnósticos das potencialidades econômicas e das áreas degradadas na Área Tereza Cristina, visando a elaboração de projetos de recuperação dos recursos vegetais e de exploração econômica para a melhoria da alimentação das comunidades Bororo.
- f) Implementação de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas em convênio Funai com o Ibama e a Fema-MT.
- g) Criação de uma A.P.A. (Área de Preservação Ambiental), compreendendo as áreas do Território demarcado por Rondon (1895), excluída a Área Indígena Tereza Cristina, e incluída a área compreendida entre a Ferrovia e a Área Indígena.
- h) Planejamento, organização e implantação de projetos para a melhoria da subsistência dos Bororo tendo como foco as atividades de roças, pesca e coleta.
- i) Planejamento, organização e implantação de projetos para melhoria da qualidade da produção alimentar Bororo, tendo como foco a escola indígena, cujo currículo deve ser reforçado com atividades de difusão de novas tecnologias.
- j) Planejamento e implementação de Programa de Combate ao Alcoolismo.

PROC/FUNAI/ N.º	1854/88
FLS:	289
REVISÃO:	

- k) Planejamento e implementação de Programa de Resgate Cultural
- l) Planejamento, organização e realização de eventos para obter apoio e comprometimento da sociedade regional de programa de resgate cultural.
- m) Implementar ações de revalorização da cultura Bororo, em suas comunidades, tendo como foco principal a escola indígena, as atividades artesanais e cerimoniais.

Ações Prévias recomendadas à Ferronorte (Fase de Pré-Construção)

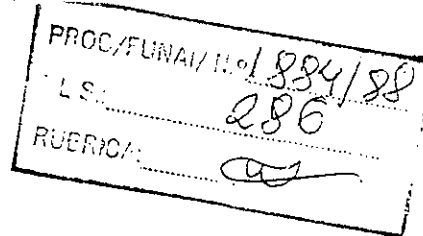
- a) Planejamento adequado e rigoroso das localizações/operações dos canteiros de obras no entorno da AITC (canteiros de apoio às obras das pontes) que devem ser licenciados pela Fema-MT, ouvida a Funai.
- b) As vias de acesso deverão ser planejadas e confinadas à faixa de domínio da Ferrovia, pelo menos no entorno da AITC. Caso haja necessidade de acesso fora da faixa, na época da construção, tendo em vista principalmente a operação de canteiros de obras de apoio à construção das pontes sobre o Rio São Lourenço e Vazante Formosa, estas deverão ser totalmente desativadas e recompostos seu relevo e vegetação quando do término das obras.
- c) Planejamento e implantação de sistemas de tratamento de efluentes líquidos e sólidos nos canteiros de obras, a serem aprovados por órgão ambiental competente, para obtenção de Licença de Instalação.
- d) Planejamento da revegetação da faixa de domínio da Ferrovia, tendo em vista a recuperação da flora e fauna local.
- e) Planejamento do cercamento da faixa de domínio da Ferrovia nas imediações da AITC e previsão de acessos às áreas de perambulação.
- f) Planejamento e projeto adequado das passagens em nível ou desnível para acesso às áreas de perambulação dos índios. O planejamento destas passagens devem ser discutidas com a comunidade Bororo, e a instalação das mesmas aprovada pela Funai. (Ferronorte com licença da Fema-MT)
- g) Não prever ou contratar mão-de-obra indígena, em hipótese alguma.
- h) Preparo antecipado de operários e engenheiros no trato com os índios, através de palestras sobre a cultura, condições de vida Bororo e direito dos índios.
- i) Previsão de pagamento dos operários na cidade de Rondonópolis;
- j) Previsão de fiscalização para proibição de mascates no entorno dos canteiros de obras.

Ações Previstas recomendadas à Funai / Ferronorte

- Estabelecimento de um novo termo de compromisso entre Funai/Ferronorte por um período mínimo de dois anos a vigorar desde o período de pré-implantação do empreendimento, onde serão especificadas as ações de responsabilidade da Ferronorte e da Funai
- Montagem e implementação de estratégias de fiscalização dos programas e medidas, conjuntamente Funai/Ferronorte.

Matriz Institucional

Funai e Ferronorte



Sub-Programa 2: Comunicação Social

Justificativas

Este sub-programa tem por justificativa a necessidade de responder adequadamente às especulações e às expectativas das comunidades Bororo, agentes da Funai e ONG's, sobre a magnitude dos impactos e o significado da Ferrovia nas fases de pré-implantação, construção e operação.

Além disso, há também necessidade de motivação dos diversos públicos envolvidos no desenvolvimento de posturas e atitudes que contribuam para rapidamente solucionar os problemas que poderão vir a ocorrer.

Objetivos

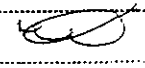
- Transmitir informações realistas sobre a natureza do empreendimento nas fases de pré-implantação, construção e operação; de seus impactos nas comunidades indígenas; bem como do Programa Bororo e seus sub-programas, evitando-se quaisquer expectativas equivocadas.
- Motivar as comunidades Bororo, peões, técnicos da construtora, agentes da Funai, representantes de ONG's, fazendeiros, e outros, para o desenvolvimento de posturas e atitudes que venham contribuir para a melhor e mais rápida solução dos problemas que possam ocorrer ao longo das fases do empreendimento.

Ações Previstas

- a) Planejamento e implementação de estratégias para estabelecimento/manutenção de fluxo contínuo de informação entre o empreendedor, a Funai e as comunidades Bororo afetadas pelo empreendimento.
- b) Planejamento, organização e realização de eventos para os peões e técnicos da Empreiteira que deverão executar as obras da Ferrovia, sobre o Programa Bororo e suas metas, interferências e recomendações.
- c) Preparação e distribuição de material de divulgação do Programa Bororo ao público alvo.
- d) Atividades de educação, nas escolas indígenas, para dar conhecimento sobre o empreendimento, nas fases de obras e de operação.
- e) Desenvolvimento de programas específicos de orientação à comunidade Bororo para a convivência com as obras e vias de acesso, e para que eles tenham livre acesso às áreas de perambulação.
- f) Desenvolvimento de programas específicos de orientação aos Bororo, para travessia da Ferrovia, em pontos pré-determinados.

Matriz Institucional

Ações	Responsável
a	Funai/Ferronorte
b	Ferronorte
c	Ferronorte
d	Funai com apoio da Ferronorte
e	Funai/Ferronorte
f	Funai/Ferronorte

PROC/FUNAI/ N.º	1384/85
CLS:	287
RETRICA:	

Sub-Programa 3: Saúde

Justificativas

Este sub-programa tem por justificativa a necessidade de uma ação de controle médico-sanitária rigorosa junto às comunidades Bororo da Bacia do Rio São Lourenço, principalmente, às comunidades da Área Tereza Cristina, bem como junto aos trabalhadores dos canteiros, tendo em vista a previsão de incidência de doenças transmitidas pelo contato índios x peões, pela contaminação do solo e das fontes de captação d' água por efluentes líquidos e resíduos sólidos dos acampamentos e dos canteiros de obra e por transmissão de vetores como insetos, ratos e outros animais, dada as interferências no ecossistema local.

Esse sub-programa vem complementar a recomendação prévia quanto à melhoria da assistência médico-sanitária, indicada no sub-programa 1: Recomendações Prévias.

Objetivos

- Controlar efetivamente a saúde/doenças dos Índios Bororo e dos peões e técnicos da Empreiteira, evitando-se epidemias ou disseminação de doenças entre as comunidades indígenas e os trabalhadores, na fase de construção do empreendimento na área de interesse.
- Garantir através de convênios Funai/Ferronorte à época das obras, a assistência a saúde dos Bororo nessa região.

Ações Previstas

- Implantação do Sub-Programa de Saúde Bororo que compreenderá as seguintes atividades:
 - diagnóstico médico-sanitário de toda a comunidade Bororo antes e durante a construção da Ferrovia;
 - reforço da assistência e infra-estrutura de saúde na Área Indígena Tereza Cristina;
 - reforço da assistência e infra-estrutura na Chácara Ambulatório da Funai em Rondonópolis;
 - formação e reciclagem de pessoal de saúde com destaque para os monitores e enfermeiros indígenas;
 - implementação de assistência médica nos canteiros de obra.
- Previsão no Termo de Compromisso Ferronorte/Funai dos recursos humanos, da infra-estrutura e dos medicamentos necessários para a operação dos postos da Área Tereza Cristina e Chácara Ambulatório de Rondonópolis, na fase das obras, e quais destes recursos estarão sob o encargo da Ferronorte e ou da Funai. É certo que a operação dos postos deverá estar a cargo da Funai, como órgão tutelar dos índios.
- Estabelecimento de um controle de saúde/doenças junto aos peões e técnicos da Empreiteira, principalmente as doenças sexualmente transmissíveis e as doenças endêmicas como malária, febre amarela, dengue, etc. O controle de saúde/doenças junto aos peões é de responsabilidade exclusiva da Ferronorte/Empreiteira.
- Estabelecimento de procedimentos para à disposição e tratamento de efluentes e resíduos sólidos produzidos nos acampamentos e nos canteiros de obras. Tais procedimentos deverão ser aprovados por órgão competente, e da mesma forma fiscalizado. Os estudos e a proposta e sua implantação deverão estar a cargo da Ferronorte. A aprovação e fiscalização é de atribuição da Fema.
- Estabelecimento de campanhas educativas de saúde junto aos peões e funcionários da construtora.
- Campanhas de controle e avaliação das condições de saúde dos Bororo e dos operários segundo indicadores previamente estabelecidos.

- g) Avaliação e monitoramento do Termo de Compromisso Ferronorte/Funai e dos convênios Funai/SUS/Prodeagro/FNS, tendo em vista garantir a implementação das atividades.
- h) Avaliação permanente das condições de saúde dos índios e dos operários, bem como dos serviços de assistência à saúde, segundo indicadores pré-definidos.

Matriz Institucional

Ações	Responsável
a	Funai/Ferronorte
b	Funai/Ferronorte
c	Ferronorte
d	Ferronorte/Fema -MT
e	Ferronorte
f	Funai/Ferronorte
g	Auditoria externa Funai/Ferronorte
h	Funai/Ferronorte

Sub-Programa 4: Apoio à Fiscalização

Justificativas

Este sub-programa tem por justificativa a necessidade de uma ação conjunta Ferronorte e Funai frente à situações que poderão se apresentar no decorrer da construção da Ferrovia, principalmente levando-se em consideração: a proximidade dos canteiros de obras e alojamentos; o tráfego de viaturas da construtora; a continuidade de perambulação dos Bororo pelas áreas vizinhas às obras .

Nesse contexto, procurar-se-á criar condições para que o contato seja amistoso, uma vez que sejam conhecidas por parte dos peões e técnicos algumas informações sobre a cultura e sociedade Bororo, sobre os direitos indígenas e sobre as idiosincrasias do grupo para com o mundo do branco.

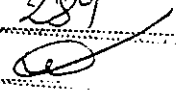
Outras situações problemáticas devem ser evitadas, melhorando-se as condições da administração e assistência nos postos indígenas da Área Indígena Tereza Cristina.

Objetivos

- Implementar um plano de ação conjunta Funai e Ferronorte na Área Indígena visando o reforço de sua fiscalização.
- Transmitir aos peões e técnicos da construtora e da Ferronorte informações básicas sobre a cultura e sociedade Bororo, seus direitos e sua visão e forma de relação com o mundo do branco, evitando-se situações onde visões preconceituosas e etnocêntricas possam levar à situações de conflitos.
- Transmitir aos Bororo informações sobre as atividades da construção e operação, sobre o risco de acidentes nos canteiros de obras ou com a Ferrovia operando e informações sobre a melhor forma de relacionamento com os peões/técnicos ferroviários para evitar qualquer tipo de atrito.

Ações Previstas

- a) Planejamento e implantação de um plano interativo de ação local para a fiscalização da AITC.
- b) Realização de eventos direcionados aos peões e técnicos da construtora visando a transmissão de informações sobre os Bororo e a definição da melhor forma de relacionamento (vide sub-programa de comunicação social).

PROC/FUNAI/ N.º 884/88
 PLS: 289
 RUBRICA: 


- c) Realização de eventos direcionados às comunidades Bororo visando a definição da forma de relacionamento com os peões, bem como dos riscos de acidentes nas áreas ocupadas pela construção da Ferrovia.
- d) Preparação e distribuição de material informativo sobre formas de relacionamento e riscos de acidentes para o público alvo.
- e) Proibição da caça e da pesca de animais silvestres pelos peões, com fiscalização permanente por parte da Ferronorte.

Matriz Institucional

Ações	Responsável
a	Funai/Ferronorte
b	Funai/Ferronorte
c	Funai com apoio da Ferronorte
d	Ferronorte
e	Ferronorte

Cronograma de Execução

Sub-programas	Fase
Recomendações Prévias	• Pré-obras e continuidade nas fases seguintes
Comunicação Social	• Anterior ao início das obras e fase de construção
Saúde	• Durante a construção e início da operação do empreendimento
Fiscalização	• Durante a construção e início da operação do empreendimento

PROC/FUNAI/ N.º 1884/88
FLS: 290
RUBRICA: 

tetraplan

ANEXO1: PLANTAS SELVAGENS UTILIZADAS PELOS BOROROS

Listagem das plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço (identificação baseada na EB-I, Hartmann e outros, 1967)

Categoria: ITO

Nome científico	Nome popular	Nome Bororo	Localização	Usos	
				Alimento	Variados
<i>Acromia glaucophylla</i>	Macaúba	Akudo/Akó	Boe Jupá	C	F
<i>Atalla speciosa</i>	Acuri/Bacuri	Apido/apec	Iagu Guru/ Boe Akari	C + B	F
<i>Atalea humilis</i>	Pindoba	Áto	Bóku	C	F
?	Palmeirinha-da-floresta	Boeiga Kuja Gu	Itura	?	?
?	Cabeçudinha	Beiro	Bóku	?	?
<i>Guilielma insignis</i>	Babunha	Botóra	Itura	---	F
<i>Astrocaryum</i> sp.	Tucum-da-mata	Bukidága	Itura	---	F
<i>Cocus campestris</i>	Acumã	Kaido/ká	Béku	?	?
<i>Acrocomia</i> gen.	Ver Macaíba	Kuimáre	Boe Jipá	C	---
<i>Attalea acaulis</i>	Piaçaba	Kúorév	Bóku	C	---
<i>Mauritia</i> sp.	Buriti	Marido/Mano	Itoguru/Marido Guru	C + B	F
<i>Syagrus oleracea</i>	Quariroba	Marigido	Bokurugado	C, B	E
<i>Orbignia martiana</i>	Babaçu	Noído/Nó	Iagu-Guru/Boe Jipá	C, B	F
<i>Acrocomia</i> gen.	Var. Macaíba	Óto Kugúri	Bóku	?	?
<i>Desmancus</i> gen.	Jacitara	Podója	Bóku	---	F
<i>Astrocarym humile</i>	Tucum-do-cerrado	Rito	Bóku	C	F
<i>Mauritia amata</i>	Buritirama	Tugógo	Itoguru/Boe Akari	---	F
<i>Copernicia australis</i>	Carandá	Tugúri	Iagu-Guru	---	F

Listagem das plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço (identificação baseada na EB-I, Hartmann e outros, 1967)

Categoria: I, IPO, IKA, IWÀRA, IKURÉDU E IWO

Nome científico	Nome popular	Nome Bororo	Localização	Usos	
				Alimento	Variados
Bombácea gen.	Var. paineira	Adugo I	Itura	---	F
?	Var. Cará	Aigújo	Bóku	C	---
?	Pau-de-serrote	Aimagádu	Itura	A	---
<i>Tripalis</i> sp.	Pajeú	Aiwo Ipo	Boejipá	---	F
<i>Acacia angico</i>	Angico-branco	Akiri I	Itura	---	G
<i>Acacia</i> sp.	Var. Angico-cascudo	Akiri/biri batagagaréu	Itura	---	G, E
<i>Vitex</i> sp.	Var. Tarumanzeiro	Akógo Buréu	Itura	B	---
<i>Vitex</i> sp.	Var. Tarumanzeiro	Akógo I	Itura/lagu-Guru	B	---
<i>Diospyras</i> sp.	Olho-de-boi	Akoréu I	Bóku	---	E
Anonacea sp.	Candiúba	Apidoréu	Itura	---	F
?	Var. Cará	Apogoe ewüre Goduré	Itura	---	F
?	Var. Árvore	Ápue ewurearéu I	Itura	---	F
<i>Platemenia reticulata</i>	Vinhártica	Aráre ewadoréu I	Bóku	---	G
?	Paconá	Araroeréu	Itura	---	D
<i>Alibertia</i> sp.	Marmeleiro-espino	Ári-ika	Itura	B	F
?	Var. Taquara	Fróe Ekuia poari iwo	Iwodúrigi	---	F
Bombacee gen.	Var. paineira	Aróe Ekoduduréu I	Bóku	---	F
?	Var. Taquarinha	Aróe Ekuie Powári Ivo	Itura	---	F
?	Var. Árvore	Arároe Eké I	Itura	---	D
?	Baunilha	Áru baráru kuri	Bóku	---	E
?	Var. Folha Grande	Átuboréu	Boe Akari	---	F
<i>Aspidospermas</i> sp.	Guatambu	Bace enodotréuipo	Itura	---	f
?	Var. Árvore	Bace epegagururéu	Itura	---	F, D
Tiliacea gen.	Var. Tiliácea	Bace Ixói	Itura	---	F
?	Var. Arbusto	Bace Rá	Itura	---	F
Bombacee	Var. Paineira	Boiôgo Ipo	Boe Kúméki	---	F
?	Sarandi	Bakaigúru	lagu-Guru	---	E
<i>Xilopia</i> sp.	Pindaíba	Bokoróro Ipo	Bóku/Itoguru	---	F
?	Var. Arbusto	Bakúre	Bóku	C	---
?	Var. Cana-da-Índia	Bapoá	Boe Barugwa	---	F
?	Var. Cará	Barae Ékerareu	Itura	E	---
?	Var. Arbusto	Baragère	Bóku	---	F
?	Var. Cará	Baráru	Itura	C	---
<i>Hancornia speciosa</i>	Mangabeira	Bato I	Bóku	A	---
?	Var. Árvore	Berágu I	Bóku	---	F
?	Var. Arbusto	Betága i	Bóku	---	E
<i>Melacactus barbiensis</i>	Casca-de-frade	Biarupo póro Ipo	Bóku	A	---
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo	Biel	Itura	C	D, E
<i>Sterculia chicha</i>	Xixá	Bó	Itura	A	---
?	Araruta	Bobiadáwureu	Itura	C	D
<i>Clusia valubilis</i>	Pororoça	Bokodága I	Itura	---	F
?	Marmelinho	Bokogoréu	Bóku	A, B	---
<i>Maprarena brasiliensis</i>	Marmeleiro-preto	Bokoiká	Itura	B	---

Listagem das plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço (identificação baseada na EB-I, Hartmann e outros, 1967)

Categoria: I, IPO, IKA, IWÀRA, IKURÉDU E IWO (Cont.)

Nome científico	Nome popular	Nome Bororo	Localização	Usos	
				Alimento	Variados
<i>Hymenaea stihacarpa</i>	Jatobá-da-mata	Bokwádi	Itura	B, C	---
<i>Hymenaea</i> sp.	Var. Árvore	Bóro bô Jakareu	Itura	A	---
?	Var. Árvore	Bótora	Itura	---	F
?	Gravatá-do-campo	Burekoibo wworiga	Bóku	C	---
<i>Kchinus therebintifolius</i>	Var. de aroeira	Buruduí	Itura	---	F
<i>Chuschea ramosissima</i>	Var. Taquar	Butuie	Itoguru	---	F
?	Var. Taquarinha	Butuieréu	Itoguru	---	F
<i>Vitex</i> sp.	Tarumazeiro-do-campo	Ciocioi	Ipoguru Toru	A	---
<i>Tecona palysochloas</i>	Taipoca	Ecerae e karikariu	Itoguru	---	F
<i>Guazeima ulnufaluis</i>	Mutamba	Éka	Itura	A, B	---
<i>Caryocar brasiliensis</i>	Pequizeiro	Éko	Bóku	A	---
?	Var. epifita	Enogeréu	Bóku	B	---
?	Var. Árvore	Enojijji	Itura	---	F
?	Pau-chicote	Epariwa É	Itura	---	G
Tiliacea gen.	Var. Tiliacea	iparére Ewói	Iagu-Guru	---	F
?	Var. Árvore	Ipbiri Kujagureu	Itura	---	F
?	Var. Araruta	Iro	Kuruga	B	---
<i>Oriza subulata</i>	Var. Arroz	Iro	Kuruga	B	---
<i>Tecona</i> sp.	Piúva	Iru	Itura	---	F
Bromeliacea	Var. Carotá	Itoráka	Bóku	C	---
<i>Bagossa quianensis</i>	Tatujula	iwodurigii	Itura/twodurig	---	D
?	Var. Vegetal	J'aro iwaro	Bóku	---	E
?	Var. Arbusto	Jatugugoe etaarireu	Itura	---	F
<i>Spandea lutea</i>	Cajazeiro	Jatugo É	Itura	A, B	---
<i>Anonacea</i> sp.	Araticum	Jeporo	Itura	A	---
?	Var. Arbusto	Jenjive ewaréu	Itura	A	---
Myrtacea	Guabiroba	Jokukuétai	Bóku	A	---
<i>Sapindus esculentes</i>	Pitombeira	Jukoe eigucuréu	Itura	A	---
<i>Xilopia</i> sp.	Pindaíba	Jurea	Bóku	---	E
<i>Xilopia</i> sp.	Pindaíba	Juvu Tura Tadáruvu	Itura	---	F
?	Taboca	Kado	Itura	---	F
?	Bambu-imponal	Kadomógo Iwo	Iagu-guru	---	F
Xarantacea	Periperi ou caeté	Kéo	Boe Akari	---	F
Burseracea	Var. Almecequeira	Kido gúru	Itura	---	F
?	Var. Árvores	Kie eiararéu	Iagu guru	C	---
?	Var. Árvore	Kie Cruworaréu	Iagu guru	A	---
<i>Byrsonima</i> sp.	Murici	Kie evaréu	Bóku	A	---
?	Var. Cará	Ki Iri	Itura	C	---
?	Var. Cará	Kitocreu	Kuruga	C	---
<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Koco	Bóku	A	---
<i>Anacardin coryncasum</i>	Cajueiro-rasteiro	Koco Iwararéu	Bóku	A	---
<i>Apeiba</i> sp.	Var. Tiliacea	Kodobie	Itura	---	F
<i>Apeiba</i> sp.	Var. de pau-jangada	Kóga	Itura	---	E, F
<i>Apeiba</i> sp.	Loureiro	Kóga Umana	Itura	---	F
?	Limão-do-campo	Kógure eirireu iwira	Itura	---	E
?	Var. Tubérculo	Komapega	Itura	C	---

Listagem das plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço (identificação baseada na EB-I, Hartmann e outros, 1967)


Categoria: I, IPO, IKA, IWÀRA, IKURÉDU E IWO (Cont.)

Nome científico	Nome popular	Nome Bororo	Localização	Usos	
				Alimento	Variados
?	Var. Tubérculo	Kúdo	Itura	C	---
?	Timbó-do-cerrado	Kúdo I	Bóku	---	H
?	Pimenteira	Kumára	Itura	C	---
?	Var. Tubérculo	Kuóbo	Itura	C	---
Bombacea	Embiruçu	Kuróbo	Bóku	---	F
Sapindacea	Cipó-timbó	Kúro iko	Itura	---	H
Myrtacea sp.	Jaboticabeira	Kuru cereu I	Bóku	A	---
?	Aricá	Managóru I	Itura	---	F
Curatella sp.	Var. lixeira	Mána I	Bóku	---	F
Morantacea	Caeté	Máno Kora	Marido Guru	---	F
?	Var. Tubérculo	Méki	Itura	C	---
?	Var. Cipó	Merí Iku	Itura	---	H
?	Var. Arbusto	Méri Rá	Itura	---	F
<i>Odoxa lanceolcita</i>	Marmelada-de-cachorro	Metuduréu Ika	Boe kú Méri	A	---
?	Var. Cará	Mici	Itura	C	---
<i>Philodundru imbe</i>	Cipó-Imbé	Micori	Itura	---	F
Bromeliacea	Var. Carcatá	Móre	Itura	C	---
?	Var. Cipó	Morie Inogwaréu	Ipoguru-Toru	---	F
?	Var. Arbusto	Muianoe barireuge eceba	Bóku	---	E
?	Var. Arbusto	Toréna ipo	Bóku	A	---
<i>Cedrella sp.</i>	Cedro	Noce Kodui	Itura	---	F
Bromeliacea	Var. Cororotá	Oce	Itura	C	---
?	Bar. Araruta	Óke	Itura	C	---
Biscoreacea	Var. Cará	Okó	Itura	C	---
Lauracea	Var. Cambará	Okáge Ekuréu Ókuekureuri	Boe Jipa	---	E
Lauracea	Var. Cambará	Ókoje Ekuréu Óku/Kaworuréwi	Boe Akari	---	E
?	Var. Amoreira	Óko I	Itura	A	---
<i>Conniana brasiliensis</i>	Jequitibá	Okwánu I	Marido-Guru	---	F
Dioscoreacea	Var. Tubérculo	Otóe	Kuruga	C	---
?	Var. Araruta	Paeruaréu	Itura	C	---
<i>Enterolobium sp.</i>	Tambaril	Poeviaréu I	Itura	---	F
?	Cipó-de-batata	Pagáji Ikuredo	Itura	C	---
?	Var. Cipó	Pagáji	Itura	C	---
?	Var. cipó com fruto	Parabára	Iagu-Guru	C	---
Anonacea	Var. Araticum	Paragoréu I	Itura	A	F
?	Var. Árvore	Porédu Gurupéu I	Itura	A	---
<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú	Paróri I	Boe Jipá	A, B, C	---
<i>Phaseloides shynchosia</i>	olho-de-pombo	Piribi I	Itoguru	---	F
?	Var. Arbusto	Podor etugoreu	Ipoguru Toru	---	F
Desmancus gen.	Cipó Urubamba	Pódoja	Itoguru	---	E,F
?	Var. Cucurbitacea	Pogóbo	Bóku	---	F
?	Var. Inhame	Pogodáwu	Kuruga	C	---
Dioscoreacea	Var. Tubérculo	Pobodóri	Itura	C	---
?	Var. Cipó	Pore Dá wu	Itura	C	---
Bombacea	Var. Paineira	Powari Gagururéu	Ipoguru Tóru	---	F
Bombacea	Var. Paineira	Powari riréu I	Itura	---	F

Listagem das plantas selvagens utilizadas pelos Bororo da bacia do Rio São Lourenço (identificação baseada na EB-I, Hartmann e outros, 1967)


Categoria: I, IPO, IKA, IWÀRA, IKURÉDU E IWO (Cont.)

Nome científico	Nome popular	Nome Bororo	Localização	Usos	
				Alimento	Variados
?	Var. Arbusto	Púga	Itura	---	E
<i>Solanum grandiform</i>	Fruta-do-Lobo	Rie Ika	Boe Jipá	A	---
?	Var. Taquarinha	Rókoe enoguraréu	Itura	---	F
<i>Hymenaea</i> sp.	Jatobá-do-campo	Rumága I	Bóku	B, C	---
Discoreacea	Var. Tubérculo	Tadori	Itura	C	---
<i>Stryenas pseudoquina</i>	Pseudo-quina	Toenagódu I	Itura	---	E
<i>Machaerum</i> sp.	Var. Jacarandá	Tái bokujiwu	Bóku	---	E
Himenealabium gen.	Var. Angelim	Tára I	Itura	---	F
?	Fruta-de-veado	Táru I	Bóku	A	---
Graminea	Sapé	Togoréu	Bóku	---	E
?	Var. cana-de-vassoura	Togoriwo	Tagu-Guru	---	F
Anonacea	Var. Araticum rasteiro	Wiáru	Bóku	---	E
Anonacea	Araticum-de-folha-miúda	Uiaruréu	Bóku	A	---
?	Var. Árvore	Uiaréu	Itaru	---	F
?	Var. Árvore	Urúgo I	Iagu-Guru	---	H
?	Var. Arbusto	Uwábo Cugúbu	Bóku	---	F
?	Var. Cacto	Uwaetóreu	Bóku	---	E

PROC/FUNAI/N.º 1884/88 tetraplan
LS: 296
P. RICA: 

ANEXO 2: DOCUMENTOS

São Paulo, 13 de dezembro de 1989

PROC/FUNAI/N.º 18841/89
 PLS: 297
 RUBRICA: 

ALDEIA BOROMÉ CÓRREGO GRANDE
 P.I. GOMES CARNEIRO
 A.C. Irmãs Franciscanas
 78.651 Fátima de São Lourenço - MT

Prezados Senhores,

Serve a presente para informa-los que embora o traçado da Ferronorte passará a 100 Km de distância da Aldeia Córrego Grande/Reserva Tereza Cristina, estamos nos precavendo para que tal traçado não corte nenhuma Aldeia Indígena, Reserva Florestal, ou ainda, algum Parque Nacional.

Para isso, será contratada uma empresa que fará um Relatório de Impacto do Meio-Ambiente (R.I.M.A.) .

Portanto, não existem motivos para preocupações, uma vez que a Ferronorte não prejudicará qualquer área ecológica ou de interesse social.

Atenciosamen e,



Frederico A. H. Karg

Diretor,

Ferronorte S.A. Ferrovias Norte Brasil

SENAPRO
MPF/PGR
PRUC. GLRA
DA REPUELI

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

08100.003321/89-

S
I
R
P
R
O

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROG/FUNAI/N.º 1884/88
298

O abaixo assinado, cidadão brasileiro, representa te da comunidade Bororo do Córrego Grande, P.I. Gomes Carneiro Município de Rondonópolis, Mato Grosso, após ter conversado com todas as lideranças e anciões da aldeia, invocando o item XXXIV do artigo 5º, letra "a" da Constituição Federal que reza:

" São a todos assegurados, independentemente de pagamento de taxas: o direito de petição aos Poderes Público em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder."

REPRESENTAR a Vossa Excelência para que defenda judicialmente os direitos e interesses da nação Bororo como preceitua o artigo 129, V da Constituição Federal diante dos termos que seguem:

- 1- que como já é do conhecimento desta Procuradoria Geral a empresa FERRONORTE S/A - Ferrovia Norte Brasil do grupo Itamaraty pretende obter das autoridades competentes permissão para a construção e exploração de uma ferrovia que ligará Cuiabá (MT) a malha ferroviária do sudoeste;
- 2- que no estudo preliminar do traçado consta que a referida ferrovia incide na área indígena Tereza Cristina por uma extensão de 17.800m, conforme ofício da FUNAI nº 241/GAB 2ª SUBER Cuiabá, 10/11/88, endereçada a FERRONORTE S/A;
- 3- que a mesma FUNAI, por intermédio do Sr. Carlos Antonio de Moraes, administrador da Administração Regional de Rondonópolis, forneceu parecer favorável a construção da supra citada ferrovia, alegando estar, as lideranças indígenas, interessadas na construção da mesma. O que não corresponde a verdade, pois a comunidade tem consciência da pequenez da área, como também dos outros resultados maléficis que uma ferrovia traria ao nosso modo de vida, a nossa caça, a nossa saúde ac

atravessá-la.

299

[Handwritten signature]

O artigo 231 da Constituição Federal preceitu
que:

" São reconhecidos aos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competido a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar seus bens".

Diz ainda o § 6º do mesmo artigo:

" São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham como objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser Lei Complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou ação contra a União, salvo, na forma da Lei, quanto às benfeitorias derivada da ocupação de boa fé (grifos nossos).

Percebemos, portanto o grande risco que corre para nossos bens no desenrolar deste empreendimento, e que cabe à União a responsabilidade de fazer respeitá-los, e que, no momento, não há Lei Complementar que levante a hipótese que esta obra, este tentame seja de relevante interesse público da União.

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que tome as providências cabíveis para que a oficialização deste pedido seja negado.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Cuiabá, 30 de novembro de 1989.

Orivaldo Aiepa

ORIVALDO AIEPA - R. G. 636342

TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/84,
que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio e a Empresa FERRONORTE S/A - Ferrovias Norte Brasil, tendo em vista o desenvolvimento dos estudos do projeto da ferrovia no trecho Alto Taquari (MT) a Cuiabá (MT) e as possíveis interferências sobre as Áreas Indígenas Tereza Cristina, Tadarimana, Jarudore e Perigara e suas Comunidades.

A Fundação Nacional do Índio, pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, doravante denominada simplesmente FUNAI, neste ato representada pelo seu Presidente Dr. DINARTE NOBRE de MADEIRO e a empresa FERRONORTE, neste ato representada pelo Presidente Dr. OLACYR FRANCISCO DE MORAIS resolvem celebrar o presente Termo de compromisso, que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo de compromisso objetiva estabelecer entre a FUNAI e a FERRONORTE, as condições e as obrigações entre as partes para a proteção das Áreas Indígenas e suas comunidades, no desenvolvimento dos estudos do projeto da ferrovia trecho Alto Taquari (MT) a Cuiabá (MT).

Cláusula Segunda - Das Áreas Indígenas Afetadas

Compromete-se a FERRONORTE a considerar as áreas Indígenas Tereza Cristina, Jarudore, Tadarimana e Perigara como dentro da área de influência do empreendimento, sem prejuízo das demais áreas que porventura venham a ser declaradas como impactadas pelo competente estudo de impacto ambiental - EIA.



[assinatura]

PROC/FUNAI/N.º 1884/88
301
RICA: 20

Cláusula Terceira - Dos Procedimentos

A - Compromete-se a FERRONORTE a não desenvolver qualquer ação ligada à implantação do projeto no trecho Alto Taquari (MT) a Cuiabá (MT), antes da aprovação do EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, nos termos da Legislação Ambiental Federal e Estadual.

B - Compromete-se a FERRONORTE a comprovar tecnicamente no EIA a impossibilidade de construção do traçado alternativo da Ferrovia trecho Alto Taquari (MT) a Cuiabá (MT), plotando-a em área mais distante das Áreas Indígenas em questão, e/ou apresentar traçados alternativos que respeitem a minimização de possíveis impactos sobre as já referidas Áreas Indígenas e suas respectivas comunidades.

C - Compromete-se a FERRONORTE a iniciar os procedimentos legais necessários à execução do EIA sobre as Áreas Indígenas Tereza Cristina, Jarudore, Perigara e Tadarimana, 20 dias após o reenquadramento do referido projeto da ferrovia pela SUDAM.

D - Compromete-se a FERRONORTE a estabelecer parceria com a FUNAI, na elaboração do Relatório de Planejamento que definirá o escopo do EIA e correspondente RIMA e na sua execução, de modo a assegurar o cumprimento da parcela do escopo definido pela FUNAI.

E - Compromete-se a FERRONORTE a submeter, respeitado o estabelecido no item B desta cláusula, também à aprovação pela FUNAI a equipe multidisciplinar profissional responsável pela elaboração dos estudos indigenistas do EIA.

Cláusula Quarta - Das Obrigações da FUNAI

A - Compromete-se a FUNAI a viabilizar administrativamente as condições para a realização do EIA nas Áreas Indígenas.

B - Compromete-se a FUNAI a designar funcionários para a viabilização do item D, Cláusula Terceira.



A large, stylized handwritten signature in black ink.

A small handwritten mark or signature in the right margin.

Cláusula Quinta - Das Responsabilidades da FERRONORTE

A - Compromete-se a FERRONORTE a arcar com todos os ônus decorrentes da execução do presente Termo de Compromisso.

B - Compromete-se a FERRONORTE a alocar todos os recursos financeiros necessários à implantação dos programas mitigadores definidos pelo EIA, desenvolvidos em parceria com a FUNAI, conforme a legislação pertinente.

Cláusula Sexta - Das Disposições Finais

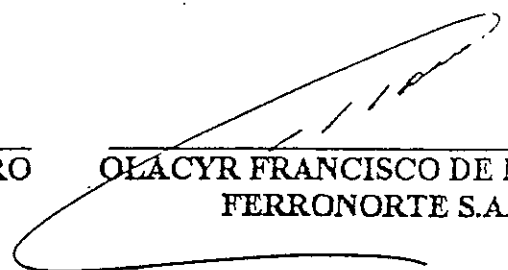
Compromete-se a FERRONORTE, em caso de risco comprovado à integridade das comunidades indígenas e a segurança de seus membros, causadas pela ferrovia em questão a providenciar, tão logo seja detectado o problema, todas as medidas necessárias à sua eliminação.

Cláusula Sétima - Do Foro

As partes elegem o foro de Brasília - DF, para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente Termo.

Brasília, 11 de Julho de 1994.


DINARTE NOBRE DE MADEIRO
FUNAI


OLACYR FRANCISCO DE MORAIS
FERRONORTE S.A.

